



DECRETO N. 0703, DE 17 DE ABRIL DE 2026

Dispõe sobre a nomeação da Equipe de Agentes de Contratação/Pregoeiros, para condução dos processos de licitação, no âmbito do Município de Ji-Paraná, e dá outras providências e revoga o Decreto n. 2465, de 16 de setembro de 2025.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 39, da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando solicitação do Superintendente Permanente de Compras e Licitação, através do [Memorando 120/CPL/PMJP/RO/2026 de 16/04/2026 \(ID 2611154\)](#).

D E C R E T A:

Art. 1º Fica nomeada, em consonância com Decreto nº 1383, de 11 de março de 2024, a Equipe e os Agentes de Contratação/Pregoeiros para condução dos Processos de Licitação, Dispensa e Inexigibilidade do Município de Ji-Paraná, composta pelos seguintes servidores.

§ 1º Agente de Contratação/Pregoeiro:

- I - Hevileny Maria Cabral de Lima Jardim: Agente de Contratação/Presidente Pregoeira;
- II - Sônia Regina da Silva: Agente de Contratação/Pregoeira;
- III - Thaynara de Souza Marconi Leite: Agente de Contratação/Pregoeira;
- IV - Willian Gabriel Resende Matias: Agente de Contratação/Pregoeiro;
- V - Ana Paula de Souza Meireles: Agente de Contratação/Pregoeira.

§ 2º Equipe de Apoio:

- I - Adriana Souza Leite;
- II - Izabelly Paiva Porfírio;
- III - Vivian Vieira de Araújo;
- IV - Neurizete dos Santos;
- V - Danielly Melo de Souza.

Art. 2º A Equipe e os Agentes de Contratação/Pregoeiros ora nomeados deverão atuar nos procedimentos licitatórios regidos pela Lei Federal n. 14.133/2021.

Art. 3º Fica revogado o Decreto n. 2465, de 16 de setembro de 2025 ([ID 2044611](#)).

Art. 4º Este decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Palácio Urupá, em 17 de abril de 2026

[assinado eletronicamente]
AFFONSO CÂNDIDO
Prefeito

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: www.ji-parana.ro.gov.br



Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por **AFFONSO ANTONIO CANDIDO, PREFEITO MUNICIPAL**, em 17/04/2026 às 10:01, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.jf-parana.ro.gov.br, informando o ID **2613313** e o código verificador **0CA5E1E5**.

Docto ID: 2613313 v1

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N. 90058/SUPECOL/PMJP/RO/2026
SRP - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ÓRGÃO CONTRATANTE (UASG)
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ/RONDÔNIA (980005)

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5 - 529/2026 - SEMUSA

OBJETO: Registro de Preços para Eventual e Futura Aquisição de materiais permanentes odontológicos para atender as Unidades Básicas de Saúde (UBS), Centro de Especialidades Odontológicas (CEO), Unidade Odontológica Móvel (UOM) e demais pontos da rede de saúde bucal de Ji-Paraná.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA:
Dia 23/06/2026 às 09:30h (*horário de Brasília*)

ENDEREÇO ELETRÔNICO:
www.gov.br/compras/pt-br/

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
MENOR PREÇO POR ITEM

MODO DE DISPUTA:
ABERTO

PARTICIPAÇÃO:

- Itens exclusivos destinados à Participação de ME/EPP/EQUIPARADAS
- Itens destinados a AMPLA PARTICIPAÇÃO
- Item de COTA de 25% RESERVADA À PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/EPP/EQUIPARADAS.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:
R\$ 522.954,97 (quinhentos e vinte e dois mil, novecentos e cinquenta e quatro reais e noventa e sete centavos)

FONTE DE RECURSOS:

10	Fundo Municipal de Saúde
02	PODER EXECUTIVO
02 07	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
020709	BLOCO DE ESTRUTURAÇÃO - ATENÇÃO PRIMÁRIA
10	Saúde
10 301	Atenção Básica
10 301 0002	ACOLHE JI-PARANÁ: AMOR, RESPEITO E SAÚDE PARA TODOS
10 301 0002 1107 0000	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde
1731 OR	4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL
PERMANENTE	
0.2.601 3110 010.119	Emendas Parlamentar - Estruturação

PROPOSTA DE EMENDA PARLAMENTAR 19122075000125007

EDITAL:

Disponível para consulta e retirada no endereço eletrônico acima mencionado e ainda no site www.ji-parana.ro.gov.br.

INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS:

Todas as informações quanto ao fornecimento/execução do objeto desta licitação, tais como prazos, locais, forma de pagamento, obrigações, sanções administrativas, etc, estão consignados no Anexo I - Termo de Referência.

Demais informações e esclarecimentos: SUPECOL - Superintendência de Compras e Licitações, situada na rua dos Brilhantes, nº 130, bairro Urupá, em Ji-Paraná, estado de Rondônia - CEP 76.900-150-Telefone/WhatsApp: (0xx) 69-99975-2759 – e-mail: supecol@ji-parana.ro.gov.br.

Ji-Paraná/RO, 03 de junho de 2026.

Edital Elaborado por:

[assinado eletronicamente]

Danielly Melo De Souza

Equipe de Apoio

Decreto nº 0703/GAB/PMJP/2026

Responsável pela licitação:

[assinado eletronicamente]

Willian Gabriel Resende Matias

Pregoeiro

Decreto nº 0703/GAB/PMJP/2026

PREGÃO ELETRÔNICO N. 90058/SUPECOL/PMJP/RO/2026

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

PARTICIPAÇÃO MISTA

A Prefeitura do Município de Ji-Paraná, Estado de Rondônia, por meio da Superintendência de Compras e Licitações, através de seu (ua) Pregoeiro (a) e equipe de apoio, nomeados por força das disposições contidas no **Decreto Municipal n. 0703/GAB/PMJP/2026**, torna público, para conhecimento de todos os interessados, que realizará licitação na modalidade de **PREGÃO** na forma eletrônica, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, modo de disputa **ABERTO**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto Federal nº 11.462/2023, do Decreto Municipal nº 1385/2024, Lei Complementar nº 123/2006, demais regulamentos vinculados aos procedimentos licitatórios e de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 23 de junho de 2026, às 09h30min. (Horário de Brasília - DF)

LOCAL (endereço eletrônico): Portal de Compras do Governo Federal – www.gov.br/compras/pt-br/

UASG: 980005

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5 - 529/2026 - SEMUSA

1. DO OBJETO

1.1. Registro de Preços para Eventual e Futura Aquisição de materiais permanentes odontológicos para atender as Unidades Básicas de Saúde (UBS), Centro de Especialidades Odontológicas (CEO), Unidade Odontológica Móvel (UOM) e demais pontos da rede de saúde bucal de Ji-Paraná.

1.2. A licitação será realizada em 37 (trinta e sete) itens, conforme tabela constante no ANEXO II, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. O item 2 é destinado à AMPLA PARTICIPAÇÃO.

1.4. O item 3 é COTA de até 25% RESERVADA À PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/EPP/EQUIPARADAS.

1.5. Demais itens são DESTINADOS À PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/EPP/EQUIPARADAS.

1.6. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no endereço eletrônico - comprasnet/catmat, e as especificações constantes no Anexo II deste edital, prevalecerão às últimas.

1.7. Todos os itens deverão, no que couber, constar informações a respeito da marca/modelo/fabricação.

1.8. Os licitantes, no que couber, devem apresentar catálogo dos produtos ofertados para adequada análise técnica do setor requisitante.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam no **ANEXO V - Minuta de Ata de Registro de Preços**.

2.2. **Fica vedada** a participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, conforme **Art. 82, Inciso VIII da Lei nº 14.133/21**.

2.3. **Não se aplica** ao presente certame o previsto no Art.82, III da Lei Federal n. 14.133/2021, que permite que a administração pública licite itens com preços diferenciados, vez que não há nos autos a previsão de preços diferentes com a devida justificada, demonstrando a necessidade e a razoabilidade da pretensa diferenciação.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como **firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances**, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Existindo itens de participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a obtenção do benefício fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.7. **Não poderão** disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação **em decorrência de sanção que lhe foi imposta**;

3.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que

desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.7.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.8. O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, **com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada**, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.11. O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.13. A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.12.1 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, **o licitante declarará, em campo próprio do sistema**, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua

entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa **deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico**, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, **observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021**.

4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. A **falsidade da declaração** de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, **após a fase de envio de lances**.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. **Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da**

perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor **unitário do ITEM**;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante;

5.1.4. Quantidade.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta **em quantitativo** inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão **inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros** que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, **sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.**

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento **serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.**

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em **conformidade com o que dispõe o Termo de Referência – Anexo I e a Carta Proposta – Anexo II do Edital**, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.7.1. O prazo de validade da proposta **não será inferior a 60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

5.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

5.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso **verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.**

5.9. O município de Ji-Paraná-RO efetuará a retenção do Imposto de Renda eventualmente incidentes sobre o valor de bens, prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil, conforme previsto no Decreto Municipal nº 1.330/23, observado cada caso específico tendo como base a Instrução Normativa RF 1.234/2012 e suas alterações.

5.10. Caberá a Contratada destacar na Nota Fiscal dos tributos que eventualmente incidam sobre o valor do bem ou serviço objeto do Edital, nos termos previstos do Decreto Municipal nº 1.330/2023 e Instrução Normativa RB nº 1.234/23.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A **abertura** da presente licitação **dar-se-á automaticamente** em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, **até a abertura da sessão pública**.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário do item**

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01 (um centavo)**.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A **etapa de lances** da sessão pública terá **duração de dez minutos** e, após isso, será **prorrogada automaticamente pelo sistema** quando houver lance ofertado **nos últimos dois minutos** do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), **o pregoeiro**, auxiliado pela equipe de apoio, **poderá admitir o reinício da disputa aberta**, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três,

oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. **Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.**

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. **No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.**

6.18. Quando a **desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro** persistir por tempo superior a **dez minutos**, a sessão pública será **suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas** da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no

prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.21.2.2. empresas brasileiras;

6.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado **permanecer acima do preço máximo** ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. Caso a licitante não se manifeste no prazo máximo de até **10 (dez) minutos** através do **CHAT MENSAGEM ao ser convocada**, ou não aceite negociar pelo valor proposto, poderá o Pregoeiro (a) desclassificar a licitante no item que não se manifestou ou cujo preço permaneça superior ao estimado pela Controladoria Geral de Preços da Prefeitura Municipal de Ji-Paraná.

6.22.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada,

se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários **à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.**

6.22.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.1.4. Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com o Estado de Rondônia – CAGEFIMP;

7.1.5. Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com o Município de Ji-Paraná-RO

7.2. A consulta aos cadastros será realizada **em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário**, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de **Ocorrências Impeditivas Indiretas**, o Pregoeiro diligenciará para verificar **se houve fraude** por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

7.3.1. **A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).**

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.4. Nos termos do art. 156, inc. III e § 4º da Lei Federal n. 14.133/2021, constatada a existência de sanção de impedimento de contratar junto a Prefeitura do Município de Ji-Paraná, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.5. Será inabilitado, de plano, o licitante que for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública (art. 156, inc. IV), vez que a sanção se aplica em âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos.

7.6. **Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens** Erro! Fonte de referência não encontrada. **e 4.6 deste edital.**

7.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.8. **Será desclassificada** a proposta vencedora que:

7.8.1. conter vícios insanáveis;

7.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.8.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.9. No caso de **bens e serviços em geral**, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a **50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração**.

7.9.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.9.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.9.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.10. **Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.**

7.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.12. **Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta.** A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo **se limita a sanar erros ou falhas** que não alterem a substância das propostas;

7.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.13. **Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do bem, serviço ou da área especializada no objeto.**

7.14. **Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra**, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no **ANEXO III deste Edital**, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30 % para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou documentos digitais.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou **declaração de que atende aos requisitos de habilitação**, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a **declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos** para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, **declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos** para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais **quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir**. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.12. A **verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação**.

8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.13. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do ANEXO III deste Edital somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, nos termos da Lei 14.133/21, art. 64 e IN 73/2022, art. 39, §4º, **não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência**, para:

8.14.1. complementação de informações acerca dos **documentos já apresentados** pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.14.2. atualização de documentos cuja **validade tenha expirado** após a data de recebimento das propostas;

8.15. Na análise dos documentos de habilitação, poderá ser sanado erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1.

8.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação estabelecido pelo setor competente poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

a. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo estabelecido na convocação;

b. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, **será divulgado no PNCP** e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas **não obrigará a Administração a contratar**, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar **os licitantes remanescentes do cadastro de reserva**, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com **preço igual ao do adjudicatário**, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. dos licitantes que **mantiverem sua proposta original**

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de **03 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser **manifestada imediatamente**, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer **não será inferior a 10 (dez) minutos**.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **03 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de **03 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados sítio eletrônico **www.ji-parana.ro.gov.br** - Portal da Transparência.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.5. fraudar a licitação

12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo estabelecido na comunicação oficial expedida pelo órgão sancionador.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente municipal a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12.15. Estarão sujeitas à sanção de impedimento de licitar e contratar, nos termos dos arts. 155, V e 156, §4º, III, da Lei nº 14.133/2021, as empresas que após participarem ativamente da sessão pública e apresentarem diversos lances, restando mais bem classificadas na fase de julgamento, simplesmente desistirem da proposta sem motivo ou fato superveniente que a justifique.

12.16. Na inexecução, total ou parcial, do objeto licitado serão aplicadas as sanções previstas no Termo de Referência – Anexo I do presente edital.

12.17. Pelo atraso injustificado na execução do contrato ou na entrega dos materiais, a contratada sujeitar-se-á à multa moratória por dia de atraso, incidente sobre o valor da parcela em atraso, sem prejuízo da aplicação das demais sanções previstas neste edital.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido **até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame**.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até **03 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do endereço eletrônico supecol@ji-parana.ro.gov.ro e confirmado através do telefone/WhatsApp (69) 9-9975-2759, das 7:30hs às 13:30hs (horário local).

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e será motivada pelo (a) pregoeiro (a), nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF, salvo expressamente consignado outro parâmetro.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, **excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.**

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://ji-parana.ro.gov.br/>

14.11. Todas as informações quanto ao fornecimento/execução do objeto desta licitação, tais como prazos, locais, forma de pagamento, obrigações, sanções administrativas, etc, estão consignados no Anexo I - Termo de Referência.

14.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.12.1. ANEXO I - Termo de Referência;

14.12.1.1. Apêndice do Termo de Referência

14.12.2. ANEXO II – Carta Proposta (modelo);

14.12.3. ANEXO III – Documentos para fins de Habilitação;

14.12.3.1. ANEXO III – A – Modelo de Declaração

14.12.4. ANEXO IV – Minuta de Termo de Contrato;

14.12.5. ANEXO V – Minuta de Ata de Registro de Preços.

15.1. DO FORO

15.1.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Ji-Paraná-RO, em detrimento de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para julgar toda e qualquer demanda oriunda do presente Edital.

Ji-Paraná/RO, 03 de junho de 2026.

Edital Elaborado por:

[assinado eletronicamente]

Danielly Melo De Souza

Equipe de Apoio

Decreto nº 0703/GAB/PMJP/2026

Responsável pela licitação:

[assinado eletronicamente]

Willian Gabriel Resende Matias

Pregoeiro

Decreto nº 0703/GAB/PMJP/2026



TERMO DE REFERÊNCIA

Registro de Preço para Eventual e Futura Aquisição de Materiais Permanentes Odontológicos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

Natureza: Aquisição de bens comuns (materiais permanentes). **Descrição:** Aquisição de materiais permanentes odontológicos para atender as Unidades Básicas de Saúde (UBS), Centro de Especialidades Odontológicas (CEO), Unidade Odontológica Móvel (UOM) e demais pontos da rede de saúde bucal de Ji-Paraná. **Quantitativos:** Conforme o ETP são **36 itens** com quantitativos dimensionados para o exercício de 2026, baseados no histórico de 8.297 atendimentos e 21.365 procedimentos realizados em 2025. **Prazo e Prorrogação:** O contrato terá vigência de 12 meses. Podendo ser prorrogado por igual período.

Dos órgãos participantes

Órgão participante deste Registro de Preços:

Departamento de Atenção Básica - DAB

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Considerando os Documentos: **Memorando: 811/DAB-SEMUSA/2025** (ID 2333784), onde solicita a abertura de processo administrativo, e a **Justificativa 1** (ID 2338663), para elaboração de Registro de Preço para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde;

2.2. Considerando a necessidade de garantir a continuidade da Política Nacional de Saúde Bucal (Brasil Sorridente). A fundamentação legal sustenta-se na Lei nº 8.080/1990 (integralidade do SUS) e na Lei nº 14.133/2021 (planejamento e eficiência), visando evitar o desabastecimento da rede municipal que se encontra em expansão;

2.3. Considerando que a Rede Municipal de Saúde Bucal se encontra em **processo de expansão**, composta por UBS com ESB níveis I e II, Unidade Odontológica Móvel, equipes do CEO, além de serviços odontológicos em unidades estratégicas, como Batalhão da Polícia Militar, Presídio e atendimentos hospitalares a pacientes com necessidades especiais. A previsão de abertura de novas UBS e a aquisição de nova UOM ampliam a demanda por insumos odontológicos;

2.4. Considerando o diagnóstico técnico do parque de equipamentos atualmente em uso evidencia significativo desgaste físico e obsolescência tecnológica, decorrentes do uso contínuo e prolongado, comprometendo o desempenho operacional dos serviços e elevando a incidência de manutenções corretivas. A permanência desse cenário potencializa riscos de paralisação parcial ou total das atividades odontológicas, além de dificultar o atendimento aos padrões técnicos e sanitários exigidos, demonstrando a inadequação da estrutura existente frente às demandas assistenciais contemporâneas;

Nesse contexto, a aquisição de novos equipamentos apresenta-se como solução necessária e adequada para recompor a capacidade operacional da Coordenação de Saúde Bucal, reduzir riscos operacionais, otimizar os fluxos de atendimento e assegurar condições apropriadas para a execução dos serviços. A medida contribui, ainda, para a melhoria das condições de trabalho dos profissionais, ampliando a resolutividade das ações desenvolvidas no âmbito da atenção básica em saúde bucal. Dessa forma, **a contratação revela-se oportuna e conveniente, configurando-se como ação estratégica de gestão pública voltada à qualificação da infraestrutura odontológica municipal**, com reflexos diretos na eficiência dos serviços prestados, na segurança operacional e na efetiva promoção do interesse público

2.5. Da metodologia de cálculo para estimativa das quantidades

2.5.1. A estimativa das quantidades levou em consideração o histórico de aquisição de anos anteriores, consumo do ano de 2025, tendo assim sua demanda devidamente atualizada.

Planilha: Detalhamento e quantidade dos itens a serem adquiridos

Item	Equipamento	Justificativa	QTD
1	AUTOCLAVE HORIZONTAL DE MESA ATE 75 LITROS COM AS SEGUINTEES ESPECIFICACOES: Autoclave Horizontal na cor branca, com 03 bandejas em aluminio, camara de esterilizacao em aco inox, com capacidade de ate 75 Litros - funcao da esterilizacao de artigos/instrumentos utilizando vapor sob pressao, sendo ideal para consultorios odonto	As UBS L1 Maringá e UBS Nova Londrina possuem atualmente apenas uma autoclave, insuficiente para atender o fluxo de atendimentos e a demanda de materiais a serem esterilizados. A aquisição de uma autoclave horizontal de mesa até 75 litros para cada unidade visa ampliar a capacidade de esterilização, garantir a continuidade dos serviços, evitar atrasos nos atendimentos e assegurar o cumprimento das normas sanitárias vigentes.	2
2	CADEIRA ODONTOLOGICA COMPLETA COM AS SEGUINTEES ESPECIFICACOES: Estrutura fabricada em aco; tratamento anticorrosivo; pintura epoxi ou eletrostatica lisa; com estabilidade estatica e dinamica em todas as posicoes de uso na sua capacidade maxima; base com protecao em borracha ou material similar, com estabilida	A aquisição de 06 (seis) cadeiras odontológicas completas para o Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) e 01 (uma) para a UBS Nova Colina e 01 (uma) para a UBS Nova Londrina justifica-se pela necessidade de substituição dos equipamentos atualmente existentes, os quais encontram-se desgastados pelo uso contínuo, com estofamentos danificados e comprometimento das condições de conforto, segurança e biossegurança. A renovação dos equipamentos visa assegurar a qualidade do atendimento, melhores condições de trabalho aos profissionais e o cumprimento das normas técnicas e sanitárias vigentes.	8
3	APARELHO DE RX - APARELHO RAIOS X, POTENCIA APARELHO 70, APLICACAO USO ODONTOLOGICO TENSAO ALIMENTACAO 220, CARACTERISTICAS ADICIONAIS COLUNA MOVEL, DIGITAL	A aquisição de 03 (três) aparelhos de Raios X odontológicos justifica-se pela necessidade de ampliação e otimização do diagnóstico por imagem. No Centro de Especialidades Odontológicas (CEO), 02 (dois) equipamentos serão destinados, sendo 01 (um) para dar suporte à demanda de exames radiográficos solicitados pelas UBS do município e 01 (um) para a sala de endodontia, garantindo agilidade e precisão nos procedimentos. A UBS Nova Londrina será contemplada com 01 (um) aparelho em razão de estar localizada em distrito, o que permitirá otimizar o tempo de atendimento, evitar o deslocamento dos pacientes até a área urbana e ampliar o acesso ao diagnóstico, assegurando maior resolutividade e continuidade da assistência.	3
4	NO-BREAK (PARA COMPUTADOR/IMPRESSORA) Especificacao minima: que esteja em linha de producao pelo fabricante. No-break com potencia nominal minima de 1,2 kVA. Potencia real minima de 600 W. Tensao entrada 115 / 127 / 220 V (em corrente alternada) com comutacao automatica. Tensao de saida	A aquisição de 02 (dois) nobreaks destina-se à UBS L1 Maringá e à UBS Nova Londrina, com a finalidade de garantir a proteção dos equipamentos eletrônicos e odontológicos contra oscilações e quedas de energia elétrica. O uso dos nobreaks assegura a continuidade dos atendimentos, evita danos aos equipamentos e contribui para a segurança operacional das unidades, especialmente em procedimentos assistenciais que dependem de energia elétrica contínua.	2

5	FOTOPOLIMERIZADOR DE RESINAS, DE LED, SEM FIO COM RADIOMETRO COM AS SEGUINTESESPECIFICACOES: Ponteira fibra optica 8mm, peso liquido: 155g(incluindo,componentes, dimensoes externas (DXC), 2,7 x 25cm, com ponteira 2,7x18cm(sem ponteira) Voltagem: 90/240V Frequencia: 50/60 Hz Potencia irradiada: 1.400 mW/cm² Consumo eletrico: 2,65 Watts/h	A aquisição de 03 (três) fotopolimerizadores, destinados às UBS Green Park, UBS José dos Santos e UBS Nova Londrina, justifica-se pela necessidade de substituição e adequação dos equipamentos utilizados nos atendimentos odontológicos. O uso de fotopolimerizadores em boas condições é essencial para a correta execução dos procedimentos restauradores, garantindo qualidade técnica, segurança ao paciente e continuidade dos atendimentos, em conformidade com as normas técnicas e sanitárias vigentes.	3
6	BOMBA DE VACUO ATE 2HP/CV, POTENCIA/VACUO DE 1,5 HP/720 MMHG, PARA SUCCAO DE FLUIDOS E RESIDUOS PROVENIENTES DE TRATAMENTO OU CIRURGIAS NO USO ODONTOLOGICO	Justifica-se pela necessidade de estruturação e ampliação da capacidade assistencial das unidades. A UBS Nova Londrina será contemplada com 01 (uma) unidade, visto que atualmente não dispõe do equipamento, o que impede a realização de procedimentos cirúrgicos. O Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) receberá 02 (duas) bombas de vácuo, considerando a inexistência do equipamento e a realização de cirurgias e procedimentos de maior complexidade. A UBS L1 Maringá será contemplada com 01 (uma) bomba de vácuo, visando garantir suporte adequado aos atendimentos e procedimentos realizados na unidade, assegurando maior resolutividade, segurança e continuidade da assistência odontológica.	4
7	COMPUTADOR (DESKTOP-BASICO) Especificacao minima: que esteja em linha de producao pelo fabricante. Computador desktop com processador no minimo que possua no minimo 4 Nucleos, 8 thereads e frequencia de 3.0 GHz; possuir 1 disco rigido de 1 TB ou SSD 240 GB, memoria RAM de 8 GB,	justifica-se pela necessidade de modernização e adequação da infraestrutura tecnológica das unidades. O Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) será contemplado com 08 (oito) equipamentos, destinados à substituição dos computadores atualmente em uso, os quais encontram-se obsoletos e inadequados para atender às demandas operacionais e aos sistemas utilizados. A UBS L1 Maringá receberá 01 (um) computador para compor a sala odontológica, garantindo suporte às atividades assistenciais, administrativas e ao adequado registro das informações, contribuindo para a eficiência e continuidade dos serviços.	9
8	MOCHO EM ACO/FERRO PINTADO COM AS SEGUINTESESPECIFICACOES: assento/encosto estofado Estrutura tubular e assento em aco inox 304 1 1/2 x 1,2 mm, com tratamento anti manchas. Dimensoes: 480x650mm (altura ajustavel)	justifica-se pela necessidade de substituição e adequação dos equipamentos utilizados nas unidades. O Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) receberá 12 (doze) mochos, destinados à substituição dos equipamentos atualmente em uso por dentistas e auxiliares, os quais encontram-se desgastados pelo uso contínuo. A UBS Green Park será contemplada com 01 (um) mocho, considerando a inexistência do equipamento na unidade. A UBS José dos Santos receberá 02 (dois) mochos para complementar e adequar a estrutura existente, e a UBS L1 Maringá receberá 02 (dois) mochos para equipar os consultórios odontológicos, garantindo melhores condições ergonômicas, segurança e qualidade na prestação dos serviços.	17
9	NEGATOSCOPIO COM AS SEGUINTESESPECIFICACOES: Para visualizacao de radiografias: periapicais, interproximais, oclusais, carpais, seios da face, panoramica, telerradiografias e ATM, iluminacao LED, material estrutura chapa aco, acabamento superficial estrutura moldura em aco pintado c/ tratamento	destina-se ao Centro de Especialidades Odontológicas (CEO), em razão da realização de exames radiográficos na unidade. Os equipamentos são necessários para a adequada visualização, análise e interpretação das imagens radiográficas, garantindo suporte diagnóstico aos atendimentos, maior precisão nos procedimentos e conformidade com as rotinas assistenciais e normas técnicas vigentes.	2
10	TELEVISOR DE 32" ATE 41" Especificacao: DE 32" ATE 41"	A aquisição de 02 (dois) televisores destina-se ao Centro de Especialidades Odontológicas (CEO), sendo 01 (um) para a recepção e 01 (um) para a sala de reuniões. Os equipamentos têm como finalidade apoiar a comunicação institucional, orientações aos usuários e atividades administrativas e educativas, contribuindo para a organização dos serviços,	2

		acolhimento dos pacientes e melhor condução das reuniões e capacitações da equipe.	
11	COMPRESSOR ODONTOLOGICO COM AS SEGUINTESESPECIFICACOES: capacidade Minimo de 80 litros com potencia de 2,0 HP.motor monofasico 1/2cv.4 polos 110/220 V; consumo de energia eletrica 1/2cv4, polos 110/220 V; cilindrada 123 CM2, desloc. litros de ar p/min. 80 L;RPM, do cabecote; 672 RPM, cap. Do reservatorio	justifica-se pela necessidade de substituição e ampliação da infraestrutura dos serviços odontológicos. A UBS Nova Londrina receberá 01 (um) equipamento para substituição do compressor existente, que se encontra desgastado pelo uso contínuo. O Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) será contemplado com 04 (quatro) compressores, visando atender à demanda dos atendimentos especializados e garantir o funcionamento adequado dos consultórios. A UBS L1 Maringá receberá 01 (um) compressor para assegurar suporte aos atendimentos odontológicos, garantindo continuidade, segurança e conformidade com as normas técnicas vigentes.	6
12	NOTEBOOK Processador: · Processador compativel com os modelos: · Intel® Core i7-1270P; Memoria: · Minimo de 8 GB na interface: · DDR4 SODIMM em 3200 MHz ou; · DDR5 SODIMM em 4800 MHz; Armazenamento	A aquisição de 01 (um) notebook destina-se à UBS L1 Maringá, com a finalidade de apoiar as atividades odontológicas e administrativas da unidade. O equipamento será utilizado tanto no ambiente interno quanto em ações externas, como atendimentos e atividades educativas voltadas a gestantes, crianças e escolas, permitindo o adequado registro das informações, acesso aos sistemas oficiais e organização das ações, contribuindo para a eficiência, continuidade e qualidade dos serviços prestados.	1
13	AMALGAMADOR Equipamento odontologico, tipo: vibrador de capsulas pre-dosificadas (Amalgamador), aspecto fisico: motor de bancada, indicacao: amalgama e ionomero de vidro, fonte: bivolt, caracteristica adicional: digital.	AMALGAMADOR Equipamento odontologico, tipo: vibrador de capsulas pre-dosificadas (Amalgamador), aspecto fisico: motor de bancada, indicacao: amalgama e ionomero de vidro, fonte: bivolt, caracteristica adicional: digital.	2
14	DESTILADORA DE AGUA Equipamento para destilacao de agua para uso em autoclaves de esterilizacao a vapor. Tempo para destilar 150ml de agua: 19 minutos; Tempo para destilar 300ml de agua: 37 minutos. Nao necessita instalacao hidraulica.	justifica-se pela necessidade de garantir o fornecimento de água destilada para os processos de esterilização e procedimentos odontológicos. A UBS Nova Londrina será contemplada com 01 (um) equipamento para assegurar a continuidade das atividades da unidade. O Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) receberá 02 (dois) destiladores, considerando que os equipamentos atualmente existentes encontram-se inoperantes (queimados), sendo necessária a substituição para manter o funcionamento adequado dos serviços e o cumprimento das normas técnicas e sanitárias vigentes.	3
15	ULTRASSOM ODONTOLOGICO Ultrassom Odontologico	justifica-se pela necessidade de substituição e adequação dos equipamentos utilizados nas unidades. A UBS Nova Londrina receberá 01 (um) equipamento para substituição do existente, que se encontra desgastado pelo uso contínuo. O Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) será contemplado com 06 (seis) aparelhos destinados à substituição dos equipamentos atualmente em uso, visando garantir qualidade, segurança e eficiência nos procedimentos realizados. A UBS L1 Maringá receberá 01 (um) aparelho para equipar a unidade, assegurando suporte adequado aos atendimentos odontológicos e a continuidade dos serviços, em conformidade com as normas técnicas e sanitárias vigentes.	8
16	CADEIRA DE ESCRITORIO COM APOIO DE CABECA, POLTRONA DIRETOR TELADA COM ESPUMA INJETADA 50MM, BASE GIRATORIA, COM BRACOS DIGITADORES COM APOIO LOMBAR	A aquisição de 02 (duas) cadeiras de escritório destina-se à UBS José dos Santos e à UBS L1 Maringá, com a finalidade de equipar os consultórios odontológicos. Na UBS José dos Santos, o equipamento será utilizado para estruturar o segundo consultório, e na UBS L1 Maringá para equipar o consultório odontológico, garantindo melhores condições de trabalho aos profissionais, organização do ambiente e suporte adequado às atividades assistenciais.	2

17	BANQUETA, MATERIAL ESTRUTURA: ACO INOX, TIPO ASSENTO GIRATORIO, MATERIAL BASE ASSENTO: PLASTICO, ACABAMENTO ESTRUTURA: PINTADO, COR DO ASSENTO: PRETA, ALTURA: 60 CM. DIAMETRO ASSENTO: 40 CM, CARACTERISTICAS ADICIONAIS: ALTURA REGULAVEL SISTEMA A GAS, APOIO PARA OS PES. BANQUETA, MATERIAL ESTRUTURA: ACO INOX, TIPO ASSENTO GIRATORIO, MATERIAL BASE ASSENTO: PLASTICO, ACABAMENTO ESTRUTURA: PINTADO, COR DO ASSENTO: PRETA, ALTURA: 60 CM. Diâmetro assento: 40 cm, características adicionais: altura regulavel sistema a gas,	A aquisição de 02 (duas) banquetas em aço inox, com assento giratório, destina-se à UBS L1 Maringá, com a finalidade de equipar e adequar os ambientes odontológicos da unidade. Os equipamentos proporcionarão melhores condições de apoio aos procedimentos realizados, contribuindo para a organização, segurança e eficiência dos atendimentos, em conformidade com as normas técnicas e sanitárias vigentes.	2
18	FOTOFORO - FONTE DE LUZ, FIBRA OPTICA, FOCO REGULAVEL, TIPO LED MINIMA 30.000 LUX COM BATERIA RECARREGAVEL .	A aquisição de 01 (um) fotóforo destina-se à UBS L1 Maringá, com a finalidade de auxiliar na iluminação durante os procedimentos odontológicos. O equipamento contribui para melhor visualização do campo operatório, maior precisão nos atendimentos, segurança ao paciente e qualidade técnica dos procedimentos realizados, assegurando a continuidade e eficiência dos serviços prestados.	1
19	BIOMBO PORTATIL EQUIPAMENTO DE PROTECAO CONTRA RADIACAO IONIZANTE DO TECNICO E PACIENTE COM MEDIDAS DE 2,10X80 CM. FORNECIDO COM PROTECAO INTERNA DE 2,00MM DE ESPESSURA. Biombo Portatil Equipamento de protecao contra radiacao ionizante do tecnico e paciente com medidas de 2,10x80 cm. Fornecido com protecao interna de 2,00mm de espessura	A aquisição de 01 (um) biombo destina-se à UBS L1 Maringá, com a finalidade de garantir privacidade aos usuários durante os atendimentos odontológicos e procedimentos realizados na unidade. O equipamento contribui para a organização do ambiente, conforto do paciente e adequação do espaço às normas de humanização e boas práticas assistenciais.	1
20	ASPIRADOR DE SECRECAO ELETRICO MOVEL COM CAPACIDADE DE 4 A 6 LITROS, suporte com rodizio, pedal de acionamento, com valvula de seguranca e frasco termoplastico.	A aquisição de 01 (um) aspirador de secreção elétrico móvel destina-se à UBS L1 Maringá, com a finalidade de dar suporte aos atendimentos odontológicos e demais procedimentos assistenciais que demandam aspiração de fluidos. O equipamento contribui para a segurança do paciente, organização do ambiente de atendimento e continuidade dos serviços, assegurando melhores condições de trabalho à equipe e conformidade com as normas técnicas vigentes.	1
21	BISTURI ELETRICO (A PARTIR DE 151) BISTURI, ELETRONICO, BIPOLAR E MONO POLAR, DE 300 WATTS: Deve atender as aplicacoes de cirurgia cardiaca, neurocirurgias e micro cirurgias, endoscopia, colonoscopia, laparoscopia gastro /ginecologica /urologia e todos os demais procedimentos cirurgicos, inclusive procedimentos de alta complexidade, contand	A aquisição de 01 (um) bisturi elétrico (a partir de 151) destina-se à UBS L1 Maringá, com a finalidade de utilização no centro cirúrgico durante atendimentos odontológicos, especialmente de pacientes especiais. O equipamento é essencial para a realização de procedimentos com maior segurança, controle hemostático e precisão técnica, contribuindo para a qualidade da assistência, redução de riscos e conformidade com as normas técnicas e sanitárias vigentes.	1
22	MESA DE MDF CM ESPESSURA DE 40MM MEDINDO 1,50X0,60X0,74 CM GAVETEIRO DE 02 GAVETAS COM CHAVES.	A aquisição de 01 (uma) mesa destina-se à UBS L1 Maringá, com a finalidade de equipar os ambientes de atendimento odontológico e apoio da unidade. O equipamento contribuirá para a organização do espaço, suporte às atividades assistenciais e administrativas e melhores condições de trabalho à equipe, assegurando a funcionalidade e a continuidade dos serviços prestados.	1
23	GELADEIRA/ REFRIGERADOR DE 260 A 299 L Especificacao: DE 260 A 299 L.	A aquisição de 01 (uma) geladeira/refrigerador destina-se à UBS L1 Maringá, com a finalidade de garantir o armazenamento adequado de insumos, materiais e itens que necessitam de controle de temperatura. O equipamento é essencial para assegurar a conservação, segurança e qualidade dos materiais utilizados nos atendimentos, em conformidade com as normas técnicas e sanitárias vigentes.	1
24	ARQUIVO 4 GAVETAS Arquivo confeccionado em chapa de aco SAE-1008 a SAE-1012,	com a finalidade de organizar e armazenar prontuários, documentos e materiais administrativos da unidade. O	1

	predominantemente em chapa 22 com, cor cinza cristal e acabamento texturizado, tres reforcos internos, verticais formato omega em chapa 22, soldados em cada estrutura lateral, 04 (quatro) gav	equipamento contribui para a organização do ambiente, segurança das informações e apoio às rotinas administrativas, assegurando maior eficiência e funcionalidade dos serviços.	
25	APARELHO DE AR CONDICIONADO 18 MIL BTUS: Condicionador de ar split system do tipo Hi Wall, com as seguintes especificacoes: Capacidade minima de refrigeracao de 18000 BTU/h, 220V ou bivolt automatico. Selo Procel, ciclo frio, compressor rotativo, controle remoto sem fio, minimo de tres v	A aquisição de 01 (um) aparelho de ar-condicionado destina-se à UBS L1 Maringá, com a finalidade de equipar os ambientes da unidade. O equipamento é necessário para garantir conforto térmico aos usuários e profissionais, preservar o adequado funcionamento dos equipamentos e assegurar melhores condições para a realização dos atendimentos, em conformidade com as normas de ambiência e qualidade assistencial.	1
26	IMPRESSORA LASER (COMUM): Especificacao minima: que esteja em linha de producao pelo fabricante: impressora laser com padroes de cor monocromatico: resolucao minima de 1200x1200 DPI: velocidade de 35 paginas por minuto PPM: suportar tamanho de pap	A aquisição de 01 (uma) impressora comum destina-se à UBS L1 Maringá, com a finalidade de equipar a sala odontológica da unidade. O equipamento é necessário para impressão de prontuários, prescrições, formulários e documentos relacionados aos atendimentos, contribuindo para a organização das rotinas assistenciais e administrativas, bem como para a continuidade e eficiência dos serviços prestados.	1
27	IMPRESSORA LASER MULTIFUNCIONAL (COPIADORA, SCANNER E FAX OPCIONAL) Especificacao minima: que esteja em linha de producao pelo fabricante; impressora com tecnologia Laser ou Led; padrao de cor monocromatico; tipo multifuncional (imprime, copia, digitaliza, fax); memoria 128 MB; resolucao de impressao 600 x 600 DPI; r	A aquisição de 01 (uma) impressora laser multifuncional destina-se à UBS L1 Maringá, com a finalidade de apoiar as atividades odontológicas e administrativas da unidade. O equipamento permitirá a impressão, digitalização e cópia de documentos, contribuindo para a organização das rotinas, agilidade nos atendimentos, adequado registro das informações e continuidade dos serviços prestados.	1
28	SELADORA PARA GRAU CIRURGICO TIPO MANUAL E DE MESA COM CONTROLE DE TEMPERATURA. Sela as embalagens: polipropileno, polietileno, aluminizadas, nylon, poliolefinico e PVC encolhivel. - Producao: pequena / media. - Produto certificado pelo INMETRO. - Garantia: 12 meses. - Estrutura: epoxi. - Solda (L x C): 3 x 300. - Dimensoes maqu	justifica-se pela necessidade de substituição e adequação dos processos de esterilização dos materiais odontológicos. O Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) receberá 01 (uma) seladora para substituição do equipamento existente, que se encontra desgastado pelo uso contínuo. A UBS José dos Santos será contemplada com 01 (uma) seladora para equipar a unidade, e a UBS L1 Maringá receberá 01 (uma) seladora para estruturar o fluxo de esterilização, garantindo segurança, organização e conformidade com as normas técnicas e sanitárias vigentes.	3
29	ARTICULADOR ODONTOLOGICO: EQUIPAMENTO UTILIZADO PARA REPRODUZIR AS POSICOES MAXILOMANDIBULARES. DISTANCIA INTERCONDILAR GUIA CONDILICA E ANGULO DE BENNET ARTICULADOR ODONTOLOGICO: Equipamento utilizado para reproduzir as posicoes maxilomandibulares. DISTANCIA INTERCONDILAR GUIA CONDILICA E ANGULO DE BENNET	A aquisição de 01 (um) articulador destina-se à UBS L1 Maringá, com a finalidade de apoiar os procedimentos odontológicos que demandam montagem e análise de modelos. O equipamento é essencial para a execução adequada de planejamentos e ajustes oclusais, contribuindo para a precisão técnica, qualidade dos atendimentos e segurança dos procedimentos realizados.	1
30	REFLETOR ODONTOLOGICO: UTILIZADO PARA PROPORCIONAR LUMINOSIDADE NO INTERIOR DA CAVIDADE ORAL REFLETOR ODONTOLOGICO: Utilizado para proporcionar luminosidade no interior da cavidade oral	A aquisição de 01 (um) refletor odontológico justifica-se pela necessidade de garantir iluminação adequada durante os procedimentos clínicos. O equipamento é essencial para proporcionar melhor visualização do campo operatório, maior precisão técnica, segurança ao paciente e qualidade nos atendimentos odontológicos, assegurando a continuidade dos serviços e o cumprimento das normas técnicas e sanitárias vigentes.	1
31	LAVADORA ULTRASSONICA 15 LITROS: EQUIPAMENTO UTILIZADO PARA AUXILIAR NA LIMPEZA DE PECAS OU PARTES, RETIRANDO TODA SUJEIRA E IMPUREZA ENCONTRADA NA SUPERFICIE E NAS REENTRANCIAS MINUSCULAS E MAIS PROFUNDAS ATRAVES DE ULTRASSOM, QUE CONSISTE NA TRANSFORMACAO DE ENERGIA ELETRICA EM ENERGIA MECANICA. EQUIPAMENTO COM GABINETE E CESTO EM ACO	Finalidade de auxiliar na limpeza eficiente de instrumentais e peças odontológicas, removendo sujidades e impurezas, inclusive em reentrâncias de difícil acesso. O equipamento contribui para a adequada etapa de pré-limpeza dos materiais, otimiza o processo de esterilização, reduz riscos de contaminação e assegura maior segurança, qualidade e conformidade com as normas técnicas e sanitárias vigentes.	1

	INOXIDAVEL E TAMPA EM PLASTICO TRANSPARENTE OU SIMILAR, COM SENSOR DE SEGURANCA, PAINEL DE COMANDO COM TIMER E AQUECIMENTO DIGITAL, FREQUENCIA DO ULTRA-SOM: 40 KHZ, TEMPORIZADOR ELETRONICO MICROPROCESSADO; FUSIVEL DE PROTECAO; DESCARGA PARA LIQUIDOS; CICLO DE TRABALHO AUTOMATICO; CONTROLE DE TEMPO DE TRABALHO INDICADO POR LEDS; CUBA EM ACO INOX COM CAPACIDADE MINIMA DE 5 LITROS. A ALIMENTACAO ELETRICA SERA DEFINIDA PELA ENTIDADE SOLICITANTE. LAVADORA ULTRASSONICA 15 LITROS: Equipamento utilizado para auxiliar na limpeza de pecas ou partes, retirando toda sujeira e impureza encontrada na superficie e nas reentrancias minuscultas e mais profundas atraves de ultrassom, que consiste na transf		
32	APARELHO GERADOR DE OZONIO PARA ODONTOLOGIA Equipamento com display LCD, microcontrolado, com modo de liberacao continua e/ou fracionada, fluxo de saida de ate 1LPM regulado automaticamente pelo equipamento, concentracao entre 1 - 100 ug/ml, resfriamento interno por cooler, acessorios para per	A aquisição de 01 (um) aparelho gerador de ozônio destina-se ao Centro de Especialidades Odontológicas (CEO), com a finalidade de apoiar os atendimentos odontológicos, especialmente em procedimentos que demandam aço antimicrobiana e auxílio na desinfecção. O equipamento contribui para a melhoria da biossegurança, apoio terapêutico em tratamentos específicos, otimização dos processos assistenciais e fortalecimento da qualidade e resolutividade dos serviços prestados, em conformidade com as normas técnicas e sanitárias vigentes.	1
33	BALDE A PEDAL MATERIAL DE CONFECCAO CAPACIDADE: ACO INOX DE 30L ATE 49L Balde a Pedal MATERIAL DE CONFECCAO CAPACIDADE: ACO INOX DE 30L ATE 49L	A aquisição de 02 (dois) baldes com pedal destina-se � UBS Green Park e � UBS José dos Santos, com a finalidade de apoiar o descarte adequado de resíduos durante os atendimentos odontológicos. Os equipamentos são essenciais para garantir biossegurança, organização do ambiente, redução de riscos de contaminação e conformidade com as normas técnicas e sanitárias vigentes.	2
34	CAIXA PARA DESINFECCAO DE LIMAS ENDODONTICAS Estojo para Endodontia; Caixa utilizada para esterilizar limas endodonticas. CAPACIDADE: ATE 10 LIMAS	A aquisição de 02 (duas) caixas para desinfecção de limas endodônticas destina-se � UBS Green Park e � UBS L1 Maringá, com a finalidade de garantir a adequada desinfecção e organização dos instrumentais utilizados em procedimentos endodônticos. O uso do equipamento é essencial para assegurar a biossegurança, prevenir contaminações cruzadas, manter a qualidade dos atendimentos e atender às normas técnicas e sanitárias vigentes.	2
35	UNIDADE AUXILIAR COM SUGADOR COM 2 SULGADORES Unidade Auxiliar com Sugador com 2 Sulgadores	A aquisição de 02 (duas) unidades auxiliares com sugador, contendo 02 (dois) sugadores cada, destina-se � UBS José dos Santos e � UBS L1 Maringá. Os equipamentos são essenciais para dar suporte aos procedimentos odontológicos, garantindo adequada sucção de fluidos, organização do campo operatório, maior segurança ao paciente e eficiência nos atendimentos, contribuindo para a continuidade e qualidade dos serviços prestados, em conformidade com as normas técnicas e sanitárias vigentes.	2
36	BALDE/ LIXEIRA CESTO DE LIXO MATERIAL DE CONFECCAO: DE 11 ATE 20 L ACO OU FERRO PINTAD Balde/ Lixeira Cesto de Lixo MATERIAL DE CONFECCAO: DE 11 ATE 20 L ACO OU FERRO PINTAD	A aquisição de 03 (três) baldes/lixeiros tipo cesto de lixo destina-se � UBS José dos Santos e � UBS L1 Maringá, com a finalidade de apoiar o descarte adequado de resíduos gerados nos atendimentos odontológicos e administrativos. Os equipamentos contribuem para a organização dos ambientes, manutenção da limpeza, biossegurança e conformidade com as normas técnicas e sanitárias vigentes.	3

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

Face ao exposto no Técnico Preliminar ([ID 2726291](#)), especialmente quanto ao Levantamento de Mercado e às soluções analisadas, definiu-se como mais vantajosa a aquisição dos insumos, considerando sua adequação técnica e economicidade. A seleção do fornecedor ocorrerá por meio de **Pregão Eletrônico**, com critério de julgamento pelo menor preço por item. A Superintendência de Compras e Licitações (SUPECOL) deste Município possui competência técnica para conduzir o procedimento, podendo acatar ou propor a modalidade mais adequada, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

3.1. Assistência técnica

3.1.1. Rede de assistência técnica autorizada da CONTRATADA deverá estar disponível, preferencialmente no município de Ji-Paraná no estado de Rondônia para a execução dos serviços em garantia e de todos os demais necessários à manutenção da regularidade operacional dos itens/ equipamentos adquiridos.

3.1.2. Não será admitida a subcontratação. Não transferir, total ou parcialmente, as obrigações assumidas, salvo mediante autorização expressa e formal da CONTRATANTE.

3.1.3. Caso não haja empresa credenciada no município de Ji-Paraná no estado de Rondônia para execução de serviços relacionados à garantia, a CONTRATADA deverá enviar serviço técnico especializado à capital desta unidade federativa, para efetuar os reparos necessários.

3.1.4. A CONTRATADA, no ato de entrega dos itens, deverá entregar os termos de garantia, preferencialmente digital, a ser apresentado na rede de autorizadas, informando da gratuidade aqui estabelecida para os serviços durante a duração da garantia.

3.1.5. É vedado à CONTRATADA opor qualquer restrição à execução da garantia/assistência técnica/revisões gratuitas, constantes no manual do fabricante ou em outro instrumento da fábrica, haja vista que o Termo de Referência prevê que os serviços e peças serão fornecidos pela CONTRATADA. Sendo que a participação da empresa na licitação configura a aceitação plena das condições exigidas.

3.2. Garantia

As exigências abaixo, tem por finalidade assegurar o padrão de qualidade adequado, segurança, durabilidade e desempenho do bem a ser adquirido.

3.2.1. Quando aplicável, o prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será aquele descrito abaixo ou o prazo ofertado pelo fabricante, caso este seja superior. A contagem será iniciada no primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

3.2.2. Garantia total de 12 (doze) meses para todos os bens permanentes/equipamentos objeto desta contratação, ou o prazo ofertado pelo fabricante, caso este seja superior, observado o disposto no *subitem 3.2.1.*

3.2.3. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido neste item, o licitante deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

3.2.4. A empresa deverá fornecer termo de garantia, por meio de documentos próprios, preferencialmente na forma digital.

3.2.5. O termo de garantia ou equivalente deverá esclarecer de maneira clara e adequada em que consiste a mesma garantia, bem como a forma, o prazo e o lugar em que poderá ser exercitado, o ônus a cargo do CONTRATANTE, devendo ser entregue, devidamente preenchido pelo fornecedor, no ato do fornecimento, acompanhado, se aplicável, do manual de instalação e/ou uso do produto.

3.2.6. Em caso de Recall, os serviços de manutenção e/ou substituição necessários serão realizados pela rede de assistência técnica autorizadas, sem custos a administração pública.

3.2.7. A execução dos termos de garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o CONTRATANTE.

3.2.8. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria CONTRATADA, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

3.2.9. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

3.2.10. Os componentes que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

3.2.11. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição das peças que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de retirada dos insumos das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

3.2.12. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

3.2.13. Na hipótese de inviabilidade de reparo, ou quando o insumo apresentar defeitos sistemáticos de fabricação, devidamente comprovados pela frequência de manutenções corretivas realizadas em autorizadas do fabricante, deverá ser providenciada a substituição integral do mesmo no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

3.2.14. As peças, dispositivos ou mesmo insumo que forem substituídos durante o período de garantia terão, a partir de sua entrega, todas as garantias inicialmente previstas.

3.2.15. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos itens.

3.2.16. O custo referente ao transporte dos insumos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

3.2.17. As substituições de peças e a mão-de-obra, quando em garantia, deverão atender às normas técnicas de fabricação, e estarão sujeitas às obrigações praticadas no mercado, nos termos das legislações pertinentes e subsidiárias.

3.2.18. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

3.3. Do Dimensionamento e Abastecimento

3.3.1. O abastecimento deverá obedecer ao cronograma pré-estabelecido, ou seja, conforme a confecção de empenho financeiro pela Unidade contemplada.

3.3.2. Todas as entregas deverão ser acompanhadas por funcionários dos serviços em horário de expediente.

3.3.3. Todos os itens devem perfeito estado de conservação e deverão ser entregues lacrados, caso contrário serão devolvidos à CONTRATADA.

3.3.4. A CONTRATADA deve atender a todas as medidas de segurança necessárias ao transporte dos insumos/materiais.

3.4. Transporte

3.4.1. A solução compreende não apenas o fornecimento dos materiais, mas todo o suporte logístico de transporte em condições adequadas, preservando a integridade das embalagens e a dos itens conforme

exigido para cada classe de produto médico. Melhor demonstrado no item **4.2. Segurança no transporte e manuseio.**

3.6. Local de entrega:

A entrega deverá ocorrer sem nenhum custo adicional, em dias úteis, no Almoxarifado da Secretaria de Saúde SEMUSA, no horário de funcionamento de segunda a sexta-feira, das 07h30 às 13h30, exceto em feriados, situado na: **Rua: Teresina, nº 497. Bairro: Nova Brasília, CEP 76908-326, Ji-Paraná/RO**, e-mail: **almoxarifadosemusajp@gmail.com**

3.7. Condições de Entrega

3.7.1. Os itens entregues devem estar em perfeito estado, sem sinais de avaria, sem inadequação de conteúdo a fim de garantir sua integridade.

3.7.2. Serão recusados os itens entregues, que não atendam as especificações corretas. Deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

3.7.3. Garantir a entrega de dos materiais em até 30 dias após a solicitação.

3.8. Validade da Proposta

3.8.1. Após a homologação do pregão, a proposta manterá sua validade pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, desde que observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021.

3.8.2. A proposta poderá ser renovada, desde que em interesse da Administração Pública e dentro do prazo de validade original, mediante termo de prorrogação firmado com o licitante vencedor, nas mesmas condições originalmente pactuadas ou com as alterações permitidas pela legislação vigente.

3.8.3. Deverão ser observadas as demais disposições estabelecidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Para garantir a adequada execução contratual e assegurar que a aquisição dos insumos por meio do procedimento licitatório esteja em conformidade com a finalidade proposta, faz-se necessária a observância dos requisitos:

4.1. Requisitos operacionais e padrão de qualidade dos produtos

4.1.1. Todos os insumos devem ser novos, originais de fábrica, sem uso anterior, em perfeitas condições de funcionamento e conservação, com embalagem original, íntegra e inviolada.

4.1.2. Os materiais e dispositivos devem estar devidamente registrados e/ou notificados na ANVISA, quando exigido, e atender às normas técnicas específicas aplicáveis ao uso.

4.1.3. Os insumos não poderão ser genéricos, similares ou substitutivos sem prévia autorização expressa da contratante.

4.1.4. Produtos que apresentarem inconformidade técnica, vencimento, avarias ou divergência com o solicitado serão recusados no ato do recebimento, devendo ser substituídos no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sem ônus à Administração.

4.1.5. Todos os produtos devem possuir identificação clara quanto ao fabricante, lote, número de registro, data de fabricação e validade.

4.2. Segurança no transporte e manuseio

4.2.1. O transporte e acondicionamento dos materiais deverão atender às normas técnicas e sanitárias da ANVISA e órgãos reguladores (quando aplicável), garantindo proteção contra vazamentos, contaminações ou degradações.

4.2.2. Todos os insumos devem conter rotulagem clara com dados de composição, precauções, modo de uso, armazenamento e validade.

4.2.3. Para materiais considerados perigosos ou especiais (como perfurocortantes, contaminantes ou produtos químicos), deverá ser fornecida a respectiva FISPQ - Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos, quando aplicável.

4.2.4. A contratada deve garantir a entrega em até 30 dias após a solicitação.

4.2.5. A contratada deve responsabilizar-se pelo transporte dos insumos em veículos apropriados para transporte.

4.3. Suporte técnico e comunicação de riscos

4.3.1. A contratada deverá manter canal de comunicação ativo para orientações técnicas relacionadas ao uso correto dos insumos, especialmente quando houver risco à saúde ou necessidade de substituição de itens.

4.3.2. Qualquer produto com restrição de uso, contraindicação ou risco específico deve ter essas informações claramente apresentadas e comunicadas à contratante, com apoio técnico quando necessário.

4.4. Responsabilidades ambientais e de segurança

4.4.1. Gestão de resíduos

A Secretaria Municipal de Saúde mantém contrato vigente com empresa especializada em coleta, transporte, tratamento e destinação final dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS), em conformidade com a RDC nº 222/2018 da ANVISA. Os materiais potencialmente contaminados serão devidamente descartados, minimizando riscos à saúde pública e ao meio ambiente.

4.4.2. Sustentabilidade e responsabilidade ambiental

A contratação deverá observar os princípios da sustentabilidade ambiental e do consumo consciente, atendendo aos seguintes critérios:

4.4.2.1. Priorizar o fornecimento de produtos confeccionados com materiais recicláveis, atóxicos e/ou biodegradáveis, sempre que tecnicamente possível;

4.4.2.2. Utilizar embalagens individuais seguras, com volume reduzido, desde que garantida a proteção adequada do produto;

4.4.2.3. Comprovar o atendimento a critérios de sustentabilidade ambiental por meio de certificados ou declarações formais do fabricante;

4.4.2.4. Evitar o fornecimento de materiais que contenham substâncias químicas perigosas ou proibidas, conforme normas da ANVISA, IBAMA e legislação vigente;

4.4.2.5. Atender aos preceitos da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010);

4.4.2.6. Garantir que os materiais possuam boa qualidade, assegurando a melhor relação custo-benefício;

4.4.2.7. Assegurar que os materiais empregados tenham baixo impacto sobre recursos naturais, como flora, fauna, ar, solo e água, conforme diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

4.5. Descarte e Pós-Uso

4.5.1. responsabilidade da contratante

4.5.1.1. A Secretaria Municipal de Saúde se responsabilizará pelo descarte final dos materiais utilizados, conforme as normas da RDC nº 222/2018 da ANVISA e demais legislações correlatas.

4.5.2. Responsabilidade da contratada

Sempre que o produto exigir descarte especial ou manipulação diferenciada, a empresa fornecedora deverá:

4.5.2.1. Indicar claramente os procedimentos adequados para descarte seguro;

4.5.2.2. Disponibilizar instruções técnicas escritas, como parte integrante de sua responsabilidade pós-venda.

4.6. Condições de participação

4.6.1. É vedada a participação de licitantes:

I - Punidos com sanção prevista no inciso III do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, aplicada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública;

II - Punidos pela Administração Municipal com a sanção prevista no inciso II do art. 156 da Lei nº 14.133/2021;

III - Que se enquadrem nas hipóteses do art. 14 da Lei nº 14.133/2021;

IV - Que tenham em seu quadro societário servidor público ou dirigente do órgão ou entidade contratante;

V - Cujos sócios possuam vínculo de matrimônio, parentesco consanguíneo ou por afinidade até o segundo grau, ou por adoção, com Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores ou Servidores Municipais de Ji-Paraná/RO.

4.6.2. Regularidade Jurídica e Fiscal

A licitante vencedora deverá comprovar sua regularidade jurídica, fiscal, previdenciária e trabalhista, conforme o disposto na Lei nº 14.133/2021, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

4.6.2.1. Certidão de inscrição e de situação cadastral no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

4.6.2.2. Certidões negativas de débitos ou certidões positivas com efeito de negativa junto à Receita Federal, ao INSS e ao FGTS;

4.6.2.3. Comprovação de inexistência de impedimentos para contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 14 da Lei nº 14.133/2021.

4.6.3. Não será admitida a participação em consórcio.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A execução do objeto consiste na **aquisição de insumos odontológicos permanentes** destinados ao Departamento de Atenção Básica da Secretaria Municipal de Saúde de Ji-Paraná, conforme especificações técnicas estabelecidas no Estudo Técnico 96 ([ID 2726291](#)), neste Termo de Referência e, posteriormente, no edital.

5.2. A execução contratual terá início a partir do recebimento da Nota de Empenho e se encerrará após o cumprimento integral das obrigações assumidas, incluído o período de garantia dos produtos fornecidos, conforme legislação vigente.

5.3. Ao longo da vigência contratual, os resultados serão produzidos por meio do fornecimento regular e programado dos insumos odontológicos, conforme demanda gerada pelas unidades de saúde. A execução obedecerá aos seguintes parâmetros:

- **Planejamento da demanda:** As requisições de fornecimento serão feitas pela Secretaria com base em planejamento prévio, considerando consumo histórico, sazonalidades e demandas emergenciais.
- **Entrega programada:** Os insumos serão entregues de **forma parcelada**, conforme solicitações emitidas pela contratante, respeitando os prazos definidos contratualmente.
- **Acompanhamento e fiscalização:** Servidores designados atuarão como fiscais do contrato, realizando o acompanhamento técnico, a verificação da conformidade dos materiais entregues e o registro de ocorrências.
- **Garantia da qualidade:** Todos os produtos deverão atender aos padrões estabelecidos neste Termo de Referência, incluindo validade mínima, regularidade sanitária e conformidade técnica. Produtos fora das especificações deverão ser substituídos pela contratada sem ônus à Administração.

5.4. Os Gestores e Fiscais serão, designados por ato administrativo, atuarão de forma segregada, observando o disposto no art. 117 da Lei nº 14.133/2021 e na Instrução Normativa nº 04/2024 da Controladoria-Geral do Município (ID 1064860), realizando o acompanhamento e a fiscalização da execução contratual, bem como adotando as providências necessárias para solucionar eventuais irregularidades ou contratemplos.

5.5. O pagamento será realizado na conta bancária indicada pela contratada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a partir do atesto da Nota Fiscal, condicionado à apresentação e manutenção da regularidade jurídica, fiscal, previdenciária e trabalhista.

5.6. A contratada deverá executar o objeto em estrita conformidade com as demandas formalmente emitidas e autorizadas pela Secretaria Municipal de Saúde de Ji-Paraná, observando todas as condições previstas neste Termo de Referência.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Fiscalização

6.2.1. Os procedimentos de fiscalização atenderão ao disposto na Instrução Normativa nº 04/CGM/PMJP/2024 que dispõe sobre as atividades de gestor e fiscal de contratos, da comissão de recebimento de materiais e serviços, e dá outras providências.

6.2.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.2.3. A comissão de recebimento acompanhará a execução da aquisição, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no ETP, TR e Edital, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.2.4. Os membros da comissão anotarão, caso ocorram, todas as ocorrências relacionadas à execução da aquisição, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º).

6.2.5. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, a comissão de recebimento emitirá notificações para a correção da execução da aquisição, determinando prazo para a correção.

6.2.6. A comissão de recebimento, em tempo hábil, informará aos superiores, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.2.7. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução da aquisição nas datas aprezadas, a comissão de recebimento o comunicará o fato imediatamente aos gestores.

6.2.8. A comissão de recebimento verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.2.9. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, a comissão de recebimento atuará tempestivamente na solução do problema, reportando aos superiores para que tomem as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.2.10. A administração pública tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158

da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.2.11. O município e os gestores do SUS fiscalizarão, por intermédio dos técnicos, especialmente designados para este fim, o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste artefato, especialmente quanto à qualidade dos insumos adquiridos; a obediência à legislação e demais normas pertinentes; o faturamento apresentado, bem como qualquer tipo de ocorrência que mereça ação fiscalizadora ou apuração de responsabilidades e/ou irregularidades.

6.2.12. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do fornecedor, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.3. Obrigações da Contratante

6.3.1. Exercer a regulação, o controle e a avaliação da aquisição, garantindo que o objeto contratado seja cumprido conforme os requisitos estabelecidos.

6.3.2. Acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução contratual, observando as diretrizes constantes no ETP, no TR e no Edital, por meio do Fiscal designado, responsável por dirimir pendências e prestar os esclarecimentos necessários à Contratada.

6.3.3. Comunicar à Contratada qualquer irregularidade constatada na entrega dos insumos adquiridos, conforme o objeto deste instrumento.

6.3.4. Notificar a Contratada sobre irregularidades relacionadas à qualidade ou quantidade dos itens, exercendo fiscalização plena. A Contratante poderá exigir a correção das falhas dentro de prazo definido, bem como rejeitar materiais que estejam em desacordo com as especificações contratadas.

6.3.5. Realizar inspeções técnicas, sempre que julgar necessário, para verificar o atendimento integral das exigências contratuais.

6.3.6. Prestar informações e esclarecimentos solicitados pela Contratada, desde que pertinentes à execução do contrato.

6.3.7. Designar servidor(es) responsável(is) pela fiscalização e recebimento, com competência legal para acompanhar a execução e notificar a Contratada sobre quaisquer ocorrências relacionadas ao fornecimento.

6.3.8. Atestar e certificar as notas fiscais, por meio de servidor formalmente designado, verificando, antes de cada pagamento, a manutenção das condições de habilitação da Contratada.

6.3.9. Emitir o Termo de Recebimento dos itens entregues, ressaltando que tal ato não exime a fornecedora das responsabilidades previstas no edital e seus anexos.

6.3.10. Efetuar o pagamento na conta bancária indicada pela Contratada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a partir do atesto da Nota Fiscal, condicionado à apresentação e à verificação da regularidade fiscal e documental da empresa.

6.4. Obrigações da Contratada

6.4.1. Executar o objeto contratual em conformidade com as demandas encaminhadas pela Secretaria Municipal de Saúde de Ji-Paraná, observando integralmente as condições, prazos e especificações definidas no contrato e em seus anexos;

6.4.2. Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório, apresentando comprovação de regularidade sempre que solicitado;

6.4.3. Não será admitida a subcontratação, total ou parcialmente, as obrigações assumidas, salvo mediante autorização expressa e formal da CONTRATANTE;

- 6.4.4.** Fornecer os insumos em conformidade com as normas técnicas e regulamentações vigentes, assegurando qualidade, procedência e atendimento às especificações deste Termo de Referência;
- 6.4.5.** Apresentar, quando solicitado, documentação comprobatória da qualidade dos produtos, bem como Licença de Autorização de Funcionamento válida, emitida pelos órgãos competentes;
- 6.4.6.** Garantir que todos os produtos sejam novos, de primeira linha e originais de fábrica, atendendo aos padrões da ABNT e demais normas aplicáveis;
- 6.4.7.** Assegurar que as embalagens e rótulos contenham identificação clara, dados técnicos e informações necessárias ao uso adequado dos produtos;
- 6.4.8.** Disponibilizar equipe operacional qualificada e devidamente uniformizada para transporte, carga, descarga e entrega, arcando com todos os custos de frete, seguro e encargos até o destino final;
- 6.4.9.** Responder por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão durante a execução contratual;
- 6.4.10.** Responsabilizar-se pela segurança e integridade de seus empregados, cumprindo integralmente as normas trabalhistas e de segurança, inclusive quanto ao uso obrigatório de Equipamentos de Proteção Individual (EPI);
- 6.4.11.** Cumprir as normas internas e diretrizes expedidas pela Secretaria Municipal de Saúde, colaborando com as atividades de fiscalização e reconhecendo que tal fiscalização não exime a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais;
- 6.4.12.** Acatar as deliberações da comissão de fiscalização em casos omissos relativos a especificações técnicas ou documentos complementares;
- 6.4.13.** Responder por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, civis e securitários relacionados à execução do contrato e à sua equipe, isentando a CONTRATANTE de qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária;
- 6.4.14.** Disponibilizar canal de atendimento (e-mail, telefone ou número 0800) para informações, orientações, reparos ou manutenção preventiva dos insumos fornecidos;
- 6.4.15.** Encaminhar, para fins de pagamento, cópia das notas fiscais devidamente assinadas pela equipe designada pela CONTRATANTE responsável pela conferência e recebimento dos produtos.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1 São de inteira responsabilidade do almoxarifado recebedor, os procedimentos de recebimento dos materiais, por Comissão de Recebimento de Materiais e Serviços do Almoxarifado, inserida na estrutura desta Secretaria, a qual goza de autonomia para, dentro das normas e responsabilidades realizar acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação.

7.2 A Comissão de Recebimento, fará a conferência da quantidade e qualidade dos objetos entregues, conforme a Nota de Empenho e/ou ordem de fornecimento considerando as especificações técnicas, e cláusulas discriminadas no Contrato e Termo de Referência;

Formas de recebimento:

7.3 Recebimento Provisório (art. 140 II, a, da Lei 14.133/21) - de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, como contagem física das embalagens, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais.

7.3.1 Recebimento Definitivo (art. 140 II, b, da Lei 14.133/21) - que consiste na verificação da qualidade e quantidade dos bens e de sua aceitação com a certificação na Nota Fiscal, será firmado por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento

das exigências contratuais, em prazo não superior a 15 (quinze) dias corridos, salvo caso devidamente justificado, liquidando a despesa, comprovando a adequação do objeto nos termos contratuais e consequente aceitação mediante a termo de recebimento definitivo.

7.3.2 Se oportuno poderá ser realizado o Recebimento Definitivo imediatamente após recebimento do objeto, não sendo necessário o recebimento provisório.

7.4 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil do contratado em face da eventual existência de vícios redibitórios, e nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

7.6 O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato, assim como as especificações técnicas, e cláusulas discriminadas no Termo de Referência.

7.7 Se, após o recebimento provisório, for constatado que os materiais foram entregues de forma incompleta, com qualidade e quantidade inferior à contratada, apresentando defeitos ou em desacordo com as especificações da aquisição, o contratado se obriga, substituir os bens em desacordo ou entregar os bens remanescentes às suas expensas, após a notificação do contratado. Será interrompido o prazo de recebimento definitivo e suspenso o prazo de pagamento até que seja sanada a situação.

7.8 A contratada deverá reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, os materiais que forem rejeitados, parcial ou totalmente, por apresentarem vícios, defeitos ou incorreções, no prazo MÁXIMO de 5 (cinco) dias úteis (Art. 119, lei 14.133/21).

7.9 Só será reconhecida a entrega como realizada se os quantitativos dos itens da nota fiscal forem aceitos. Se algum bem constante da mesma for recusado, a nota ficará esperando regularização e a data de entrega será a data do fechamento do empenho com a entrega de todos os itens conforme solicitado.

7.10 Em todo caso de devolução ou extravio do bem, a empresa contratada será responsável pelos custos com fretes, carretos, seguro e tributos, se ocorrerem.

7.11 A comissão de recebimento da secretaria citada acima, se necessário pode e deve solicitar no ato do recebimento do objeto, ou posterior ao mesmo, um especialista capacitado na área proponente, para atestar a veracidade dos aspectos físicos e da qualidade dos produtos.

7.12 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.13. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

Liquidação

7.14 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;

- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.15 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.16 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.17. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.18 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.19 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.20 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.21 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF. Prazo de pagamento

7.22 O pagamento será efetuado no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, conforme seção anterior, após comprovadas o adimplemento da contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos.

7.23 Se durante a liquidação for identificado erro ou falha documental sanável, salvo má-fé, o credor será notificado para no prazo de três dias corridos para sanear o documento, após esse prazo a obrigação do pagamento terá sua exigibilidade suspensa e será excluída da ordem cronológica.

7.24 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100) \times 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde: } I = \text{Índice de atualização financeira};$$

$$TX = \text{Percentual da taxa de juros de mora anual};$$

$$EM = \text{Encargos moratórios};$$

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso.

Forma de pagamento

7.25 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.26 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.26.1. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.26.2. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.27 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço POR ITEM, em regime aberto.

Exigências de habilitação

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.3. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.4. Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, Microempreendedor Individual - MEI: cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.5. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documentos comprobatórios de seus administradores;

8.6. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.7. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documentos comprobatórios de seus administradores;

8.8. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

- 8.9.** Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 8.10.** Documentos de identificação contendo RG e CPF do(s) sócio(s) ou sócio administrador;
- 8.11.** Instrumento de procuração, devidamente registrado em Cartório (quando for o caso), acompanhado dos documentos pessoais do procurador (RG e CPF);
- 8.12.** Registro Comercial, no caso de empresa individual.
- 8.13.** Decreto de Autorização, devidamente arquivado em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.
- 8.14.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.15.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.16.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.17.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.18.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.19.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual, Municipal ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.20.** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.21.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual e Municipal ou Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.22.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 8.23.** (Certidão Negativa de Falência, de Concordata, de Recuperação Judicial ou Extrajudicial Lei nº 11.101/2005) expedida pelo distribuidor da sede da empresa, EXPEDIDA NOS ÚLTIMOS 90 (Noventa) dias caso não conste o prazo de validade; ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.
- 8.24.** No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

8.25. Balanço patrimonial (BP) e demonstração do resultado do exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, assinados pelo representante legal e pelo contabilista responsável, já exigíveis e apresentados na forma estabelecida por lei para cada porte, que comprovem a boa situação financeira da empresa, extraídos do livro diário, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

8.26. Os documentos limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.27. A não apresentação de qualquer um dos documentos solicitados acima poderá implicar na desclassificação da empresa no processo de seleção.

8.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.29. A boa situação financeira será medida quando os índices de LG, LC e SG forem superiores a 1, obtidos a partir das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG)

Fórmula: $LG = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo})$.

Interpretação: Avalia a capacidade da empresa de pagar todas as dívidas (curto e longo prazo).

II - LC Liquidez Corrente;

Fórmula: $LC = \text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$

Interpretação: Mede a capacidade de pagar as obrigações de curto prazo.

III - SG Solvência Geral;

Fórmula: $SG = \text{Ativo Total} / \text{Passivo Total}$

Interpretação: Indica quanto a empresa possui em ativos para cada unidade monetária de dívida total.

8.30. A demonstração dos índices econômicos previstos, poderá ocorrer através de declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos exigidos.

8.31. Quando qualquer, ou todos, os índices de Liquidez Geral, de Liquidez Corrente e de Solvência Geral, forem iguais ou inferiores a 1, a empresa deverá apresentar comprovação de patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

Habilitação Técnica

8.32 A empresa deverá apresentar as Normas técnicas da ABNT, INMETRO, ANVISA e/ou ISOs que sejam pertinentes à natureza do objeto requerido.

8.33 A empresa deve comprovar número de inscrição na ANVISA dos equipamentos odontológicos.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. Estima-se o valor total de **R\$ 505.250,47** (quinhentos e cinco mil e duzentos e cinquenta reais e quarenta e sete centavos), para a aquisição dos itens previstos neste Termo de Referência.

9.2. Para a elaboração dessa estimativa e como memória de cálculo, utilizou-se pesquisa de preço em sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, em conformidade com o § 1º do art. 23 a Lei nº 14.133/2021. Cotação prévia com links e prints com data e hora encontra-se no (ID 2596221).

9.3. A metodologia utilizada para a definição da estimativa foi a **média** dos valores encontrados.

9.4. Contudo, em observância às diretrizes da referida lei, **o valor estimado será atualizado com base em cotação de preços a ser realizada pela Controladoria-Geral de Preços**, de modo a assegurar maior precisão na definição do valor estimado, garantindo a economicidade, a viabilidade técnica da contratação e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Cotação Prévia com prints com data e hora e links, encontra-se no (ID 2596221).

Planilha: Detalhamento e quantidade dos itens a serem adquiridos e estimativa de valores.

Item	Descrição do Equipamento	Qtd	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
01	Autoclave Horizontal 75L Inox	2	R\$ 17. 669,32	R\$ 35.338,64
02	Cadeira Odontológica Completa	8	R\$ 21.812,24	R\$ 174.497,92
03	RX 70kV Coluna Móvel Digital	3	R\$ 10.941,04	R\$ 32.823,12
04	No-Break 1.2 kVA / 600W	2	R\$ 971,82	R\$ 1.943,64
05	Fotopolimerizador LED sem fio	3	R\$ 1.569,92	R\$ 4.709,76
06	Bomba de Vácuo 1.5 HP	4	R\$ 3.375,80	R\$ 13.503,20
07	Desktop (4 Núcleos/8GB RAM)	9	R\$ 4.607,37	R\$ 41.466,33
08	Mocho em Aço Inox 304	17	R\$ 644,56	R\$ 10.957,52
09	Negatoscópio LED Chapa Aço	2	R\$ 593,72	R\$ 1.187,44
10	Televisor LED 32" a 41"	2	R\$ 1.573,18	R\$ 3.146,36
11	Compressor Odonto 80L 2.0HP	6	R\$ 11.657,24	R\$ 69.943,44
12	Notebook i7 (12ª Ger) / 8GB	1	R\$ 5. 441,15	R\$ 5.441,15
13	Amalgamador Digital Bivolt	2	R\$ 1.375,94	R\$ 2.751,88
14	Destiladora de Água Automática	3	R\$ 1.612,53	R\$ 4.837,59
15	Ultrassom Odontológico	8	R\$ 3.653,33	R\$ 29.226,64
16	Cadeira Escritório Telada	2	R\$ 1.099,58	R\$ 2.199,16
17	Banqueta Inox Giratória Gás	2	R\$ 311,67	R\$ 623,34
18	Fotóforo LED 30k Lux Bateria	1	R\$ 5.539,28	R\$ 5.539,28
19	Biombo Plumbífero 2mm Pb	1	R\$ 7.215,78	R\$ 7.215,78
20	Aspirador Secreção Elétrico	1	R\$ 4.274,68	R\$ 4.274,68
21	Bisturi Elétrico Digital 300W	1	R\$ 26.987,10	R\$ 26.987,10
22	Mesa MDF c/ Gaveteiro	1	R\$ 538,97	R\$ 538,97
23	Geladeira (260L a 299L)	1	R\$ 2.506,25	R\$ 2.506,25
24	Arquivo de Aço 4 Gavetas	1	R\$ 863,00	R\$ 863,00
25	Ar Condicionado 18k BTUs	1	R\$ 2.849,30	R\$ 2.849,30
26	Impressora Laser 35ppm	1	R\$ 852,31	R\$ 852,31
27	Multifuncional Laser Mono	1	R\$ 1.472,99	R\$ 1.472,99
28	Seladora Manual de Mesa	3	R\$ 497,39	R\$ 1.492,17
29	Articulador A7 Plus	1	R\$ 1.172,96	R\$ 1.172,96
30	Refletor Odontológico LED	1	R\$ 1.692,80	R\$ 1.692,80
31	Lavadora Ultrassônica 15L	1	R\$ 4.418,22	R\$ 4.418,22
32	Gerador Ozônio Odonto	1	R\$ 5.544,00	R\$ 5.544,00
33	Balde a Pedal Inox 30L-50L	2	R\$ 326,81	R\$ 653,62
34	Caixa Desinfecção Limas	2	R\$ 65,97	R\$ 131,94
35	Unidade Auxiliar 2 Sugadores	2	R\$ 1.166,88	R\$ 2.333,76
36	Lixeira Ferro Pintado 20L	3	R\$ 38,07	R\$ 114,21
TOTAL	INVESTIMENTO GERAL	101	VALOR TOTAL	R\$ 505.250,47

9.4. Nestes termos, tem-se o valor da **ESTIMATIVA PRÉVIA** da presente contratação **R\$ 505.250,47** (quinhentos e cinco mil e duzentos e cinquenta reais e quarenta e sete centavos).

9.5. Entretanto considerando as diretrizes da referida lei, a estimativa de valor da presente aquisição será atualizada com base em cotação de preços conduzida pela Controladoria-Geral de Preços. Essa medida visa garantir maior segurança na definição do valor estimado para aquisição, assegurando a economicidade, a viabilidade técnica e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 A dotação orçamentária para a aquisição dos produtos por intermédio do presente Registro de Preços será efetuada à medida que as compras forem solicitadas à Gerência do Sistema de Registro de Preços;

- 10.2** Servirão de cobertura às contratações oriundas da Ata de Registro de Preços, os recursos orçamentários da unidade orçamentária requisitante. Havendo necessidade, por determinação da Sr. Prefeito poderão ser utilizados recursos orçamentários de qualquer Secretaria Municipal de Ji-Paraná;
- 10.3** Os recursos orçamentários provenientes de outros Municípios; do Estado; Distrito Federal; União e/ou entidades públicas ou privadas nacionais e estrangeiras; de outro país, ou ainda de organismos internacionais, repassados ao Município de Ji-Paraná a título de convênio, ajustes, doações e outros instrumentos equivalentes, recepcionados por dotações orçamentárias deste Município, podem servir de cobertura às despesas com contratações decorrentes do Sistema de Registro de Preços.
- 10.4** Se a eventual e futura contratação ocorrer ainda neste exercício, às respectivas despesas decorrentes da contratação, objeto desta licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento do Município de Ji-Paraná/RO.
- 10.5** Os recursos orçamentários destinados à cobertura das despesas decorrentes da aquisição, correrão por conta dos recursos, pela seguinte classificação orçamentária:

FICHA ORÇAMENTÁRIA: 1731

10 Fundo Municipal de Saúde
02 PODER EXECUTIVO
02 07 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
020709 BLOCO DE ESTRUTURAÇÃO - ATENÇÃO PRIMÁRIA
10 Saúde
10 301 Atenção Básica
10 301 0002 ACOLHE JI-PARANÁ: AMOR, RESPEITO E SAÚDE PARA TODOS
10 301 0002 1107 0000 Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde
1731 OR 4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
0.2.601 3110 010.119 Emendas Parlamentar - Estruturação

PROPOSTA DE EMENDA PARLAMENTAR 19122075000125007

- 10.6.** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 11.1** Poderão participar deste certame, todas as empresas do ramo pertinente ao objeto do presente Termo de Referência, devidamente qualificado, mediante comprovação das regularidades fiscais, obedecendo à legislação que rege a matéria;
- 11.2** Poderão participar empresas que se encontrem em recuperação judicial e/ou extrajudicial.
- 11.3** Não poderão disputar esta licitação: (Previstos nos Art. 9º e 14º da Lei 14.133/21)
- 11.3.1** aquele que não atenda às condições deste Termo de referência e seu(s) anexo(s);
- 11.3.2** autor do Termo de Referência, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 11.3.3** empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do termo de referência, ou empresa da qual o autor seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 11.3.4** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

11.4. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

11.4.1 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

11.4.2 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, em trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

11.4.3 agente público do órgão ou entidade licitante;

11.4.4 pessoas jurídicas reunidas em consórcio, conforme o entendimento do Acórdão TCU nº 1316/2010, que atribui à Administração a prerrogativa de admissão de consórcios em licitações por ela promovidas, pelos motivos já expostos.

11.4.5 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

11.4.6 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

11.4.7 Empresas estrangeiras que não atenderem às exigências de habilitação, onde tais serão exigidas mediante documentação equivalente, autenticada pelos respectivos consulados e traduzida por tradutor juramentado.

11.4.8 Não será admitida a participação de empresas que possuam nos seus quadros, funcionários ou servidores do MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ, inclusive na condição de sócio ou dirigente.

12. DA JUSTIFICATIVA DA FORMAÇÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

12.1 O sistema de registro de preços poderá ser utilizado de forma preferencial em relação ao rito tradicional das contratações de bens e serviços, inclusive de obras e serviços de engenharia, observadas as seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

12.2. O Sistema de Registro de Preços é um procedimento especial que visa à realização de contratações sucessivas de serviços ou aquisições sucessivas de bens, selecionados por meio de um certame licitatório, no qual é elaborado um cadastro de produtos e fornecedores possibilitando que a Administração Pública contrate de acordo com as suas necessidades.

12.3. O Sistema de Registro de Preços apresenta, entre outras vantagens, a diminuição de certames licitatórios e a economia de recursos despendidos para a realização de licitações, transformando-se, por isso, em uma alternativa útil para a gestão de contratações pela Administração Pública.

12.4 O presente registro de preços de serviço, se enquadra nas hipóteses de 01 a 02, considerando que estes objetos ensejam contratações frequentes e pela natureza do objeto, não temos como precisar o consumo mensal com extrema exatidão, por isso se a contratação não se prover via registro de preços, teríamos que reprisá-la várias vezes ao ano, o que demonstra ineficiência na eleição da forma de

contratação em afronta ao princípio da eficiência, além do que, dada a instabilidade orçamentária em face da variação na arrecadação das receitas do Município.

13. DO REAJUSTES DE PREÇOS

13.1 A revisão dos preços poderá ocorrer a qualquer momento durante a validade da ata, desde que demonstrada à variação de preços no mercado, sendo vedado o pedido e a concessão da revisão após a emissão da nota de empenho, conforme estabelecido no Decreto Municipal n.º 1385, de 11 de março de 2024.

Nos termos do artigo 25, incisos I, II e III do Decreto n. 11.462/2023, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, nas seguintes situações:

I - em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea d do inciso II, alínea "d" do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

II - em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou

III - na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos do disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

13.2 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, conforme orienta a Lei Federal nº. 14.133/21, art. 124.

13.3 O reajuste dos preços contratados será admitido após o decurso do prazo de 12 (doze) meses, contado a partir da data do orçamento estimado, em consonância com o disposto no art. 25, § 7º e no art. 92, § 3º da Lei nº 14.133/2021, que estabelecem como marco referencial a data do orçamento que fundamenta a contratação.

13.4 O índice de reajuste a ser aplicado será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), por ser o índice mais adequado para atualização monetária dos valores relacionados à aquisição de medicamentos, conforme previsão expressa no Edital.

13.5 O reajuste será processado mediante solicitação formal da contratada, acompanhada de memória de cálculo, sujeita à análise e aprovação da Administração, com efeitos financeiros e contábeis a partir da data de aniversário da base de cálculo, observada a legislação vigente

14. DA PRORROGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO CONTRATO

14.1 O prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à publicação do extrato da Ata no PNCP e no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia, podendo ser prorrogado por igual período, mediante justificativa aceita pela Administração e comprovação de que as condições e os preços permanecem vantajosos, conforme art.22 do Decreto Federal nº11.462/2023 c/c art.12, §1º do Decreto Municipal nº1385/2024. Com a prorrogação da avença, as quantidades inicialmente registradas serão renovadas.

14.2 O prazo da ata válida por 1 um ano poderá ser prorrogado por igual período, conforme a lei 14.133 (caput do Artigo 84 da referida lei).

"Do Sistema de Registro de Preços

Art. 84. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

Parágrafo único. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas. (Brasil, 2021)

14.3 Os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão ser prorrogados conforme o artigo 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que haja previsão no edital e na minuta contratual. A prorrogação será admitida para garantir a continuidade da execução contratual, assegurando o cumprimento integral do objeto contratado e permitindo a manutenção do fornecimento de bens ou da prestação de serviços nos termos originalmente ajustados.

14.4 A prorrogação deverá ser formalizada por termo aditivo, respeitando as disposições legais aplicáveis, e não implicará, por si só, a alteração das demais cláusulas contratuais, salvo se houver necessidade de adequação, o que deverá ocorrer conforme os limites estabelecidos na Lei nº 14.133/2021.

15. DA UTILIZAÇÃO DA ATA

15.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada, durante sua vigência, por órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitado mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador;

15.2. A adesão à Ata por órgãos/entidades não participantes observará:

- a) Justificativa da vantagem da adesão, incluindo risco de desabastecimento ou descontinuidade de serviços;
- b) Compatibilidade dos preços com o mercado, conforme art. 23 da Lei nº 14.133/2021;
- c) Consulta e aceitação prévia do órgão gerenciador e do fornecedor;
- d) Aceitação facultativa do fornecedor, desde que não prejudique obrigações atuais e futuras da Ata;
- e) Possibilidade de adesão à ata de registro de preços, conforme § 2º do art. 86 da Lei nº 14.133/2021;
- f) Limite de até 50% dos quantitativos registrados para cada órgão ou entidade, conforme Decreto Municipal nº 1.385/2024;
- g) Limite global de adesões de até o dobro do quantitativo de cada item registrado;
- h) Vedação à adesão por órgãos federais a Atas instituídas por órgãos municipais, estaduais ou distritais.

16. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

16.1. A presente aquisição refere-se a materiais permanentes odontológicos essenciais ao funcionamento contínuo das unidades de saúde, incluindo consultórios da Atenção Primária, do Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) e demais pontos da rede municipal. Esses insumos são indispensáveis para a realização regular de procedimentos preventivos, restauradores, cirúrgicos e de prioridade clínica, garantindo a continuidade e a qualidade dos atendimentos à população.

16.2. A contratação será realizada pelo critério de menor preço por item, considerando que essa modalidade permite maior competitividade entre fornecedores, otimiza a relação custo-benefício de cada material, assegura vantajosidade econômica à Administração, oferece flexibilidade na escolha de fornecedores e garante a entrega integral de todos os itens previstos no Termo de Referência.

16.3. Considerando as especificidades do presente objeto a demanda será **parcelada**, haja visto, se comprovarem ser técnica e economicamente viável, com vistas a propiciar o melhor aproveitamento do mercado e a ampliação da competitividade, atendendo plenamente aos princípios da eficiência, economicidade e continuidade do atendimento, garantindo o melhor aproveitamento do recurso público e a segurança na prestação dos serviços de saúde bucal.

17. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

17.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

17.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

17.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

17.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

17.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

17.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

17.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

17.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

17.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

17.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

17.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

17.1.5. fraudar a licitação;

17.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

17.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

17.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

17.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

17.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

17.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

17.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

17.2.1. advertência;

17.2.2. multa;

17.2.3. impedimento de licitar e contratar e

17.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

17.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

17.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

17.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

17.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

17.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

17.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato lícitado, recolhida no prazo estabelecido na comunicação oficial expedida pelo órgão sancionador.

17.4.1. Para as infrações previstas nos itens 17.1.1, 17.1.2 e 17.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato lícitado.

17.4.2. Para as infrações previstas nos itens 17.1.4, 17.1.5, 17.1.6, 17.1.7 e 17.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato lícitado.

17.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

- 17.6.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 17.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 17.1.1, 17.1.2 e 17.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente municipal a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.
- 17.8.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 17.1.4, 17.1.5, 17.1.6, 17.1.7 e 17.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 17.1.1, 17.1.2 e 17.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no artigo 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.
- 17.9.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 17.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do artigo 45, §4º da IN SEGES/ME nº 73 de 2022.
- 17.10.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 17.11.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 17.12.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 17.13.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 17.14.** A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

17. INFORMAÇÕES GERAIS

17.1 Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com os dispositivos da Lei 14.133/2021 e o Decreto Municipal 1385/2024, assegurando que todos os procedimentos, requisitos e critérios aqui estabelecidos estejam em total alinhamento com a legislação vigente e as melhores práticas de contratação pública. O presente documento busca garantir a eficiência, economicidade, e a adequada execução contratual de forma eficiente e sustentável, atendendo às necessidades do Departamento de Atenção Básica.

Aprovado por:

(Assinado eletronicamente)

CRISTIANO RAMOS PEREIRA

Secretário Municipal De Saúde

Decreto nº 0038/2025

De acordo:

(Assinado eletronicamente)

KARLA CRUZ COUTINHO MAGALHÃES

Cordenadora do CEO

Decreto nº 086/GAB/PMJP/2025

e;




(Assinado eletronicamente)


ALINE LARA DE CARVALHO

Diretora do Dep. de Atenção Básica

Decreto nº 086/GAB/PMJP/2025

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: www.ji-parana.ro.gov.br

	Documento assinado eletronicamente por ESTER DE PAULA, RECEPCIONISTA - 40H - SAU , em 28/05/2026 às 13:35, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do Decreto nº 435 de 27/02/2023 .
	Documento assinado eletronicamente por ALINE LARA DE CARVALHO, Diretora do Dep. de Atenção Básica , em 29/05/2026 às 09:04, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do Decreto nº 435 de 27/02/2023 .
	Documento assinado eletronicamente por CRISTIANO RAMOS PEREIRA, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE , em 29/05/2026 às 10:49, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do Decreto nº 435 de 27/02/2023 .

 A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID **2725430** e o código verificador **4730A061**.

Referência: [Processo nº 5-529/2026](#).

Docto ID: 2725430 v1



ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

Órgão	Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA
Unidade	Coordenação de Saúde Bucal (CEO), vinculada ao Departamento de Atenção Básica (DAB)
Serviço Ou Aquisição	Aquisição de equipamentos permanentes destinados à estruturação e ao fortalecimento dos serviços odontológicos prestados pela Coordenação de Saúde Bucal (CEO)

I - INFORMAÇÕES BÁSICAS PROCESSO ADMINISTRATIVO

O objeto do presente Estudo Técnico Preliminar consiste na aquisição de equipamentos permanentes destinados à estruturação e ao fortalecimento dos serviços odontológicos prestados pela Coordenação de Saúde Bucal (CEO), vinculada ao Departamento de Atenção Básica (DAB), integrante da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Ji-Paraná/RO.

II - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERADO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO;

A necessidade da presente contratação decorre da demanda por estruturação e fortalecimento dos serviços odontológicos prestados pela Coordenação de Saúde Bucal (CEO), vinculada ao Departamento de Atenção Básica (DAB) da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Ji-Paraná/RO, por meio da aquisição de equipamentos permanentes essenciais ao adequado funcionamento das atividades assistenciais. Tal medida visa sanar fragilidades estruturais identificadas na atual capacidade instalada, as quais impactam diretamente a eficiência, a continuidade e a qualidade do atendimento odontológico ofertado à população. O diagnóstico técnico do parque de equipamentos atualmente em uso evidencia significativo desgaste físico e obsolescência tecnológica, decorrentes do uso contínuo e prolongado, comprometendo o desempenho operacional dos serviços e elevando a incidência de manutenções corretivas. A permanência desse cenário potencializa riscos de paralisação parcial ou total das atividades odontológicas, além de dificultar o atendimento aos padrões técnicos e sanitários exigidos, demonstrando a inadequação da estrutura existente frente às demandas assistenciais contemporâneas.

Nesse contexto, a aquisição de novos equipamentos apresenta-se como solução necessária e adequada para recompor a capacidade operacional da Coordenação de Saúde Bucal, reduzir riscos operacionais, otimizar os fluxos de atendimento e assegurar condições apropriadas para a execução dos serviços. A

medida contribui, ainda, para a melhoria das condições de trabalho dos profissionais, ampliando a resolutividade das ações desenvolvidas no âmbito da atenção básica em saúde bucal.

Dessa forma, **a contratação revela-se oportuna e conveniente, configurando-se como ação estratégica de gestão pública voltada à qualificação da infraestrutura odontológica municipal**, com reflexos diretos na eficiência dos serviços prestados, na segurança operacional e na efetiva promoção do interesse público.

III - DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL, SEMPRE QUE ELABORADO, DE MODO A INDICAR O SEU ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO;

A presente contratação encontra-se alinhada ao planejamento institucional da Secretaria Municipal de Saúde, estando prevista na programação anual de compras e contratações do exercício correspondente, em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente no que se refere ao dever de planejamento das contratações públicas.

Por se tratar de processo administrativo submetido ao rito ordinário, sua demanda foi previamente organizada e inserida no Plano de Contratações Anual PCA, instrumento de governança destinado à racionalização das aquisições e ao fortalecimento das ações de planejamento da Administração Pública.

Nesse sentido, os Documentos de Formalização de Demanda DFD vinculados aos presentes autos encontram-se devidamente contemplados no Plano de Contratações Anual (PCA) da Secretaria Municipal de Saúde para o exercício de 2026, podendo ser consultados por meio do Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP, disponível no endereço eletrônico:

<https://pncp.gov.br/app/pca/19122075000173/2025>.

Constituem instrumentos norteadores da presente contratação os seguintes Documentos de Formalização de Demanda DFD:

- [DFD - Formalização de Demanda 834 de 01/12/2025 \(ID 2726218\)](#);
- [DFD - Formalização de Demanda 1259 de 09/12/2025 \(ID 2726224\)](#);
- [DFD - Formalização de Demanda 344 de 14/11/2025 \(ID 2726246\)](#);
- [DFD - Formalização de Demanda 365 de 15/11/2025 \(ID 2726247\)](#);
- [DFD - Formalização de Demanda 384 de 17/11/2025 \(ID 2726248\)](#).

Dessa forma, resta evidenciado que a contratação pretendida possui compatibilidade com o planejamento estratégico e orçamentário da Administração, atendendo aos princípios da eficiência, economicidade e governança das contratações públicas.

IV - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO - Condições de entrega e recebimento;

A contratação proposta contempla a aquisição de equipamentos permanentes destinados à estruturação e ao fortalecimento dos serviços odontológicos prestados pela Coordenação de Saúde Bucal (CEO), vinculada ao Departamento de Atenção Básica (DAB), integrante da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Ji-Paraná/RO, sendo tais bens indispensáveis para a adequada execução das atividades assistenciais, administrativas e de apoio clínico no âmbito da atenção básica em saúde bucal.

Os equipamentos a serem adquiridos são fundamentais para assegurar a continuidade dos atendimentos odontológicos, a segurança dos procedimentos realizados, o adequado registro e controle das ações desenvolvidas, bem como a melhoria da resolutividade e da qualidade dos serviços ofertados à população, contribuindo diretamente para a eficiência das políticas públicas de saúde no âmbito municipal.

Para garantir a plena adequação do objeto às necessidades identificadas, deverão ser observados os seguintes requisitos:

Padrões de Qualidade e Especificações Técnicas

Os equipamentos deverão atender integralmente às legislações e normas técnicas aplicáveis ao setor odontológico, observando requisitos mínimos de qualidade, desempenho, compatibilidade, durabilidade, ergonomia e segurança, compatíveis com o uso em ambiente clínico. As especificações técnicas deverão ser suficientes para o atendimento da necessidade que motivou a contratação, vedada a exigência de características supérfluas que restrinjam a competitividade.

Os bens deverão ser novos, sem uso anterior, de fabricação recente, acompanhados de manuais técnicos, certificados de conformidade e demais documentos exigidos pelos órgãos reguladores competentes.

Compatibilidade Operacional e Funcional

Os equipamentos deverão ser plenamente compatíveis com os procedimentos odontológicos realizados no âmbito da Coordenação de Saúde Bucal, integrando-se aos fluxos assistenciais existentes e permitindo operação segura, eficiente e contínua pelos profissionais de saúde, sem necessidade de adaptações estruturais relevantes.

Garantia, Manutenção e Assistência Técnica

Deverá ser assegurada garantia mínima de qualidade e desempenho dos equipamentos fornecidos, cobrindo defeitos de fabricação e funcionamento pelo prazo definido no Termo de Referência, sem ônus adicional à Administração.

Quando aplicável, deverão ser estabelecidas condições claras de manutenção corretiva e preventiva, com definição de prazos máximos para atendimento, disponibilização de assistência técnica qualificada e indicação de canais de contato, de modo a preservar a continuidade dos serviços e minimizar riscos de paralisação.

Condições de Entrega e Recebimento

Os equipamentos deverão ser entregues nos prazos e locais definidos pela Administração, devidamente acondicionados, identificados e acompanhados da documentação fiscal e técnica pertinente. As condições de recebimento provisório e definitivo deverão observar critérios objetivos de verificação da conformidade dos bens com as especificações estabelecidas.

Garantir a entrega dos itens em até 30 dias após a solicitação.

Local de entrega:

A entrega deverá ocorrer sem nenhum custo adicional, em dias úteis, no Almoxarifado da Secretaria de Saúde SEMUSA, no horário de funcionamento de segunda a sexta-feira, das 07h30 às 13h30, exceto em feriados, situado na: **Rua: Teresina, nº 497. Bairro: Nova Brasília, CEP 76908-326, Ji-Paraná/RO, e-mail: almoxarifadosemusajp@gmail.com**

Os itens entregues devem estar em perfeito estado, sem sinais de avaria, sem inadequação de conteúdo a fim de garantir sua integridade.

Serão recusados os itens entregues, que não atendam as especificações corretas. Devem estar acompanhados do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

Qualificação Técnica do Fornecedor

Para fins de qualificação técnica, as licitantes deverão comprovar aptidão para o fornecimento de equipamentos compatíveis com o objeto da contratação, mediante apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, demonstrando experiência prévia satisfatória em fornecimentos de natureza similar.

Responsabilidade e Subcontratação

Não será permitida subcontratação deste objeto.

V - ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHEM DÃO SUPORTE, QUE CONSIDEREM INTERDEPENDÊNCIAS COM OUTRAS CONTRATAÇÕES, DE MODO A POSSIBILITAR ECONOMIA DE ESCALA;

Inicialmente, informa-se que os itens a serem adquiridos, serão conforme quantitativo constantes no Despacho 5 (ID 2349931), melhor demonstrado abaixo:

Item	Equipamento	Justificativa	QTD
1	AUTOCLAVE HORIZONTAL DE MESA ATÉ 75 LITROS COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES: Autoclave Horizontal na cor branca, com 03 bandejas em alumínio, câmara de esterilização em aço inox, com capacidade de até 75 Litros - função da esterilização de artigos/instrumentos utilizando vapor sob pressão, sendo ideal para consultórios odontológicos	As UBS L1 Maringá e UBS Nova Londrina possuem atualmente apenas uma autoclave, insuficiente para atender o fluxo de atendimentos e a demanda de materiais a serem esterilizados. A aquisição de uma autoclave horizontal de mesa até 75 litros para cada unidade visa ampliar a capacidade de esterilização, garantir a continuidade dos serviços, evitar atrasos nos atendimentos e assegurar o cumprimento das normas sanitárias vigentes.	2
2	CADEIRA ODONTOLÓGICA COMPLETA COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES: Estrutura fabricada em aço; tratamento anticorrosivo; pintura epóxi ou eletrostática lisa; com estabilidade estática e dinâmica em todas as posições de uso na sua capacidade máxima; base com proteção em borracha ou material similar, com estabilização	A aquisição de 06 (seis) cadeiras odontológicas completas para o Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) e 01 (uma) para a UBS Nova Colina e 01 (uma) para a UBS Nova Londrina justifica-se pela necessidade de substituição dos equipamentos atualmente existentes, os quais encontram-se desgastados pelo uso contínuo, com estofamentos danificados e comprometimento das condições de conforto, segurança e biossegurança. A renovação dos equipamentos visa assegurar a qualidade do atendimento, melhores condições de trabalho aos profissionais e o cumprimento das normas técnicas e sanitárias vigentes.	8
3	APARELHO DE RX - APARELHO RAIOS X, POTÊNCIA APARELHO 70, APLICAÇÃO USO ODONTOLÓGICO TENSÃO ALIMENTAÇÃO 220, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COLUNA MOVEL, DIGITAL	A aquisição de 03 (três) aparelhos de Raios X odontológicos justifica-se pela necessidade de ampliação e otimização do diagnóstico por imagem. No Centro de Especialidades Odontológicas (CEO), 02 (dois) equipamentos serão destinados, sendo 01 (um) para dar suporte à demanda de exames radiográficos solicitados pelas UBS do município e 01 (um) para a sala de endodontia, garantindo agilidade e precisão nos procedimentos. A UBS Nova Londrina será contemplada com 01 (um) aparelho em razão de estar localizada em distrito, o que permitirá otimizar o tempo de atendimento, evitar o deslocamento dos pacientes até a área urbana e ampliar o acesso ao diagnóstico, assegurando maior resolutividade e continuidade da assistência.	3
4	NO-BREAK (PARA COMPUTADOR/IMPRESSORA) Especificação mínima: que esteja em linha de produção pelo fabricante. No-break com potência nominal mínima de 1,2 kVA. Potência real mínima de 600 W. Tensão entrada 115 / 127 / 220 V (em corrente alternada) com comutação automática. Tensão de saída	A aquisição de 02 (dois) nobreaks destina-se à UBS L1 Maringá e à UBS Nova Londrina, com a finalidade de garantir a proteção dos equipamentos eletrônicos e odontológicos contra oscilações e quedas de energia elétrica. O uso dos nobreaks assegura a continuidade dos atendimentos, evita danos aos equipamentos e contribui para a segurança operacional das unidades, especialmente em procedimentos assistenciais que dependem de energia elétrica contínua.	2
5	FOTOPOLIMERIZADOR DE RESINAS, DE LED, SEM FIO COM RADIOMETRO COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES: Ponteira fibra ótica 8mm, peso líquido:	A aquisição de 03 (três) fotopolimerizadores, destinados às UBS Green Park, UBS José dos Santos e UBS Nova Londrina, justifica-se pela necessidade de substituição e adequação dos	3

	155g(incluindo,componentes, dimensoes externas (DXC), 2,7 x 25cm, com ponteira 2,7x18cm(sem ponteira) Voltagem: 90/240V Frequencia: 50/60 Hz Potencia irradiada: 1.400 mW/cm² Consumo eletrico: 2,65 Watts/h	equipamentos utilizados nos atendimentos odontológicos. O uso de fotopolimerizadores em boas condições é essencial para a correta execução dos procedimentos restauradores, garantindo qualidade técnica, segurança ao paciente e continuidade dos atendimentos, em conformidade com as normas técnicas e sanitárias vigentes.	
6	BOMBA DE VACUO ATE 2HP/CV, POTENCIA/VACUO DE 1,5 HP/720 MMHG, PARA SUCCAO DE FLUIDOS E RESIDUOS PROVENIENTES DE TRATAMENTO OU CIRURGIAS NO USO ODONTOLOGICO	Justifica-se pela necessidade de estruturação e ampliação da capacidade assistencial das unidades. A UBS Nova Londrina será contemplada com 01 (uma) unidade, visto que atualmente não dispõe do equipamento, o que impede a realização de procedimentos cirúrgicos. O Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) receberá 02 (duas) bombas de vácuo, considerando a inexistência do equipamento e a realização de cirurgias e procedimentos de maior complexidade. A UBS L1 Maringá será contemplada com 01 (uma) bomba de vácuo, visando garantir suporte adequado aos atendimentos e procedimentos realizados na unidade, assegurando maior resolutividade, segurança e continuidade da assistência odontológica.	4
7	COMPUTADOR (DESKTOP-BASICO) Especificacao minima: que esteja em linha de producao pelo fabricante. Computador desktop com processador no minimo que possua no minimo 4 Nucleos, 8 thereads e frequencia de 3.0 GHz; possuir 1 disco rigido de 1 TB ou SSD 240 GB, memoria RAM de 8 GB,	justifica-se pela necessidade de modernização e adequação da infraestrutura tecnológica das unidades. O Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) será contemplado com 08 (oito) equipamentos, destinados à substituição dos computadores atualmente em uso, os quais encontram-se obsoletos e inadequados para atender às demandas operacionais e aos sistemas utilizados. A UBS L1 Maringá receberá 01 (um) computador para compor a sala odontológica, garantindo suporte às atividades assistenciais, administrativas e ao adequado registro das informações, contribuindo para a eficiência e continuidade dos serviços.	9
8	MOCHO EM ACO/FERRO PINTADO COM AS SEGUINTESESPECIFICACOES: assento/encosto estofado Estrutura tubular e assento em aco inox 304 1 1/2 x 1,2 mm, com tratamento anti manchas. Dimensoes: 480x650mm (altura ajustavel)	justifica-se pela necessidade de substituição e adequação dos equipamentos utilizados nas unidades. O Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) receberá 12 (doze) mochos, destinados à substituição dos equipamentos atualmente em uso por dentistas e auxiliares, os quais encontram-se desgastados pelo uso contínuo. A UBS Green Park será contemplada com 01 (um) mocho, considerando a inexistência do equipamento na unidade. A UBS José dos Santos receberá 02 (dois) mochos para complementar e adequar a estrutura existente, e a UBS L1 Maringá receberá 02 (dois) mochos para equipar os consultórios odontológicos, garantindo melhores condições ergonômicas, segurança e qualidade na prestação dos serviços.	17
9	NEGATOSCOPIO COM AS SEGUINTESESPECIFICACOES: Para visualizacao de radiografias: periapicais, interproximais, oclusais, carpais, seios da face, panoramica, telerradiografias e ATM, iluminacao LED, material estrutura chapa aco, acabamento superficial estrutura moldura em aco pintado c/ tratamento	destina-se ao Centro de Especialidades Odontológicas (CEO), em razão da realização de exames radiográficos na unidade. Os equipamentos são necessários para a adequada visualização, análise e interpretação das imagens radiográficas, garantindo suporte diagnóstico aos atendimentos, maior precisão nos procedimentos e conformidade com as rotinas assistenciais e normas técnicas vigentes.	2
10	TELEVISOR DE 32" ATE 41" Especificacao: DE 32" ATE 41"	A aquisição de 02 (dois) televisores destina-se ao Centro de Especialidades Odontológicas (CEO), sendo 01 (um) para a recepção e 01 (um) para a sala de reuniões. Os equipamentos	2

		têm como finalidade apoiar a comunicação institucional, orientações aos usuários e atividades administrativas e educativas, contribuindo para a organização dos serviços, acolhimento dos pacientes e melhor condução das reuniões e capacitações da equipe.	
11	COMPRESSOR ODONTOLOGICO COM AS SEGUINTEES ESPECIFICACOES: capacidade Minimo de 80 litros com potencia de 2,0 HP.motor monofasico 1/2cv.4 polos 110/220 V; consumo de energia eletrica 1/2cv4, polos 110/220 V; cilindrada 123 CM2, desloc. litros de ar p/min. 80 L;RPM, do cabecote; 672 RPM, cap. Do reservatorio	justifica-se pela necessidade de substituição e ampliação da infraestrutura dos serviços odontológicos. A UBS Nova Londrina receberá 01 (um) equipamento para substituição do compressor existente, que se encontra desgastado pelo uso contínuo. O Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) será contemplado com 04 (quatro) compressores, visando atender à demanda dos atendimentos especializados e garantir o funcionamento adequado dos consultórios. A UBS L1 Maringá receberá 01 (um) compressor para assegurar suporte aos atendimentos odontológicos, garantindo continuidade, segurança e conformidade com as normas técnicas vigentes.	6
12	NOTEBOOK Processador: · Processador compatível com os modelos: · Intel® Core i7-1270P; Memória: · Mínimo de 8 GB na interface: · DDR4 SODIMM em 3200 MHz ou; · DDR5 SODIMM em 4800 MHz; Armazenamento	A aquisição de 01 (um) notebook destina-se à UBS L1 Maringá, com a finalidade de apoiar as atividades odontológicas e administrativas da unidade. O equipamento será utilizado tanto no ambiente interno quanto em ações externas, como atendimentos e atividades educativas voltadas a gestantes, crianças e escolas, permitindo o adequado registro das informações, acesso aos sistemas oficiais e organização das ações, contribuindo para a eficiência, continuidade e qualidade dos serviços prestados.	1
13	AMALGAMADOR Equipamento odontológico, tipo: vibrador de capsulas pre-dosificadas (Amalgamador), aspecto físico: motor de bancada, indicação: amalgama e ionômero de vidro, fonte: bivolt, característica adicional: digital.	AMALGAMADOR Equipamento odontológico, tipo: vibrador de capsulas pre-dosificadas (Amalgamador), aspecto físico: motor de bancada, indicação: amalgama e ionômero de vidro, fonte: bivolt, característica adicional: digital.	2
14	DESTILADORA DE AGUA Equipamento para destilação de água para uso em autoclaves de esterilização a vapor. Tempo para destilar 150ml de água: 19 minutos; Tempo para destilar 300ml de água: 37 minutos. Não necessita instalação hidráulica.	justifica-se pela necessidade de garantir o fornecimento de água destilada para os processos de esterilização e procedimentos odontológicos. A UBS Nova Londrina será contemplada com 01 (um) equipamento para assegurar a continuidade das atividades da unidade. O Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) receberá 02 (dois) destiladores, considerando que os equipamentos atualmente existentes encontram-se inoperantes (queimados), sendo necessária a substituição para manter o funcionamento adequado dos serviços e o cumprimento das normas técnicas e sanitárias vigentes.	3
15	ULTRASSOM ODONTOLOGICO Ultrassom Odontológico	justifica-se pela necessidade de substituição e adequação dos equipamentos utilizados nas unidades. A UBS Nova Londrina receberá 01 (um) equipamento para substituição do existente, que se encontra desgastado pelo uso contínuo. O Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) será contemplado com 06 (seis) aparelhos destinados à substituição dos equipamentos atualmente em uso, visando garantir qualidade, segurança e eficiência nos procedimentos realizados. A UBS L1 Maringá receberá 01 (um) aparelho para equipar a unidade, assegurando suporte adequado aos atendimentos odontológicos e a continuidade dos serviços, em conformidade com as normas técnicas e sanitárias vigentes.	8

16	CADEIRA DE ESCRITORIO COM APOIO DE CABECA, POLTRONA DIRETOR TELADA COM ESPUMA INJETADA 50MM, BASE GIRATORIA, COM BRACOS DIGITADORES COM APOIO LOMBAR	A aquisição de 02 (duas) cadeiras de escritório destina-se à UBS José dos Santos e à UBS L1 Maringá, com a finalidade de equipar os consultórios odontológicos. Na UBS José dos Santos, o equipamento será utilizado para estruturar o segundo consultório, e na UBS L1 Maringá para equipar o consultório odontológico, garantindo melhores condições de trabalho aos profissionais, organização do ambiente e suporte adequado às atividades assistenciais.	2
17	BANQUETA, MATERIAL ESTRUTURA: ACO INOX, TIPO ASSENTO GIRATORIO, MATERIAL BASE ASSENTO: PLASTICO, ACABAMENTO ESTRUTURA: PINTADO, COR DO ASSENTO: PRETA, ALTURA: 60 CM. DIAMETRO ASSENTO: 40 CM, CARACTERISTICAS ADICIONAIS: ALTURA REGULAVEL SISTEMA A GAS, APOIO PARA OS PES. BANQUETA, MATERIAL ESTRUTURA: ACO INOX, TIPO ASSENTO GIRATORIO, MATERIAL BASE ASSENTO: PLASTICO, ACABAMENTO ESTRUTURA: PINTADO, COR DO ASSENTO: PRETA, ALTURA: 60 CM. Diametro assento: 40 cm, características adicionais: altura regulavel sistema a gas,	A aquisição de 02 (duas) banquetas em aço inox, com assento giratório, destina-se à UBS L1 Maringá, com a finalidade de equipar e adequar os ambientes odontológicos da unidade. Os equipamentos proporcionarão melhores condições de apoio aos procedimentos realizados, contribuindo para a organização, segurança e eficiência dos atendimentos, em conformidade com as normas técnicas e sanitárias vigentes.	2
18	FOTOFORO - FONTE DE LUZ, FIBRA OPTICA, FOCO REGULAVEL, TIPO LED MINIMA 30.000 LUX COM BATERIA RECARREGAVEL .	A aquisição de 01 (um) fotóforo destina-se à UBS L1 Maringá, com a finalidade de auxiliar na iluminação durante os procedimentos odontológicos. O equipamento contribui para melhor visualização do campo operatório, maior precisão nos atendimentos, segurança ao paciente e qualidade técnica dos procedimentos realizados, assegurando a continuidade e eficiência dos serviços prestados.	1
19	BIOMBO PORTATIL EQUIPAMENTO DE PROTECAO CONTRA RADIACAO IONIZANTE DO TECNICO E PACIENTE COM MEDIDAS DE 2,10X80 CM. FORNECIDO COM PROTECAO INTERNA DE 2,00MM DE ESPESSURA. Biombo Portatil Equipamento de protecao contra radiacao ionizante do tecnico e paciente com medidas de 2,10x80 cm. Fornecido com protecao interna de 2,00mm de espessura	A aquisição de 01 (um) biombo destina-se à UBS L1 Maringá, com a finalidade de garantir privacidade aos usuários durante os atendimentos odontológicos e procedimentos realizados na unidade. O equipamento contribui para a organização do ambiente, conforto do paciente e adequação do espaço às normas de humanização e boas práticas assistenciais.	1
20	ASPIRADOR DE SECRECAO ELETRICO MOVEL COM CAPACIDADE DE 4 A 6 LITROS, suporte com rodizio, pedal de acionamento, com valvula de seguranca e frasco termoplastico.	A aquisição de 01 (um) aspirador de secreção elétrico móvel destina-se à UBS L1 Maringá, com a finalidade de dar suporte aos atendimentos odontológicos e demais procedimentos assistenciais que demandam aspiração de fluidos. O equipamento contribui para a segurança do paciente, organização do ambiente de atendimento e continuidade dos serviços, assegurando melhores condições de trabalho à equipe e conformidade com as normas técnicas vigentes.	1
21	BISTURI ELETRICO (A PARTIR DE 151) BISTURI, ELETRONICO, BIPOLAR E MONO POLAR, DE 300 WATTS: Deve atender as aplicacoes de cirurgia cardiaca, neurocirurgias e micro cirurgias, endoscopia, colonoscopia, laparoscopia gastro /ginecologica /urologia e todos os demais procedimentos cirurgicos, inclusive procedimentos de alta complexidade, contand	A aquisição de 01 (um) bisturi elétrico (a partir de 151) destina-se à UBS L1 Maringá, com a finalidade de utilização no centro cirúrgico durante atendimentos odontológicos, especialmente de pacientes especiais. O equipamento é essencial para a realização de procedimentos com maior segurança, controle hemostático e precisão técnica, contribuindo para a qualidade da assistência, redução de riscos e conformidade com as normas técnicas e sanitárias vigentes.	1

22	MESA DE MDF CM ESPESSURA DE 40MM MEDINDO 1,50X0,60X0,74 CM GAVETEIRO DE 02 GAVETAS COM CHAVES.	A aquisição de 01 (uma) mesa destina-se à UBS L1 Maringá, com a finalidade de equipar os ambientes de atendimento odontológico e apoio da unidade. O equipamento contribuirá para a organização do espaço, suporte às atividades assistenciais e administrativas e melhores condições de trabalho à equipe, assegurando a funcionalidade e a continuidade dos serviços prestados.	1
23	GELADEIRA/ REFRIGERADOR DE 260 A 299 L Especificacao: DE 260 A 299 L.	A aquisição de 01 (uma) geladeira/refrigerador destina-se à UBS L1 Maringá, com a finalidade de garantir o armazenamento adequado de insumos, materiais e itens que necessitam de controle de temperatura. O equipamento é essencial para assegurar a conservação, segurança e qualidade dos materiais utilizados nos atendimentos, em conformidade com as normas técnicas e sanitárias vigentes.	1
24	ARQUIVO 4 GAVETAS Arquivo confeccionado em chapa de aco SAE-1008 a SAE-1012, predominantemente em chapa 22 com, cor cinza cristal e acabamento texturizado, tres reforcos internos, verticais formato omega em chapa 22, soldados em cada estrutura lateral, 04 (quatro) gav	com a finalidade de organizar e armazenar prontuários, documentos e materiais administrativos da unidade. O equipamento contribui para a organização do ambiente, segurança das informações e apoio às rotinas administrativas, assegurando maior eficiência e funcionalidade dos serviços.	1
25	APARELHO DE AR CONDICIONADO 18 MIL BTUS: Condicionador de ar split system do tipo Hi Wall, com as seguintes especificacoes:Capacidade minima de refrigeracao de 18000 BTU/h, 220V ou bivolt automatico. Selo Procel, ciclo frio, compressor rotativo, controle remoto sem fio, minimo de tres v	A aquisição de 01 (um) aparelho de ar-condicionado destina-se à UBS L1 Maringá, com a finalidade de equipar os ambientes da unidade. O equipamento é necessário para garantir conforto térmico aos usuários e profissionais, preservar o adequado funcionamento dos equipamentos e assegurar melhores condições para a realização dos atendimentos, em conformidade com as normas de ambiência e qualidade assistencial.	1
26	IMPRESSORA LASER (COMUM): Especificacao minima: que esteja em linha de producao pelo fabricante: impressora laser com padroes de cor monocromatico: resolucao minima de 1200x1200 DPI: velocidade de 35 paginas por minuto PPM: suportar tamanho de pap	A aquisição de 01 (uma) impressora comum destina-se à UBS L1 Maringá, com a finalidade de equipar a sala odontológica da unidade. O equipamento é necessário para impressão de prontuários, prescrições, formulários e documentos relacionados aos atendimentos, contribuindo para a organização das rotinas assistenciais e administrativas, bem como para a continuidade e eficiência dos serviços prestados.	1
27	IMPRESSORA LASER MULTIFUNCIONAL (COPIADORA, SCANNER E FAX OPCIONAL) Especificacao minima: que esteja em linha de producao pelo fabricante; impressora com tecnologia Laser ou Led; padrao de cor monocromatico; tipo multifuncional (imprime, copia, digitaliza, fax); memoria 128 MB; resolucao de impressao 600 x 600 DPI; r	A aquisição de 01 (uma) impressora laser multifuncional destina-se à UBS L1 Maringá, com a finalidade de apoiar as atividades odontológicas e administrativas da unidade. O equipamento permitirá a impressão, digitalização e cópia de documentos, contribuindo para a organização das rotinas, agilidade nos atendimentos, adequado registro das informações e continuidade dos serviços prestados.	1
28	SELADORA PARA GRAU CIRURGICO TIPO MANUAL E DE MESA COM CONTROLE DE TEMPERATURA. Sela as embalagens: polipropileno, polietileno, aluminizadas, nylon, poliolefinico e PVC encolhivel. - Producao: pequena / media. - Produto certificado pelo INMETRO. - Garantia: 12 meses. - Estrutura: epoxi. - Solda (L x C): 3 x 300. - Dimensoes maqu	Justifica-se pela necessidade de substituição e adequação dos processos de esterilização dos materiais odontológicos. O Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) receberá 01 (uma) seladora para substituição do equipamento existente, que se encontra desgastado pelo uso contínuo. A UBS José dos Santos será contemplada com 01 (uma) seladora para equipar a unidade, e a UBS L1 Maringá receberá 01 (uma) seladora para estruturar o fluxo de esterilização, garantindo segurança, organização e conformidade com as normas técnicas e sanitárias vigentes.	3

29	<p>ARTICULADOR ODONTOLOGICO: EQUIPAMENTO UTILIZADO PARA REPRODUZIR AS POSICOES MAXILOMANDIBULARES. DISTANCIA INTERCONDILAR GUIA CONDILICA E ANGULO DE BENNET ARTICULADOR ODONTOLOGICO: Equipamento utilizado para reproduzir as posicoes maxilomandibulares. DISTANCIA INTERCONDILAR GUIA CONDILICA E ANGULO DE BENNET</p>	<p>A aquisição de 01 (um) articulador destina-se à UBS L1 Maringá, com a finalidade de apoiar os procedimentos odontológicos que demandam montagem e análise de modelos. O equipamento é essencial para a execução adequada de planejamentos e ajustes oclusais, contribuindo para a precisão técnica, qualidade dos atendimentos e segurança dos procedimentos realizados.</p>	1
30	<p>REFLETOR ODONTOLOGICO: UTILIZADO PARA PROPORCIONAR LUMINOSIDADE NO INTERIOR DA CAVIDADE ORAL REFLETOR ODONTOLOGICO: Utilizado para proporcionar luminosidade no interior da cavidade oral</p>	<p>A aquisição de 01 (um) refletor odontológico justifica-se pela necessidade de garantir iluminação adequada durante os procedimentos clínicos. O equipamento é essencial para proporcionar melhor visualização do campo operatório, maior precisão técnica, segurança ao paciente e qualidade nos atendimentos odontológicos, assegurando a continuidade dos serviços e o cumprimento das normas técnicas e sanitárias vigentes.</p>	1
31	<p>LAVADORA ULTRASSONICA 15 LITROS: EQUIPAMENTO UTILIZADO PARA AUXILIAR NA LIMPEZA DE PECAS OU PARTES, RETIRANDO TODA SUJEIRA E IMPUREZA ENCONTRADA NA SUPERFICIE E NAS REENTRANCIAS MINUSCULAS E MAIS PROFUNDAS ATRAVES DE ULTRASSOM, QUE CONSISTE NA TRANSFORMACAO DE ENERGIA ELETRICA EM ENERGIA MECANICA. EQUIPAMENTO COM GABINETE E CESTO EM ACO INOXIDAVEL E TAMPA EM PLASTICO TRANSPARENTE OU SIMILAR, COM SENSOR DE SEGURANCA, PAINEL DE COMANDO COM TIMER E AQUECIMENTO DIGITAL, FREQUENCIA DO ULTRA-SOM: 40 KHZ, TEMPORIZADOR ELETRONICO MICROPROCESSADO; FUSIVEL DE PROTECAO; DESCARGA PARA LIQUIDOS; CICLO DE TRABALHO AUTOMATICO; CONTROLE DE TEMPO DE TRABALHO INDICADO POR LEDS; CUBA EM ACO INOX COM CAPACIDADE MINIMA DE 5 LITROS. A ALIMENTACAO ELETRICA SERA DEFINIDA PELA ENTIDADE SOLICITANTE. LAVADORA ULTRASSONICA 15 LITROS: Equipamento utilizado para auxiliar na limpeza de pecas ou partes, retirando toda sujeira e impureza encontrada na superficie e nas reentrancias minuscultas e mais profundas atraves de ultrassom, que consiste na transf</p>	<p>Tem a finalidade de auxiliar na limpeza eficiente de instrumentais e peças odontológicas, removendo sujidades e impurezas, inclusive em reentrâncias de difícil acesso. O equipamento contribui para a adequada etapa de pré-limpeza dos materiais, otimiza o processo de esterilização, reduz riscos de contaminação e assegura maior segurança, qualidade e conformidade com as normas técnicas e sanitárias vigentes.</p>	1
32	<p>APARELHO GERADOR DE OZONIO PARA ODONTOLOGIA Equipamento com display LCD, microcontrolado, com modo de liberacao continua e/ou fracionada, fluxo de saida de ate 1LPM regulado automaticamente pelo equipamento, concentracao entre 1 - 100 ug/ml, resfriamento interno por cooler, acessorios para per</p>	<p>A aquisição de 01 (um) aparelho gerador de ozônio destina-se ao Centro de Especialidades Odontológicas (CEO), com a finalidade de apoiar os atendimentos odontológicos, especialmente em procedimentos que demandam ação antimicrobiana e auxílio na desinfecção. O equipamento contribui para a melhoria da biossegurança, apoio terapêutico em tratamentos específicos, otimização dos processos assistenciais e fortalecimento da qualidade e resolutividade dos serviços prestados, em conformidade com as normas técnicas e sanitárias vigentes.</p>	1
33	<p>BALDE A PEDAL MATERIAL DE CONFECCAO I CAPACIDADE: ACO INOX DE 30L ATE 49L Balde a Pedal MATERIAL DE CONFECCAO I CAPACIDADE: ACO INOX DE 30L ATE 49L</p>	<p>A aquisição de 02 (dois) baldes com pedal destina-se à UBS Green Park e à UBS José dos Santos, com a finalidade de apoiar o descarte adequado de resíduos durante os atendimentos odontológicos. Os equipamentos são essenciais para garantir biossegurança, organização do</p>	2

		ambiente, redução de riscos de contaminação e conformidade com as normas técnicas e sanitárias vigentes.	
34	CAIXA PARA DESINFECCAO DE LIMAS ENDODONTICAS Estojo para Endodontia; Caixa utilizada para esterilizar limas endodonticas. CAPACIDADE: ATE 10 LIMAS	A aquisição de 02 (duas) caixas para desinfecção de limas endodônticas destina-se à UBS Green Park e à UBS L1 Maringá, com a finalidade de garantir a adequada desinfecção e organização dos instrumentais utilizados em procedimentos endodônticos. O uso do equipamento é essencial para assegurar a biossegurança, prevenir contaminações cruzadas, manter a qualidade dos atendimentos e atender às normas técnicas e sanitárias vigentes.	2
35	UNIDADE AUXILIAR COM SUGADOR COM 2 SULGADORES Unidade Auxiliar com Sugador com 2 Sulgadores	A aquisição de 02 (duas) unidades auxiliares com sugador, contendo 02 (dois) sugadores cada, destina-se à UBS José dos Santos e à UBS L1 Maringá. Os equipamentos são essenciais para dar suporte aos procedimentos odontológicos, garantindo adequada sucção de fluidos, organização do campo operatório, maior segurança ao paciente e eficiência nos atendimentos, contribuindo para a continuidade e qualidade dos serviços prestados, em conformidade com as normas técnicas e sanitárias vigentes.	2
36	BALDE/ LIXEIRA CESTO DE LIXO MATERIAL DE CONFECCAO: DE 11 ATE 20 L ACO OU FERRO PINTAD Balde/ Lixeira Cesto de Lixo MATERIAL DE CONFECCAO: DE 11 ATE 20 L ACO OU FERRO PINTAD	A aquisição de 03 (três) baldes/lixeiros tipo cesto de lixo destina-se à UBS José dos Santos e à UBS L1 Maringá, com a finalidade de apoiar o descarte adequado de resíduos gerados nos atendimentos odontológicos e administrativos. Os equipamentos contribuem para a organização dos ambientes, manutenção da limpeza, biossegurança e conformidade com as normas técnicas e sanitárias vigentes.	3

No mais, destaca-se que a presente aquisição se fundamenta nos itens e quantitativos demonstrados, estando em total acordo com o Plano de Contratação Anual - PCA da Prefeitura de Ji-Paraná/RO.

VI - LEVANTAMENTO DE MERCADO, QUE CONSISTE NA ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS PARA A CONTRATAÇÃO, E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR

O levantamento de mercado foi realizado com a finalidade de identificar soluções disponíveis e modelos de aquisição aptos a atender à necessidade de estruturação e fortalecimento dos serviços odontológicos prestados pela Coordenação de Saúde Bucal (CEO), vinculada ao Departamento de Atenção Básica (DAB), considerando critérios de viabilidade técnica, economicidade, eficiência administrativa e compatibilidade com a dinâmica das demandas assistenciais.

Alternativas Técnicas Identificadas

a) Manutenção e recuperação dos equipamentos existentes

Alternativa baseada na continuidade do uso dos equipamentos atuais mediante manutenções corretivas e substituições pontuais. Contudo, verificou-se elevado desgaste físico e obsolescência tecnológica, comprometendo a eficiência operacional, elevando custos recorrentes e aumentando o risco de interrupções dos atendimentos.

b) Locação de equipamentos odontológicos

Permite substituição periódica e suporte técnico contínuo, porém apresenta custo acumulado elevado no médio e longo prazo e limita a autonomia administrativa sobre a disponibilidade dos bens, não sendo a solução mais vantajosa para uso permanente e contínuo.

c) Aquisição de equipamentos permanentes novos

Alternativa que assegura maior durabilidade, padronização tecnológica, melhoria da capacidade operacional e redução de custos indiretos com manutenção, sendo tecnicamente adequada para a continuidade dos serviços odontológicos.

Alternativas de Modalidades de Compra

a) Adesão à Ata de Registro de Preços (carona)

Possibilita a contratação com base em atas vigentes de outros órgãos públicos, proporcionando maior celeridade na aquisição. Contudo, depende da existência de atas compatíveis com o objeto, quantitativos e especificações técnicas pretendidas, podendo limitar a autonomia da Administração quanto à definição integral das características dos equipamentos e cronograma de fornecimento.

b) Dispensa de Licitação (caráter normal ou emergencial)

A dispensa em caráter ordinário pode ser aplicada em hipóteses específicas previstas em lei, especialmente quando os valores se enquadram nos limites legais. Já a dispensa emergencial destina-se a situações imprevisíveis que demandem pronta intervenção para evitar prejuízos à continuidade do serviço público. Entretanto, tal modalidade possui caráter excepcional e temporário, não sendo a alternativa mais adequada para aquisições planejadas e estruturantes como a presente demanda.

c) Sistema de Registro de Preços SRP (Ata própria)

Permite a realização de processo licitatório para registro formal de preços e condições, possibilitando contratações futuras conforme a necessidade da Administração. Proporciona maior flexibilidade, planejamento contínuo, padronização das aquisições, melhor gestão de estoques e racionalização dos recursos públicos, sendo especialmente indicado para demandas recorrentes e variáveis ao longo do tempo.

Análise Comparativa das Alternativas

Do ponto de vista técnico, a **aquisição de equipamentos permanentes** novos apresenta-se como a solução mais adequada para garantir a continuidade e a qualidade dos serviços odontológicos. Em relação às modalidades de compra, a adesão à ata pode oferecer celeridade, mas limita a autonomia administrativa e depende da existência de instrumentos compatíveis. A dispensa de licitação possui natureza excepcional e não se mostra adequada para contratações estruturadas e previamente planejadas.

O **Sistema de Registro de Preços** destaca-se por oferecer maior flexibilidade operacional, previsibilidade orçamentária e eficiência administrativa, permitindo aquisições graduais conforme a demanda real dos serviços, evitando aquisições excessivas e otimizando a aplicação dos recursos públicos.

Justificativa Técnica e Econômica da Solução Escolhida

Considerando a necessidade contínua de estruturação e reposição progressiva dos equipamentos odontológicos, bem como a variação das demandas assistenciais ao longo do tempo, a aquisição de equipamentos permanentes novos por meio do Sistema de Registro de Preços configura-se como a alternativa tecnicamente mais adequada e economicamente mais vantajosa.

Tal modalidade permite contratações sob demanda, maior controle do planejamento, redução de riscos de desabastecimento e melhor gestão financeira, assegurando simultaneamente a modernização da infraestrutura odontológica municipal e a continuidade dos serviços prestados à população do Município de Ji-Paraná/RO.

VII - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADA, QUANDO COUBER, DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, PODENDO SER UTILIZADO TODOS OS MÉTODOS DEFINIDOS EM REGULAMENTO PRÓPRIO PARA A PESQUISA DE PREÇOS, BEM COMO A OBTENÇÃO DE INFORMAÇÕES, DEVIDAMENTE CERTIFICADAS, NO MERCADO LOCAL;

Para a elaboração dessa estimativa e como memória de cálculo, utilizou-se pesquisa de preço em sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, em conformidade com o § 1º do art. 23 a Lei nº 14.133/2021. A metodologia utilizada para a definição da estimativa foi a **média** dos valores encontrados. Cotação prévia com link e print com data e hora encontra-se no [Cotação Prévia fotos e link de 10/04/2026 \(ID 2596221\)](#).

Segue abaixo a Planilha com a descrição da estimativa dos valores a serem adquiridos na presente contratação.

Item	Descrição do Equipamento	Qtd	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
01	Autoclave Horizontal 75L Inox	2	R\$ 17.669,32	R\$ 35.338,64
02	Cadeira Odontológica Completa	8	R\$ 21.812,24	R\$ 174.497,92
03	RX 70kV Coluna Móvel Digital	3	R\$ 10.941,04	R\$ 32.823,12
04	No-Break 1.2 kVA / 600W	2	R\$ 971,82	R\$ 1.943,64
05	Fotopolimerizador LED sem fio	3	R\$ 1.569,92	R\$ 4.709,76
06	Bomba de Vácuo 1.5 HP	4	R\$ 3.375,80	R\$ 13.503,20
07	Desktop (4 Núcleos/8GB RAM)	9	R\$ 4.607,37	R\$ 41.466,33
08	Mocho em Aço Inox 304	17	R\$ 644,56	R\$ 10.957,52
09	Negatoscópio LED Chapa Aço	2	R\$ 593,72	R\$ 1.187,44
10	Televisor LED 32" a 41"	2	R\$ 1.573,18	R\$ 3.146,36
11	Compressor Odonto 80L 2.0HP	6	R\$ 11.657,24	R\$ 69.943,44
12	Notebook i7 (12ª Ger) / 8GB	1	R\$ 5.441,15	R\$ 5.441,15
13	Amalgamador Digital Bivolt	2	R\$ 1.375,94	R\$ 2.751,88
14	Destiladora de Água Automática	3	R\$ 1.612,53	R\$ 4.837,59
15	Ultrassom Odontológico	8	R\$ 3.653,33	R\$ 29.226,64
16	Cadeira Escritório Telada	2	R\$ 1.099,58	R\$ 2.199,16
17	Banqueta Inox Giratória Gás	2	R\$ 311,67	R\$ 623,34
18	Fotóforo LED 30k Lux Bateria	1	R\$ 5.539,28	R\$ 5.539,28
19	Biombo Plumbífero 2mm Pb	1	R\$ 7.215,78	R\$ 7.215,78
20	Aspirador Secreção Elétrico	1	R\$ 4.274,68	R\$ 4.274,68
21	Bisturi Elétrico Digital 300W	1	R\$ 26.987,10	R\$ 26.987,10
22	Mesa MDF c/ Gaveteiro	1	R\$ 538,97	R\$ 538,97
23	Geladeira (260L a 299L)	1	R\$ 2.506,25	R\$ 2.506,25
24	Arquivo de Aço 4 Gavetas	1	R\$ 863,00	R\$ 863,00
25	Ar Condicionado 18k BTUs	1	R\$ 2.849,30	R\$ 2.849,30
26	Impressora Laser 35ppm	1	R\$ 852,31	R\$ 852,31
27	Multifuncional Laser Mono	1	R\$ 1.472,99	R\$ 1.472,99
28	Seladora Manual de Mesa	3	R\$ 497,39	R\$ 1.492,17
29	Articulador A7 Plus	1	R\$ 1.172,96	R\$ 1.172,96
30	Refletor Odontológico LED	1	R\$ 1.692,80	R\$ 1.692,80
31	Lavadora Ultrassônica 15L	1	R\$ 4.418,22	R\$ 4.418,22
32	Gerador Ozônio Odonto	1	R\$ 5.544,00	R\$ 5.544,00
33	Balde a Pedal Inox 30L-50L	2	R\$ 326,81	R\$ 653,62
34	Caixa Desinfecção Limas	2	R\$ 65,97	R\$ 131,94
35	Unidade Auxiliar 2 Sugadores	2	R\$ 1.166,88	R\$ 2.333,76

36	Lixeira Ferro Pintado 20L	3	R\$ 38,07	R\$ 114,21
TOTAL	INVESTIMENTO GERAL	101	VALOR TOTAL	R\$ 505.250,47

Nestes termos, tem-se o valor da **ESTIMATIVA PRÉVIA** da presente contratação **R\$ 505.250,47** (quinhentos e cinco mil e duzentos e cinquenta reais e quarenta e sete centavos).

A cotação prévia com fotos (prints) e links com data e hora, encontra-se no [Cotação Prévia fotos e link de 10/04/2026 \(ID 2596221\)](#).

VIII - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO;

A solução proposta consiste na aquisição de equipamentos permanentes destinados à estruturação e ao fortalecimento dos serviços odontológicos prestados pela Coordenação de Saúde Bucal (CEO), vinculada ao Departamento de Atenção Básica (DAB), integrante da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Ji-Paraná/RO, visando assegurar maior eficiência operacional, ampliação da capacidade de atendimento e melhoria das condições técnicas para a execução de procedimentos clínicos e preventivos no âmbito da atenção primária à saúde.

A contratação será realizada por meio do **Sistema de Registro de Preços (SRP)**, o que permitirá aquisições conforme demanda, com fornecimento parcelado e dentro dos prazos estipulados. Tal sistemática proporciona maior agilidade, eficiência administrativa e economia de escala para a Administração Pública. A empresa contratada deverá disponibilizar canal de atendimento direto para comunicação com os setores requisitantes, a fim de assegurar a pronta resolução de eventuais inconformidades nos materiais fornecidos.

A opção mais adequada para atender à demanda consiste na realização de licitação na modalidade **Pregão Eletrônico**, sob o regime de **Registro de Preços**, os equipamentos solicitados são classificados como comuns, com padrões técnicos definidos e reconhecidos pelo mercado, o que permite a ampla competitividade entre fornecedores. Tal escolha atende à natureza contínua da demanda ao longo da vigência da ata, sem implicar em obrigatoriedade de contratação por parte da Administração.

Importa destacar que existem diversas empresas consolidadas no ramo, conforme levantamento realizado pelo setor de compras, o qual compõe os autos deste processo.

Concluída a licitação, as empresas registradas na ata deverão realizar os fornecimentos conforme as condições e prazos estabelecidos no Termo de Referência e mediante a emissão de nota de empenho, observando rigorosamente as especificações técnicas, unidades de medida e demais critérios estabelecidos no referido documento.

A contratação contempla o fornecimento integral dos equipamentos, incluindo transporte, entrega, instalação, testes operacionais e orientação básica de uso aos servidores designados, quando aplicável. A solução deverá observar rigorosamente as especificações técnicas definidas no Termo de Referência, bem como as normas sanitárias, regulatórias e técnicas vigentes aplicáveis a equipamentos médico-odontológicos, garantindo segurança ao paciente, confiabilidade dos procedimentos e conformidade com padrões de qualidade reconhecidos.

Os equipamentos deverão ser novos, de primeiro uso, certificados pelos órgãos competentes e compatíveis com a infraestrutura física e elétrica das unidades de saúde municipais, devendo possuir registro ou notificação junto à autoridade sanitária competente quando exigido, assegurando regularidade e rastreabilidade dos bens fornecidos.

No tocante à manutenção e à assistência técnica, a solução deverá contemplar:

- a) **Garantia mínima de fábrica**, abrangendo defeitos de fabricação, falhas de funcionamento e não conformidades técnicas, pelo prazo definido no Termo de Referência, sem ônus adicional para a Administração;
- b) **Assistência técnica especializada**, prestada por profissionais qualificados e autorizados pelo fabricante, com canais formais de atendimento e prazos de resposta compatíveis com a criticidade dos serviços odontológicos;
- c) **Manutenção corretiva**, compreendendo diagnóstico de falhas, substituição de peças defeituosas e restabelecimento pleno das funcionalidades do equipamento;
- d) **Disponibilidade de peças e componentes originais**, assegurando a continuidade do uso dos equipamentos e a preservação da vida útil do patrimônio público;
- e) **Suporte técnico inicial**, incluindo orientação operacional básica para os profissionais responsáveis pela utilização dos equipamentos, quando necessário;
- f) **Registro das intervenções técnicas**, garantindo rastreabilidade das manutenções realizadas e controle administrativo do ciclo de vida dos bens.

A implementação da solução deverá observar ainda critérios de recebimento provisório e definitivo, mediante verificação de conformidade técnica, funcionalidade e atendimento integral às especificações estabelecidas, sendo recusados equipamentos que não atendam aos requisitos mínimos de qualidade, desempenho e segurança.

Dessa forma, a solução proposta abrange não apenas o fornecimento dos equipamentos, mas todo o conjunto de medidas necessárias para assegurar sua operacionalização adequada, continuidade do serviço público de saúde bucal e a otimização do investimento público, contribuindo para a melhoria da resolutividade e da qualidade do atendimento ofertado à população.

IX - JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO;

Nos termos do Art. 40 da Lei Federal nº 14.133/2021, as contratações públicas devem observar o **princípio do parcelamento**, sempre que tecnicamente viável e economicamente vantajoso, de modo a ampliar a competitividade e permitir maior eficiência na execução contratual.

Nesse sentido, considera-se viável e vantajoso que o fornecimento dos equipamentos seja realizado de forma **parcelada**, considerando as especificidades do presente objeto a demanda será parcelada, haja visto, se comprovarem ser técnica e economicamente viável, com vistas a propiciar o melhor aproveitamento do mercado e a ampliação da competitividade.

X - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS;

A presente contratação tem como finalidade promover ganhos institucionais mensuráveis sob a perspectiva da economicidade, da eficiência administrativa e do melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, em consonância com as diretrizes do planejamento das contratações públicas estabelecidas na Lei nº 14.133/2021, que prevê a demonstração dos resultados pretendidos como elemento essencial do Estudo Técnico Preliminar.

10.1. Economicidade e racionalização dos recursos financeiros

A aquisição de equipamentos permanentes modernos e adequados às demandas da Coordenação de Saúde Bucal (CEO), vinculada ao Departamento de Atenção Básica (DAB), permitirá a redução progressiva de custos operacionais decorrentes de manutenções corretivas recorrentes, substituições

emergenciais e interrupções nos serviços odontológicos. A padronização dos equipamentos também favorece a otimização das aquisições futuras, a ampliação do poder de negociação da Administração e a obtenção de melhores condições comerciais, especialmente quando vinculada à sistemática de Registro de Preços.

10.2. Melhor aproveitamento dos recursos humanos

A disponibilização de equipamentos atualizados e compatíveis com as necessidades assistenciais contribui diretamente para o aumento da produtividade das equipes odontológicas, reduzindo retrabalhos, falhas operacionais e tempo de inatividade. Com infraestrutura adequada, os profissionais poderão concentrar esforços nas atividades finalísticas de atendimento à população, ampliando a resolutividade dos procedimentos e fortalecendo a qualidade da assistência em saúde bucal.

10.3. Otimização dos recursos materiais e estruturais

A modernização do parque tecnológico odontológico permitirá melhor organização dos fluxos de trabalho, maior durabilidade dos bens públicos e melhor integração entre equipamentos e processos assistenciais. Além disso, a aquisição planejada evita improvisações, aquisições fragmentadas e uso prolongado de equipamentos obsoletos, assegurando maior eficiência no uso do patrimônio público.

10.4. Melhoria da eficiência operacional e continuidade dos serviços

Os resultados pretendidos incluem a ampliação da capacidade operacional das unidades de saúde, a redução de riscos de paralisação dos atendimentos odontológicos e o fortalecimento da infraestrutura necessária à execução contínua das ações de promoção, prevenção e tratamento em saúde bucal, contribuindo para a melhoria dos indicadores assistenciais e para o atendimento qualificado à população.

Dessa forma, a contratação proposta apresenta potencial significativo para elevar a eficiência da gestão pública, reduzir custos indiretos e proporcionar melhor alocação dos recursos institucionais, consolidando-se como medida estratégica para o fortalecimento dos serviços odontológicos municipais.

XI - PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL;

Previamente à formalização do contrato decorrente da aquisição de **equipamentos permanentes destinados à estruturação e ao fortalecimento dos serviços odontológicos da Coordenação de Saúde Bucal (CEO), vinculada ao Departamento de Atenção Básica (DAB), da Secretaria Municipal de Saúde de Ji-Paraná/RO**, a Administração deverá adotar medidas preparatórias indispensáveis à adequada gestão e fiscalização contratual, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e boas práticas de governança e controle das contratações públicas, especialmente quanto à qualificação dos agentes responsáveis pela execução contratual e ao acompanhamento da entrega dos bens.

11.1. Designação formal dos agentes responsáveis pela execução contratual

A Administração deverá designar, mediante ato formal:

- **Gestor do Contrato:** responsável pelo acompanhamento global da execução, coordenação administrativa e decisões relacionadas à entrega dos equipamentos e cumprimento das obrigações contratuais;

- **Fiscal Técnico:** responsável pela verificação da conformidade dos equipamentos odontológicos, incluindo especificações técnicas, funcionamento, certificações sanitárias e padrões de qualidade exigidos;
- **Fiscal Administrativo/Financeiro:** responsável pela análise documental, conferência de notas fiscais, acompanhamento de pagamentos e controle da regularidade fiscal da contratada.

O ato de designação deverá conter atribuições, responsabilidades, contatos institucionais, substituições e vinculação ao instrumento contratual.

11.2. Elaboração e implementação de Plano de Capacitação dos agentes envolvidos

Deverá ser elaborado Plano de Capacitação direcionado ao gestor, fiscais e equipe administrativa, contemplando:

- Aplicação prática da Lei nº 14.133/2021 na gestão e fiscalização de contratos administrativos;
- Procedimentos de recebimento provisório e definitivo de bens permanentes de saúde;
- Verificação de conformidade técnica, testes de funcionamento, análise de manuais e certificados;
- Rotinas administrativas, controle documental e prestação de contas;
- Procedimentos de registro de ocorrências, não conformidades e aplicação de sanções contratuais.

A capacitação deverá ocorrer previamente à assinatura contratual ou até o início da execução, garantindo que a equipe esteja apta ao primeiro recebimento dos equipamentos.

11.3. Preparação dos instrumentos de gestão e fiscalização contratual

Deverão ser estruturados previamente:

- Plano de Fiscalização e checklists técnicos para conferência dos equipamentos;
- Modelos de termos de recebimento provisório e definitivo;
- Planilhas de controle de prazos, valores, garantias e cronograma de entregas;
- Modelos de relatórios periódicos de acompanhamento e notificações de não conformidade.

11.4. Definição dos critérios técnicos de recebimento e aceitação dos equipamentos

Antes da contratação, deverão ser definidos critérios objetivos de avaliação, tais como:

- Conformidade com especificações técnicas e demais normativas aplicáveis;
- Verificação de funcionamento operacional e integridade física dos equipamentos;
- Conferência de manuais, certificados de garantia e assistência técnica autorizada;
- Procedimentos para substituição ou correção em caso de defeitos ou divergências técnicas.

11.5. Planejamento logístico para recebimento e instalação

A Administração deverá organizar previamente:

- Locais de entrega e armazenamento adequado dos equipamentos odontológicos;
- Infraestrutura necessária à instalação, quando aplicável;
- Cronograma de recebimento compatível com a capacidade operacional das unidades de saúde.

11.6. Verificações administrativas e legais prévias

Antes da assinatura contratual, deverão ser verificadas:

- Regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada;
- Adequação do objeto social ao fornecimento dos equipamentos;
- Existência de cláusulas contratuais relativas à garantia, assistência técnica e responsabilidades da contratada.

11.7. Continuidade da fiscalização e substituição de agentes

- Deverá ser prevista a indicação de substitutos previamente capacitados, assegurando continuidade da gestão e fiscalização em casos de afastamentos, férias ou mudanças funcionais.

11.8. Registro documental e transparência

- Todos os atos preparatórios, capacitações, designações, instrumentos de controle e comunicações, deverão ser formalmente registrados nos autos do processo administrativo, assegurando rastreabilidade, transparência e segurança jurídica na execução contratual.

11.9. Fontes de apoio técnico:

- Recomenda-se a utilização dos manuais de gestão e fiscalização de contratos do Tribunal de Contas da União (TCU), da Controladoria Geral da União (CGU) e demais órgãos centrais de compras públicas como base para o Plano de Capacitação e os instrumentos de fiscalização.

XII - CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES;

Não há contratações correlatas e/ou interdependentes.

XIII - DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS, INCLUÍDOS REQUISITOS DE BAIXO CONSUMO DE ENERGIA E DE OUTROS RECURSOS, BEM COMO LOGÍSTICA REVERSA PARA DESFAZIMENTO E RECICLAGEM DE BENS E REFUGOS, QUANDO APLICÁVEL;

A presente contratação refere-se à aquisição de **equipamentos permanentes destinados à estruturação e ao fortalecimento dos serviços odontológicos da Coordenação de Saúde Bucal (CEO), vinculada ao Departamento de Atenção Básica (DAB)**, da Secretaria Municipal de Saúde de Ji-Paraná/RO. Em regra, a utilização dos equipamentos não gera impactos ambientais diretos significativos durante a operação regular. Contudo, considerando o ciclo de vida dos bens, especialmente por envolverem equipamentos eletroeletrônicos e componentes tecnológicos, identificam-se impactos ambientais potenciais que devem ser mitigados por meio de critérios sustentáveis e de gestão adequada.

13.1. Identificação dos impactos ambientais potenciais

a) Consumo energético dos equipamentos

Equipamentos odontológicos dependem de energia elétrica para seu funcionamento, podendo elevar o consumo energético das unidades de saúde e gerar impactos indiretos decorrentes da matriz energética.

b) Geração de resíduos eletroeletrônicos ao final da vida útil

Os equipamentos permanentes podem conter metais pesados, placas eletrônicas e componentes

que, quando descartados de forma inadequada, podem causar contaminação do solo e da água e riscos à saúde pública.

c) Resíduos provenientes de manutenção e substituição de peças

Trocas de componentes, baterias, cabos e acessórios podem gerar resíduos sólidos que exigem destinação ambientalmente adequada.

d) Embalagens e materiais de transporte

O fornecimento e a entrega dos equipamentos implicam o uso de embalagens plásticas, metálicas ou de papelão, que podem gerar resíduos adicionais.

e) Logística e transporte dos equipamentos

O deslocamento dos bens até as unidades de saúde gera emissões indiretas de gases de efeito estufa decorrentes do uso de combustíveis fósseis.

13.2. Medidas mitigadoras e requisitos sustentáveis

a) Eficiência energética e baixo consumo de recursos

Priorizar equipamentos com selo de eficiência energética, tecnologias de economia de energia e sistemas automatizados de desligamento ou modo econômico, contribuindo para redução do consumo elétrico institucional.

b) Logística reversa e descarte ambientalmente adequado

A contratada deverá orientar e, quando aplicável, disponibilizar mecanismos de logística reversa para equipamentos eletroeletrônicos e componentes ao final da vida útil, conforme princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos, assegurando destinação ambientalmente adequada e reaproveitamento de materiais.

c) Gestão de resíduos e embalagens

Exigir que embalagens sejam recicláveis ou reutilizáveis, com incentivo à redução de materiais descartáveis e correta destinação após a entrega.

d) Manutenção preventiva e aumento da vida útil

A adoção de manutenção preventiva reduz substituições prematuras, diminui a geração de resíduos e promove o uso eficiente dos recursos públicos.

e) Transporte sustentável e racionalização logística

Recomenda-se planejamento de entregas agrupadas e rotas otimizadas, reduzindo deslocamentos e emissões associadas ao transporte.

f) Desfazimento sustentável de bens inservíveis

Equipamentos substituídos deverão ser encaminhados para reutilização, recondicionamento ou reciclagem, sempre que possível, respeitando práticas de economia circular e evitando descarte em aterros comuns.

13.3. Benefícios ambientais esperados

- Redução do consumo energético e otimização do uso de recursos públicos;
- Diminuição da geração de resíduos eletroeletrônicos e incentivo à reciclagem;
- Conformidade com políticas públicas de sustentabilidade e gestão ambiental;
- Maior controle do ciclo de vida dos equipamentos e redução de impactos ambientais indiretos.

13.4. Recomendações contratuais específicas

- Inserção de cláusulas de responsabilidade ambiental e destinação adequada de resíduos;

- Previsão de comprovação de eficiência energética e conformidade ambiental dos equipamentos;
- Possibilidade de fiscalização quanto ao cumprimento das práticas sustentáveis e da logística reversa;
- Aplicação de sanções contratuais em caso de descumprimento dos requisitos ambientais previstos.

XV - POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA;

Diante das análises técnicas, operacionais e orçamentárias constantes no presente Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a solução proposta mostra-se **adequada, necessária e suficiente** para o atendimento da demanda administrativa identificada, observando-se os princípios do planejamento, da eficiência, da economicidade e do interesse público.

Verificou-se que a alternativa selecionada apresenta **viabilidade técnica e operacional**, compatibilidade com as necessidades institucionais e aderência às diretrizes estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto ao planejamento das contratações públicas e à demonstração da melhor solução para atendimento da demanda administrativa.

Assim, entende-se que a contratação pretendida é **pertinente e recomendável**, constituindo medida necessária para assegurar a continuidade e a adequada prestação dos serviços públicos, razão pela qual se manifesta este setor **favoravelmente ao prosseguimento do feito**, com a adoção das providências subsequentes para formalização da contratação.

XVI - CONSULTA A ÓRGÃO GERENCIADOR DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS MUNICIPAL QUANTO A EXISTÊNCIA DE ATA DE REGISTRO PREÇOS QUE ATENDA A NECESSIDADE APRESENTADA PELO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR.

Após consulta ao Sistema de Registro de Preços do Município, verificou-se que, até a presente data, não existe nenhuma Ata de Registro de Preços vigente que contemple o objeto solicitado neste Estudo Técnico Preliminar.

XVII - DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Com base na fundamentação apresentada neste instrumento, conclui-se pela viabilidade da presente aquisição.

☒ **X** e viável ☐ não e viável

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: www.ji-parana.ro.gov.br



SIMPLES
ASSINATURA
ELETRÔNICA
LOGIN E SENHA

Documento assinado eletronicamente por **EMANUEL HENRIQUE AZEVEDO DE CASTRO, AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE**, em 28/05/2026 às 13:26, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



SIMPLES
ASSINATURA
ELETRÔNICA
LOGIN E SENHA

Documento assinado eletronicamente por **CRISTIANO RAMOS PEREIRA, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE**, em 29/05/2026 às 10:49, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID **2726291** e o código verificador **8FD64194**.

Referência: [Processo nº 5-529/2026](#).

Docto ID: 2726291 v1

ANEXO II

CARTA PROPOSTA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5 - 529/2026 – SEMUSA

OBJETO: Registro de Preços para Eventual e Futura Aquisição de materiais permanentes odontológicos para atender as Unidades Básicas de Saúde (UBS), Centro de Especialidades Odontológicas (CEO), Unidade Odontológica Móvel (UOM) e demais pontos da rede de saúde bucal de Ji-Paraná.

Dados do proponente:

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Município: Estado: CEP:

Telefone:

E-mail:

Dados do responsável pela assinatura do Contrato:

Nome Completo:

CPF n.º

Cargo/Função:

Dados para contato/correspondência:

Endereço:

Telefone:

E-mail:

Dados para pagamentos:

Conta Corrente n.º

Agência n.º

Banco.....

À

Superintendência de Compras e Licitações

Prezados Senhores,

Apresentamos a V. S^a., nossa “**PROPOSTA DE PREÇOS**” pelo preço global de R\$ _____
(_____), nos termos do Edital e seus Anexos, conforme quadro abaixo:

Item	Descrição	Und.	Qnt.	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
ITEM DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP/EQUIPARADAS					
1	AUTOCLAVE HORIZONTAL DE MESA ATÉ 75 LITROS COM AS SEG UINTES ESPECIFICAÇÕES: Autoclave Horizontal na cor branca, com 03 bandejas em	UND	2	17.966,93	35.933,86

	alumínio, câmara de esterilização em aço inox, com capacidade de até 75 Litros - função da esterilização de artigos/instrumentos utilizando vapor sob pressão, sendo ideal para consultórios odontológicos (implantodontia e cirurgia), para clínicas médicas, laboratórios e ambulatórios hospitalares, nos cuidados de seus instrumentos, que devem resistentes a altas temperaturas e vapor intenso. Dimensões - 39,5cm x 38cm x 61 cm (L x A x P); Câmara - 25cm x 43cm (D x P); Peso - 30 Kg Registro na ANVISA. Garantia de 2 anos.				
ITEM DE AMPLA CONCORRÊNCIA					
2	CADEIRA ODONTOLÓGICA COMPLETA COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES: Estrutura fabricada em aço; tratamento anticorrosivo; pintura epóxi ou eletrostática lisa; com estabilidade estática e dinâmica em todas as posições de uso na sua capacidade máxima; base com proteção em borracha ou material similar, com estabilidade sem necessidade de fixação ao piso; revestimento do estofamento em material PVC laminados em costuras, na cor verde; proteção plástica para os pés do paciente; braço da cadeira com formato e fixação que facilitem o acesso do paciente; apoio de braço para paciente dos dois lados da cadeira sendo um rebatível. Encosto da cabeça articulável com movimento longitudinal; acionamento através de comandos elétrico com motor-redutores; controle de pé (pedal) para os movimentos de subida e descida do assento e do encosto. Controle de pedal para acionamento do refletor, pelo menos três movimentos automáticos: um volta a zero e dois programáveis pelo cirurgião dentista; alimentação elétrica 110V ou 220 V 60HZ de acordo com a rede local do município de entrega; a cadeira deve ser capaz de suportar e levantar uma massa de pelo menos 135 kg mais a massa adicional do equipamento odontológico e acessórios montados na cadeira como especificado pelo fabricante; fornecimento de plantas baixas e outras necessárias para perfeita instalação do equipamento, com todas as informações sobre alimentações elétricas, hidráulica e pneumática para instalação;	UND	6	21.924,97	131.549,82

<p>fornecimento de manuais de operação e manuais de serviço com vista explodida e detalhamento das peças, principais defeitos e correções, com diagramas dos sistemas elétricos, mecânicos e hidráulicos; equipo odontológico: equipo odontológico acoplado com braço articulado, com movimento horizontal com batentes de fim de curso e movimento vertical pneumático. Três terminais sendo um para micro motor de baixa rotação com spray (tipo borden), dois terminais para caneta de alta rotação com spray (tipo borden) e uma seringa triplice; suporte das pontas com acionamento individual e automático; pintura epóxi ou eletrostática totalmente lisa; sistema de desinfecção de dutos de água e spray com válvula anti-reflexo; pedal de acionamento do equipo com controle variável (progressivo) da rotação dos instrumentos; com caixa de ligação (distribuição), sendo as mangueiras arredondadas e lisas e contendo todos os acessórios necessários a sua instalação; caixa de ligação (distribuição) independente da cadeira; reservatório de água do equipo e sistema de desinfecção, em material transparente ou 29 translúcido, de no mínimo 500ml; bandejas removíveis de aço inoxidável ou alumínio anodizado; refletor odontológico monofocal, multifacetado; acoplado à cadeira; fiação embutida; luz fria; no mínimo com uma seleção de intensidade luminosa de no mínimo 20.000 LUX, uniformemente distribuída; para os equipamentos que utilizam LED, o refletor deverá possuir todas as características necessárias para garantir no mínimo uma seleção de intensidade luminosa mínima de 20.000 LUX uniformemente distribuída. Comando de liga/desliga acionado por pedal; braços do refletor articulados e balanceados para posicionamento com estabilidade, sem travas mecânica; movimentos amplos com batentes de fim de curso para proteção; com protetor de lâmpadas e espelho em material resistente transparente; estrutura com tratamento anticorrosivo, com pintura em epóxi ou eletrostática, totalmente lisa; de formas arredondadas; alimentação elétrica 110V ou 220V 60HZ de acordo com a rede</p>				
---	--	--	--	--

	local do município de entrega; unidade odontológica: unidade auxiliar acoplada à cadeira: bacia da cuspideira removível em porcelana ou cerâmica ou material de alta resistência; ralo separador de detritos em local a ser definido, conectado a mangueira de sucção; registro para acionamento da água da cuspideira; seringa triplice, 02 terminais de sucção, com diâmetro aproximado de 6,5 mm, com mangueiras e terminais lisos; formas arredondadas; estrutura em alumínio ou aço com proteção anticorrosão. Garantia de 02 anos.				
COTA DE ATÉ 25% DO ITEM 2 – RESERVADA PARA PARTICIPAÇÃO ME/EPP/EQUIPARADAS					
3	CADEIRA ODONTOLÓGICA COMPLETA COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES: Estrutura fabricada em aço; tratamento anticorrosivo; pintura epóxi ou eletrostática lisa; com estabilidade estática e dinâmica em todas as posições de uso na sua capacidade máxima; base com proteção em borracha ou material similar, com estabilidade sem necessidade de fixação ao piso; revestimento do estofamento em material PVC laminados em costuras, na cor verde; proteção plástica para os pés do paciente; braço da cadeira com formato e fixação que facilitem o acesso do paciente; apoio de braço para paciente dos dois lados da cadeira sendo um rebatível. Encosto da cabeça articulável com movimento longitudinal; acionamento através de comandos elétrico com motor-redutores; controle de pé (pedal) para os movimentos de subida e descida do assento e do encosto. Controle de pedal para acionamento do refletor, pelo menos três movimentos automáticos: um volta a zero e dois programáveis pelo cirurgião dentista; alimentação elétrica 110V ou 220 V 60HZ de acordo com a rede local do município de entrega; a cadeira deve ser capaz de suportar e levantar uma massa de pelo menos 135 kg mais a massa adicional do equipamento odontológico e acessórios montados na cadeira como especificado pelo fabricante; fornecimento de plantas baixas e outras necessárias para perfeita instalação do equipamento, com todas as informações sobre alimentações elétricas, hidráulica e pneumática para instalação;	UND	2	21.924,97	43.849,94

<p>fornecimento de manuais de operação e manuais de serviço com vista explodida e detalhamento das peças, principais defeitos e correções, com diagramas dos sistemas elétricos, mecânicos e hidráulicos; equipo odontológico: equipo odontológico acoplado com braço articulado, com movimento horizontal com batentes de fim de curso e movimento vertical pneumático. Três terminais sendo um para micro motor de baixa rotação com spray (tipo borden), dois terminais para caneta de alta rotação com spray (tipo borden) e uma seringa triplice; suporte das pontas com acionamento individual e automático; pintura epóxi ou eletrostática totalmente lisa; sistema de desinfecção de dutos de água e spray com válvula anti-reflexo; pedal de acionamento do equipo com controle variável (progressivo) da rotação dos instrumentos; com caixa de ligação (distribuição), sendo as mangueiras arredondadas e lisas e contendo todos os acessórios necessários a sua instalação; caixa de ligação (distribuição) independente da cadeira; reservatório de água do equipo e sistema de desinfecção, em material transparente ou 29 translúcido, de no mínimo 500ml; bandejas removíveis de aço inoxidável ou alumínio anodizado; refletor odontológico monofocal, multifacetado; acoplado à cadeira; fiação embutida; luz fria; no mínimo com uma seleção de intensidade luminosa de no mínimo 20.000 LUX, uniformemente distribuída; para os equipamentos que utilizam LED, o refletor deverá possuir todas as características necessárias para garantir no mínimo uma seleção de intensidade luminosa mínima de 20.000 LUX uniformemente distribuída. Comando de liga/desliga acionado por pedal; braços do refletor articulados e balanceados para posicionamento com estabilidade, sem travas mecânica; movimentos amplos com batentes de fim de curso para proteção; com protetor de lâmpadas e espelho em material resistente transparente; estrutura com tratamento anticorrosivo, com pintura em epóxi ou eletrostática, totalmente lisa; de formas arredondadas; alimentação elétrica 110V ou 220V 60HZ de acordo com a rede</p>				
---	--	--	--	--

	local do município de entrega; unidade odontológica: unidade auxiliar acoplada à cadeira: bacia da cuspideira removível em porcelana ou cerâmica ou material de alta resistência; ralo separador de detritos em local a ser definido, conectado a mangueira de sucção; registro para acionamento da água da cuspideira; seringa tríplice, 02 terminais de sucção, com diâmetro aproximado de 6,5 mm, com mangueiras e terminais lisos; formas arredondadas; estrutura em alumínio ou aço com proteção anticorrosão. Garantia de 02 anos.				
ITEM DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP/EQUIPARADAS					
4	APARELHO DE RX - APARELHO RAIOS X, POTÊNCIA APARELHO 7 0, APLICAÇÃO USO ODONTOLÓGICO, TENSÃO ALIMENTAÇÃO 220, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COLUNA MÓVEL, DIGITAL	UND	3	12.329,67	36.989,01
5	NO-BREAK (PARA COMPUTADOR/IMPRESSORA) Especificação mínima: que esteja em linha de produção pelo fabricante. No-break com potência nominal mínima de 1,2 kVA. Potência real mínima de 600 W. Tensão entrada 115 / 127 / 220 V (em corrente alternada) com comutação automática. Tensão de saída 110 / 115 ou 220 V (a ser definida pelo solicitante). Alarme audiovisual. Bateria interna selada. Autonomia a plena carga de, no mínimo, 15 minutos considerando consumo de 240 W. Possuir, no mínimo, seis tomadas de saída padrão brasileiro. O produto deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento. Garantia de 12 meses.	UND	2	949,67	1.899,34
6	FOTOPOLIMERIZADOR DE RESINAS, DE LED, SEM FIO COM RADIÔMETRO COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES: Ponteira fibra ótica 8mm, peso líquido: 155g(incluindo, componentes, dimensões externas (DXC), 2,7 x 25cm, com ponteira 2,7 x18cm(sem ponteira) Voltagem: 90/240V Frequência: 50/60 Hz Potência irradiada: 1.400 mW/cm² Consumo elétrico: 2,65 Watts/hora Consumo elétrico (standby): 0,16 Watts/hora, Fonte luminosa: LED de alta potência (azul) Modo de operação: Contínuo, progressivo e intermitente	UND	3	1.393,31	4.179,93

	Comprimento da onda: 460 a 465 nm Temperatura adequada de trabalho: 15 a 40°C, Garantia: 01 Ano.				
7	BOMBA DE VÁCUO ATÉ 2HP/CV, POTÊNCIA/VÁCUO DE 1,5 HP/720 MMHG, PARA SUCÇÃO DE FLUIDOS E RESÍDUOS PROVENIENTES DE TRATAMENTO OU CIRURGIAS NO USO ODONTOLÓGICO	UND	4	3.933,38	15.733,52
8	COMPUTADOR (DESKTOP-BASICO) Especificação mínima: que esteja em linha de produção pelo fabricante. Computador desktop com processador no mínimo que possua no mínimo 4 Núcleos, 8 threads e frequência de 3.0 GHz; possuir 1 disco rígido de 1 TB ou SSD 240 GB, memória RAM de 8 GB, em 2 módulos idênticos de 4 GB cada, do tipo SDRAM ddr4 2.133 MHz ou superior, operando em modalidade dual CHANNEL. A placa principal deve ter arquitetura ATX, MICROATX, BTX ou MICROBTX, conforme padrões estabelecidos e divulgados no site www.formfactors.org , organismo que define os padrões existentes. Possuir pelo menos 1 slot PCI-EXPRESS 2.0 x16 ou superior. Possuir sistema de detecção de intrusão de chassis, com acionador instalado no gabinete. O adaptador de vídeo integrado deverá ser no mínimo de 1 GB de memória. Possuir suporte ao MICROSOFT DIRECTX 10.1 ou superior. Suportar monitor estendido. Possuir no mínimo 2 saídas de vídeo, sendo pelo menos 1 digital do tipo HDMI, display PORT ou DVI. Unidade combinada de gravação de disco óptico CD, DVD rom. Teclado USB, ABNT2, 107 teclas com fio e mouse USB, 800 DPI, 2 botões, scroll com fio. Monitor de LED 19 polegadas (WideScreen 16:9). Interfaces de rede 10/100/1000 e WIFI padrão IEEE 802.11 b/g/n. Sistema operacional Windows 10 pro (64 bits). Fonte compatível e que suporte toda a configuração exigida no item. Gabinete e periféricos deverão funcionar na vertical ou horizontal. Todos os equipamentos ofertados (gabinete, teclado, mouse e monitor) devem possuir gradações neutras das cores branca, preta ou cinza, e manter o mesmo padrão de cor. Todos os componentes do produto deverão ser novos,	UND	9	4.644,67	41.802,03

	sem uso, reforma ou recondicionamento. Garantia de 12 meses.				
9	MOCHO EM AÇO/FERRO PINTADO COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES: assento/encosto estofado Estrutura tubular e assento em aço inox 304 1 1/2 x 1,2 mm, com tratamento antimanchas. Dimensões: 480x650mm (altura ajustável)	UND	17	713,53	12.130,01
10	NEGATOSCÓPIO COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES: Para visualização de radiografias: periapicais, Inter proximais, oclusais, carpais, seios da face, panorâmica, telerradiografias e ATM, iluminação LED, material estrutura chapa aço, acabamento superficial estrutura moldura em aço pintado c/ tratamento antiferrugem, material visor acrílico translúcido, comprimento 43, largura 35, tensão alimentação 110, aplicação c/ 2 corpos p/ fixação em parede, características adicionais prendedor radiografia no corpo, tecla liga/desliga.	UND	2	641,38	1.282,76
11	TELEVISOR DE 32" ATE 41" Especificação: DE 32" ATÉ 41"	UND	2	1.585,33	3.170,66
12	COMPRESSOR ODONTOLÓGICO COM AS SEGUINTE ESPECIFIC AÇÕES: capacidade Mínimo de 80 litros com potência de 2,0 HP.motor monofásico 1/2cv.4 polos 110/220 V; consumo de energia elétrica 1/2cv4, pólos 110/220 V; cilindrada 123 CM2, desloc. litros de ar p/min. 80 L;RPM, do cabeçote; 672 RPM, cap. Do reserva tório; 30 litros, pressão Max.135lbs, vol de ar desloc2,8 p.c.m tempo de carga de 0 A 120 5 min. Recarga de 80 A 120 libras; 2 min. Nível de ruído s/ Gabinete. 65 db, nível de ruído c/gabinete 60 db.	UND	6	11.810,00	70.860,00
13	NOTEBOOK Processador:· Processador compatível com os modelos:· Intel® Core™ i7-1270P; Memória: · Mínimo de 8 GB na interface:· DDR4 SODIMM em 3200 MHz ou;· DDR5 SODIMM em 4800 MHz; Armazenamento:· SSD mínimo de 240 GB na interface PCIe; Tela:· Resolução mínima da tela: De 1920x1080 pixel com relação de aspecto 16:9 ou; De 1920x1200 pixel com relação de aspecto 16:10 ou; · Resolução e proporção compatíveis com as descrições acima; Frequência mínima de	UND	1	5.596,71	5.596,71

	60 Hz; Dimensão diagonal de 14" ou 15.6"; Tecnologia antirreflexo; Sem Fio: Conectividade sem fio nos padrões IEEE 802.11a/b/g/n/ac/ax Conectividade Bluetooth® 5.2 ou superior; Sistema Operacional: Compatível com o sistema operacional Windows® 10; Compatível com o sistema operacional Windows® 11; · Compatível com o sistema operacional Ubuntu 22.04; · Compatível com o sistema operacional Fedora 38; Alimentação: Bateria de 52 Wh ou superior inclusa no objeto; Tomada da fonte de alimentação no padrão NBR 14.136; Periféricos: Teclado padrão ABNT2 integrado; Touchpad integrado; Referência: Lenovo ThinkPad T14;				
14	AMALGAMADOR Equipamento odontológico, tipo: vibrador de capsulas pré-dosificadas (Amalgamador), aspecto físico: motor de bancada, indicação: amalgama e ionômero de vidro, fonte: bivolt, característica adicional: digital.	UN	2	1.577,23	3.154,46
15	DESTILADORA DE ÁGUA Equipamento para destilação de água para uso em autoclaves de esterilização a vapor. Tempo para destilar 150ml de água: 19 minutos; Tempo para destilar 300ml de água: 37 minutos. Não necessita instalação hidráulica.	UN	3	1.571,24	4.713,72
16	ULTRASSOM ODONTOLOGICO Ultrassom Odontológico	UN	8	3.673,40	29.387,20
17	CADEIRA DE ESCRITORIO COM APOIO DE CABEÇA, POLTRONA DI RETOR TELADA COM ESPUMA INJETADA 50MM, BASE GIRATORIA, COM BRAÇOS DIGITADORES COM APOIO LOMBAR	UND	2	1.439,63	2.879,26
18	BANQUETA, MATERIAL ESTRUTURA: AÇO INOX, TIPO ASSENTO GIRATORIO, MATERIAL BASE ASSENTO: PLASTICO, ACABAMENTO E ESTRUTURA: PINTADO, COR DO ASSENTO: PRETA, ALTURA: 60 CM. DIAMETRO ASSENTO: 40 CM, CARACTERISTICAS ADICIONAIS: ALTURA REGULAVEL SISTEMA A GAS, APOIO PARA OS PES. BANQUETA, MATERIAL ESTRUTURA: AÇO INOX, TIPO ASSENTO GIRATÓRIO, MATERIAL	UND	2	554,96	1.109,92

	BASE ASSENTO: PLASTICO, ACABAMENTO ESTRUTURA: PINTADO, COR DO ASSENTO: PRETA, ALTURA: 60 CM. Diâmetro assento: 40 cm, características adicionais: altura regulável sistema a gás, apoio para os pés.				
19	FOTÓFORO - FONTE DE LUZ, FIBRA ÓPTICA, FOCO REGULÁVEL, T IPO LED MÍNIMA 30.000 LUX COM BATERIA RECARREGÁVEL.	UND	1	5.933,72	5.933,72
20	BIOMBO PORTATIL EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO CONTRA RADIAÇÃO IONIZANTE DO TÉCNICO E PACIENTE COM MEDIDAS DE 2,10 X80 CM. FORNECIDO COM PROTEÇÃO INTERNA DE 2,00MM DE ESPESSURA. Biombo Portátil Equipamento de proteção contra radiação ionizante do técnico e paciente com medidas de 2,10x80 cm. Fornecido com proteção interna de 2,00mm de espessura.	UND	1	7.285,00	7.285,00
21	ASPIRADOR DE SECREÇÃO ELÉTRICO MÓVEL COM CAPACIDADE DE 4 A 6 LITROS, suporte com rodízio, pedal de acionamento, com válvula de segurança e frasco termoplástico.	UND	1	3.546,41	3.546,41
22	BISTURI ELÉTRICO (A PARTIR DE 151) BISTURI, ELETRÔNICO, BIPOLAR E MONO POLAR, DE 300 WATTS: Deve atender as aplicações de cirurgia cardíaca, neurocirurgias e micro cirurgias, endoscopia, colonoscopia, laparoscopia gastro /ginecológica /urologia e todos os demais procedimentos cirúrgicos, inclusive procedimentos de alta complexidade, contando com exclusivas funções e conexão ao Coagulador a Gás Argônio: Recursos Deve possuir tecla especial que proporciona melhor desempenho de Corte em tecidos adiposos, sem causar dano tecidual. Modo Micro bipolar ajustável de 0,5 em 0,5 watts Um recurso que oferece potência controlada e uniforme, para cirurgias vasos-capilares Acionamento simultâneo da caneta de comando manual nas operações do modo coagulação mono polar permite o trabalho simultâneo de dois cirurgiões. Ventilação Natural por Convecção. Reconhecimento automático do tipo de placa-paciente adesiva e descartável utilizada Ativação do	UND	1	28.035,17	28.035,17

<p>sistema de monitoração de qualidade de contato se a placa adesiva for dividida. Ativação do sistema de monitoração de circuito (com alarme) se a placa adesiva for comum. EMC. Sistema de operação -Micro processado: Todas as funções do equipamento são controladas por um microprocessador que monitora continuamente sua segurança e desempenho. 11 Funções eletro cirúrgicas: CORTE PURO: 300 watts BLEND1: 250 watts BLEND2: 200 watts BLEND3: 150 watts COAGULACAO: 120 watts BIPOLAR: 80 watts MICROBIPOLAR: 40 watts (o modo Micro bipolar permite incremento da potência de 0,5 em 0,5 watts) as potencias mono polar e bipolar possuem saídas isoladas, garantindo a redução de risco de queimaduras e acidentes numa eventualidade de desvios de corrente. Acionamento das funções: (1) permite acionamento através de caneta de comando manual e por Pedal.(2) permite acionamento através de pedal de duplo comando a prova de Explosão com superfície antiderrapante com alça.(3) permite acionamento através de pedal independente para o modo bipolar (4) possui duas saídas independente s para Caneta de Comando Manual Sistemas de monitoração: (1) Sistema de monitoração de CIRCUITO de placa de retorno (placa paciente) que bloqueia o funcionamento do equipamento na ocorrência de alguma falha na continuidade do fio e/ou conexão placacabo (ao mesmo tempo em que ativa uma sinalização audiovisual intermitente). (2) Sistema de monitoração de C ONTATO da placa de retorno (placa paciente) ou sistema de monitoração de resistência de contato placa-paciente, que reduz drasticamente o risco de queimaduras durante o procedimento cirúrgico. Indicador de qualidade do contato da placa DIVIDIDA indicada visualmente através de display em forma de GRAFICOS, localizado no painel frontal. Possui a função de reconhecimento automático do tipo de placa paciente para acionamento do sistema de monitoração de qualidade de contato para a placa DIVIDIDA. Informações complementares: Acessórios: 01 unidade de transporte com</p>				
---	--	--	--	--

	rodízios de borracha e bandeja para acessórios 01 pedal de comando (duplo) para acionamento independente do modo mono polar 01 pedal de comando (simples) para acionamento independente do modo bipolar 01 placa-paciente em aço inox (300 x 180 mm) 02 cabos de ligação /desconectáveis com sistema de monitoração de conexão de placa, com alarme 01 jogo de placas descartáveis e adesivas (tamanho universal - adulto/infantil), com cabo de ligação/desconectável 01 caneta porta-eletrodo de comando manual, com cabo de ligação. 01 caneta porta-eletrodo de comando por pedal, com cabo de ligação. 01 jogo de eletrodos para uso geral.				
23	MESA DE MDF CM ESPESSURA DE 40MM MEDINDO 1,50X0,60X0,7 4 CM GAVETEIRO DE 02 GAVETAS COM CHAVES.	UND	1	679,33	679,33
24	GELADEIRA/ REFRIGERADOR DE 260 A 299 L Especificação: DE 260 A 299 L.	UND	1	2.564,65	2.564,65
25	ARQUIVO 4 GAVETAS Arquivo confeccionado em chapa de aço SAE-1008 a SAE-1012, predominantemente em chapa 22 com, cor cinza cristal e acabamento texturizado, três reforços internos, verticais formato ômega em chapa 22, soldados em cada estrutura lateral, 04 (quatro) gavetas, com capacidade para no mínimo de 25 kg cada, sistema de deslizamento em trilho telescópico progressivo, com dois amortecedores produzidos em material polimérico para evitar impacto das gavetas no “abre e fecha”, puxadores estampados na própria estrutura da gaveta, para fins estruturais, não podendo ocupar as extremidades superior ou inferior da mesma, varetas laterais para sustentação de pastas, porta-etiquetas estampados na própria estrutura de aço, fechadura redonda com 02 chaves. Nas quatro extremidades inferiores da base do arquivo devem ser soldados um estabilizador triangular, medindo aproximadamente 85 mm de lado, com dobras internas para estruturar a base, fixado ao corpo do móvel por pontos de solda, o estabilizador deve abrigar uma porca rebite para fixação por rosca de pés niveladores. Pé nivelador de polímero injetado (preto), sextavado com nivelador	UND	1	935,69	935,69

	em aço zincado com rosca 3/8 x 21,5 mm de comprimento. Porca-rebite tipo cabeça plana, corpo cilíndrico, rosca 3/8” em aço carbono e revestimento de superfície (zinco). Sistema de tratamento antiferrugens por meio de tuneis a Spray recebendo uma camada de proteção com no mínimo 3 etapas, desengraxe e fosfatização em fosfato de ferro quente, enxágue em temperatura ambiente e posterior aplicação de passivado inorgânico o que garante camadas de fosfato distribuídas de maneira uniforme sobre o aço e maior resistência a intempéries. O móvel deve ser pintado em equipamentos contínuo do tipo corona onde recebe aplicação de tinta pó híbrida (Epóxi-poliéster) por processo de aderência eletrostática na cor cinza cristal, com camada mínima de 50 micras. A polimerização ocorre em estufas com a peça alcançando mínimo de 20 0 °C por um período de 10 minutos, ou mais, garantindo assim a polimerização total do filme, maior aderência e resistência ao desgaste do acabamento final do produto. Dimensões de 133 x 47 x 60 cm (A x L x P). Tolerância Dimensional de 5% pra mais e para menos. Garantia mínima: 3 anos contra defeitos de fabricação, a contar da emissão da nota fiscal. Laudos emitidos por laboratório acreditado pelo INMETRO atestando que os produtos atendem os requisitos das NBR 8094/83, NBR 8095/83, NBR 8096/03.				
26	APARELHO DE AR CONDICIONADO 18 MIL BTUS: Condicionador de ar “split system” do tipo “Hi Wall”, com as seguintes especificações: Capacidade mínima de refrigeração de 1 8000 BTU/h, 220V ou bivolt automático. Selo Procel, ciclo frio, compressor rotativo, controle remoto sem fio, mínimo de três velocidades de insuflamento (alta, média e baixa), movimento e controle automático do direcionamento do ar (swing), acionamento de emergência na unidade interna no caso de perda ou dano do controle remoto. Garantia mínima de 01 (um) ano, a partir do recebimento definitivo. FAIXA DE CLASSIFICAÇÃO “A” (COM INSTALAÇÃO MÁXIMO 3 METROS)	UND	1	3.443,33	3.443,33
27	IMPRESSORA LASER (COMUM): IMPRESSORA LASER (COMUM):	UND	1	864,63	864,63

	Especificação mínima: que esteja em linha de produção pelo fabricante: impressora laser com padrões de cor monocromático: resolução mínima de 1200x1200 DPI: velocidade de 35 páginas por minuto PPM: suportar tamanho de papel A5, A4 carta e ofício; capacidade de entrada de 200 páginas ciclo mensal de 50.000 páginas; interface USB; permitir compartilhamento por meio e rede 10/100/100 ethernet e WIFI 802.11 b/g/n; suporta frente e verso automático; o produto deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento garantia de 12 meses.				
28	IMPRESSORA LASER MULTIFUNCIONAL (COPIADORA, SCANNER E FAX OPCIONAL) Especificação mínima: que esteja em linha de produção pelo fabricante; impressora com tecnologia Laser ou Led; padrão de cor monocromático; tipo multifuncional (imprime, copia, digitaliza, fax); memória 128 MB; resolução de impressão 600 x 600 DPI; resolução de digitalização 1200 x 1200 DPI; resolução de cópia 600 x 600; velocidade de impressão 30 PPM preto e branco; capacidade da bandeja 150 páginas; ciclo mensal 30.000 páginas; fax 33.6kbps opcional; interfaces USB, rede ethernet 10/100 e WIFI 802.11 b/g/n ; frente e verso automático.	UND	1	1.600,00	1.600,00
29	SELADORA PARA GRAU CIRÚRGICO TIPO MANUAL E DE MESA COM CONTROLE DE TEMPERATURA. Sela as embalagens: polipropileno, polietileno, aluminizadas, nylon, poliolefinico e PVC recolhível. - Produção: pequena / média. - Produto certificado pelo INMETRO. - Garantia: 12 meses. - Estrutura: epóxi. - Solda (L x C): 3 x 300. - Dimensões máquina (L x C x A): 370 x 180 x 90 mm. - Peso: 2,5 kg. - Potência: Tensão: bivolt. Corrente: 1,9 / 1,0. Kw/h – 0,24 / 0,23	UND	3	696,67	2.090,01
30	ARTICULADOR ODONTOLOGICO: EQUIPAMENTO UTILIZA DO PARA REPRODUZIR AS POSIÇÕES MAXILO-MANDIBULARES. DISTANCIA INTERCONDILAR GUIA CONDILICA E ANGULO DE BENNET• ARTICULADOR ODONTOLOGICO: Equipamento utilizado para reproduzir as posições maxilo-mandibulares. DIST	UN	1	1.312,67	1.312,67

	ÂNCIA INTERCONDILAR GUIA CONDÍLICA E ÂNGULO DE BENNET				
31	REFLETOR ODONTOLÓGICO: UTILIZADO PARA PROPORCIONAR LUMINOSIDADE NO INTERIOR DA CAVIDADE ORAL. REFLETOR ODONTOLÓGICO: Utilizado para proporcionar luminosidade no interior da cavidade oral	UN	1	2.182,50	2.182,50
32	LAVADORA ULTRASSÔNICA 15 LITROS: EQUIPAMENTO UTILIZADO PARA AUXILIAR NA LIMPEZA DE PEÇAS OU PARTES, RETIRANDO TODA SUJEIRA E IMPUREZA ENCONTRADA NA SUPERFÍCIE E NAS REENTRÂNCIAS MINÚSCULAS E MAIS PROFUNDAS ATRAVÉS DE ULTRASSOM, QUE CONSISTE NA TRANSFORMAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EM ENERGIA MECÂNICA. EQUIPAMENTO COM GABINETE E CESTO EM AÇO INOXIDÁVEL E TAMPA EM PLÁSTICO TRANSPARENTE OU SIMILAR, COM SENSOR DE SEGURANÇA, PAINEL DE COMANDO COM TIMER E AQUECIMENTO DIGITAL, FREQUÊNCIA DO ULTRA-SOM: 40 KHZ, TEMPORIZADOR ELETRÔNICO MICROPROCESSADO; FUSÍVEL DE PROTEÇÃO; DESCARGA PARA LÍQUIDOS; CICLO DE TRABALHO AUTOMÁTICO; CONTROLE DE TEMPO DE TRABALHO INDICADO POR LEDS; CUBA EM AÇO INOX COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 5 LITROS. A ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA SERÁ DEFINIDA PELA ENTIDADE SOLICITANTE. LAVADORA ULTRASSÔNICA 15 LITROS: Equipamento utilizado para auxiliar na limpeza de peças ou partes, retirando toda sujeira e impureza encontrada na superfície e nas reentrâncias minúsculas e mais profundas através de ultrassom, que consiste na transformação de energia elétrica em energia mecânica. Equipamento com gabinete e cesto em aço inoxidável e tampa em plástico transparente ou similar, com sensor de segurança, painel de comando com timer e aquecimento digital, frequência do ultra-som: 40 kHz,	UN	1	5.459,63	5.459,63

	temporizador eletrônico microprocessado; fusível de proteção; descarga para líquidos; ciclo de trabalho automático; controle de tempo de trabalho indicado por leds; cuba em aço inox com capacidade mínima de 5 litros. A alimentação elétrica será definida pela entidade solicitante.				
33	APARELHO GERADOR DE OZONIO PARA ODONTOLOGIA Equipamento com display LCD, microcontrolado, com modo de liberação contínua e/ou fracionada, fluxo de saída de até 1LP M regulado automaticamente pelo equipamento, concentração entre 1 - 100 ug/ml, resfriamento interno por cooler, acessórios para perfeito funcionamento do equipamento e alimentação elétrica a definir pela entidade solicitante. Equipamento que produz gás ozônio (O3), indicado para o combate a infecções e inflamações, possui propriedades analgésicas, anti-inflamatórias e antissépticas. Utilizado na endodontia, periodontia, cirurgia e no tratamento de cárie dental. PREÇO SUGERIDO (SISTEMA DE INFORMAÇÃO E GERENCIAMENTO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS- SI GEM): R\$12.247,00	UN	1	7.522,42	7.522,42
34	BALDE A PEDAL MATERIAL DE CONFECCAO I CAPACIDADE: AÇO INOX DE 30L ATE 49L Balde a Pedal MATERIAL DE CONFECCÃO I CAPACIDADE: AÇO INOX DE 30L ATÉ 49L	UN	2	353,89	707,78
35	CAIXA PARA DESINFECÇÃO DE LIMAS ENDODONTICAS Estojo para Endodontia; Caixa utilizada para esterilizar limas endodônticas. CAPACIDADE: ATÉ 10 LIMAS PREÇO SUGERIDO (SISTEMA DE INFORMAÇÃO E GERENCIAMENTO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS- SI GEM): R\$ 57,00	UN	2	73,63	147,26
36	UNIDADE AUXILIAR COM SUGADOR COM 2 SULGADORES Unidade Auxiliar com Sugador com 2 Sugadores	UN	2	1.155,00	2.310,00
37	BALDE/ LIXEIRA CESTO DE LIXO MATERIAL DE CONFECCÃO: DE 11 ATE 20 L AÇO OU FERRO PINTAD Balde/ Lixeira Cesto de Lixo MATERIAL	UN	3	37,54	112,62

	DE CONFEÇÃO: DE 11 ATÉ 20 L AÇO OU FERRO PINTAD				
Total Estimado para todos os itens.....R\$ 522.954,97 (quinhentos e vinte e dois mil, novecentos e cinquenta e quatro reais e noventa e sete centavos)					

Observações:

- O item 2 é destinado à **AMPLA PARTICIPAÇÃO**.
- O item 3 é **COTA de até 25% RESERVADA À PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/EPP/EQUIPARADAS**.
- Demais itens são **DESTINADOS À PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/EPP/EQUIPARADAS**.
- Nos termos do Acórdão APL-TC 00203/2025 de 09/02/2026 do TCE/RO e em atenção ao Decreto Municipal nº 6.566/16 se a mesma empresa ofertar o menor preço na cota reservada e na cota principal a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.
- Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no endereço eletrônico – COMPRASGOV/CATMAT e as especificações constantes no Anexo II deste edital prevalecerão às últimas.
- Todos os itens deverão no que couber constar informações a respeito da marca/modelo/fabricação.
- As licitantes deverão encaminhar juntamente com a proposta folder catálogo ou similar para adequada análise do setor técnico competente.

Local/ Entrega/Pagamento: Conforme descrito no **Termo de Referência – Anexo I do Edital**.

Esta proposta é **VÁLIDA POR 60 (SESSENTA) DIAS (mínimo)** a contar da data da apresentação.

DECLARAÇÃO SOBRE A PROPOSTA APRESENTADA

Tendo examinado minuciosamente as normas específicas do **Edital do Pregão Eletrônico nº XXXXXXXXXXXXXXXXXX** objeto supracitado e após tomar conhecimento de todas as condições lá estabelecidas a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX** **DECLARA** expressamente que:

- A proposta apresentada para participar da presente licitação foi elaborada de maneira independente e o conteúdo da proposta não foi no todo ou em parte direta ou indiretamente informado discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato por esta empresa por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da presente licitação não foi informada discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato por esta licitante por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- Que não tentou por qualquer meio ou por qualquer pessoa influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato por esta empresa quanto a participar ou não da referida licitação;
- Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da presente licitação não será no todo ou parte direta ou indiretamente comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato por esta licitante antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da presente licitação não foi no todo ou em parte direta ou indiretamente informado discutido ou recebido de qualquer integrante da Prefeitura do Município de Ji-Paraná/RO antes da abertura oficial das propostas;

- f) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la;
- g) Entregará/Prestará sob sua integral responsabilidade os itens/serviços objeto do referido Edital no valor ofertado.
- h) Nos preços indicados acima estão incluídos além dos itens/serviços todos os custos materiais benefícios encargos tributos demais contribuições e todos os pormenores necessários à completa entrega dos materiais/realização do serviço mesmo que posteriormente sejam verificadas falhas ou omissões na proposta.
- i) Conhece a legislação de regência desta licitação e que os componentes serão fornecidos de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e anexos e que conhece e aceita todos os seus termos inclusive quanto ao pagamento e outros.
- j) Nenhum direito à indenização ou o reembolso de quaisquer despesas será devido caso a proposta não seja aceita.
- k) Tem amplo conhecimento e aceitamos todas as condições estabelecidas no edital e seus anexos.

Local e data

Nome cargo e assinatura do Representante Legal

ANEXO III

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. HABILITAÇÃO JURÍDICA (art. 66 da Lei 14.133/2021)

- 1.1. Registro empresarial na **Junta Comercial**, no caso de empresário individual;
- 1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, **devidamente registrado** na Junta Comercial, tratando-se de sociedade empresária;
- 1.3. Documentos de **eleição ou designação** dos atuais administradores, tratando-se de sociedade empresária;
- 1.4. Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de **sociedade não empresária**, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- 1.5. Decreto de autorização, tratando-se de **sociedade estrangeira no país**, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedidos por órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- 1.6. Comprovante de Inscrição do MicroempREENDEDOR Individual – **MEI**
 - 1.6.1. Os documentos acima deverão ser apresentados com **todas as suas alterações**, excluindo-se os casos de documentos expressamente consolidados e ainda **acompanhado de documentos comprobatórios de seus administradores e procuradores**.

2. HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA (art. 68 da Lei 14.133/2021)

- 2.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (**CNPJ**) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (**CPF**);
- 2.3. Inscrição no **cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal**, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 2.4. Certidão Conjunta **Negativa de Débitos** ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a **Tributos Federais** (inclusive às contribuições sociais) e à **Dívida Ativa da União**;
- 2.5. Certidão de regularidade de débito com a **Fazenda Estadual**;
- 2.6. Certidão de regularidade de débito com a **Fazenda Municipal**, da sede ou do domicílio do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 2.7. Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**);
- 2.8. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - **CNDT** ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa.

3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (art. 69 da Lei 14.133/2021)

3.1. Certidão Negativa de Ações de Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial (Lei nº 11.101/05), expedida pelo distribuidor da sede da licitante, **nos últimos 90 (noventa) dias**, ou que esteja dentro do **prazo de validade expresso na própria Certidão**.

3.1.1. Na hipótese de apresentação de **certidão positiva de recuperação judicial**, o (a) Pregoeiro (a) verificará o se o plano de recuperação judicial da licitante foi homologado pelo juízo, conforme determina o artigo 58 da Lei 11.101/2005.

3.1.2. Caso a empresa licitante não tenha obtido acolhimento judicial do seu plano de recuperação judicial, **a licitante será inabilitada**, uma vez que não há demonstração de viabilidade econômica.

3.2. Balanço patrimonial (BP) e demonstração do resultado do exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, assinados pelo **representante legal** e pelo **contabilista responsável**, já exigíveis e apresentados na forma estabelecida por lei para

cada porte, que comprovem a boa situação financeira da empresa, extraídos do livro diário, **vedada a sua substituição** por balancetes ou balanços provisórios.

3.2.1. As empresas deverão apresentar **declaração assinada por profissional habilitado** da área contábil, que **atesta o atendimento** pela licitante dos índices econômicos: Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) **superiores a 1**.

3.2.2. Quando qualquer um ou todos os índices econômicos (Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral) forem **inferiores ou igual a 1**, a empresa deverá apresentar comprovação de patrimônio líquido ou capital social **no mínimo de 10% (dez por cento)** do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

3.2.3. Os documentos referidos no item 3.2 limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída **há menos de 2 (dois) anos**.

3.2.4. As empresas criadas **no exercício financeiro da licitação** deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo **balanço de abertura**.

3.2.5. O **microempreendedor individual (MEI)**, ainda que dispensado da elaboração de balanço patrimonial nos termos do Código Civil, deverá, para fins licitatórios, apresentar balanço patrimonial (BP) e as demais demonstrações contábeis (DRE), devidamente registrado.

4. HABILITAÇÃO TÉCNICA

4.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

4.2. A comprovação se dará mediante a apresentação de **no mínimo 01 (um) ATESTADO** fornecido por pessoas de direito público ou privado, no qual se indique que a empresa já prestou, satisfatoriamente, serviços ou fornecimentos iguais ou semelhantes ao objeto desta licitação.

4.3. O (s) atestado (s)/certidões **deverão estar necessariamente** em nome do licitante, ser apresentados em papel timbrado, original ou cópia reprográfica autenticada, assinados por autoridade ou representante de quem os expediu.

4.3.1. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

4.4. A empresa deverá apresentar as Normas técnicas da ABNT, INMETRO, ANVISA e/ou ISOs que sejam pertinentes à natureza do objeto requerido.

4.5. A empresa deve comprovar número de inscrição na ANVISA dos equipamentos odontológicos.

5. OUTRAS COMPROVAÇÕES

5.1. DECLARAÇÃO subscrita pelo representante legal do licitante, **conforme modelo Anexo III – A**, elaborada em papel timbrado da empresa licitante.

ANEXO III – A

MODELO DE DECLARAÇÃO

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, sediada na....., por meio de seu representante legal abaixo identificado, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que **ATENDE AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO** definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021) e declara ainda que:

a) Atende aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021);

b) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021);

- c) Suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, §1º da Lei nº 14.133/2021);
- d) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal (art. 68, VI da Lei nº 14.133/2021);
- e) Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- f) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- g) Está ciente da obrigação de manter o endereço da empresa atualizado junto ao órgão promotor da licitação, e de que as notificações e comunicações formais decorrentes da execução do contrato serão efetuadas no endereço que constar em seu preâmbulo. Caso a empresa não seja encontrada, será notificada pelo Diário Oficial do Município acessível em **www.ji-parana.ro.gov.br**
- h) No caso de empresas em recuperação judicial: está ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou, se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido;
- i) **No caso de microempresas ou empresas de pequeno porte: a empresa não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, assim como §§ 1º a 3º do art. 4º da Lei 14.133/2021, cujos termos declara conhecer na íntegra;**
- j) Não se enquadra em nenhuma das restrições de participação, conforme art. 14 da Lei nº 14.133/2021 e item 2.10 do edital;
- k) Está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.
- l) Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- Obs:** *O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133/2021.*

Ji-Paraná, xx de xxxxxx de 202x.

(Identificação e assinatura do representante legal da proponente)

ANEXO IV
MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

Processo Administrativo nº.....

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE
FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA DO
MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ, E A
EMPRESA.....**

A **PREFEITURA MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ/RO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 04.092.672/0001-25, com sede e administração na Av. Dois de Abril, 1.701, bairro Urupá, nesta cidade e Comarca de Ji-Paraná, Estado de Rondônia, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, XXXXXXXXXXXXXXXX, brasileiro, (estado civil), agente político, portador da Cédula de Identidade RG n.º XXXXXX SSP/RO e CPF/MF n.º XXXXXXXXXXXX, residente e domiciliado, nesta cidade e Comarca de Ji-Paraná, Estado de Rondônia, doravante denominado CONTRATANTE doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº 0xxxxxxx/20xxxxx e em observância às disposições da **Lei nº 14.133/2021** e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº XXXXXXXXXXXX**, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é o fornecimento de, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDAD E DE MEDIDA	QUANTIDA DE	VALOR UNITÁRI O	VALO R TOTAL
1					
2					
3					
...					

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1.** O Termo de Referência;
- 1.3.2.** O Edital da Licitação;
- 1.3.3.** A Proposta do contratado;
- 1.3.4.** Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

1.3.5. O prazo de vigência da contratação é de contados do (a), na forma do CAPÍTULO V - DA DURAÇÃO DOS CONTRATOS da Lei Federal n. 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

1.4. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

1.5. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual (ou) Será admitida a subcontratação do objeto contratual conforme previsto no capítulo..... do Termo de Referência – Anexo I do edital.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

1.6. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

1.7. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

1.8. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

1.9. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__ (DD/MM/AAAA).

1.10. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

1.11. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

1.12. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

1.13. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

1.14. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

1.15. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

1.16. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

1.17. São obrigações do Contratante:

- 1.18. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 1.19. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 1.20. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 1.21. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 1.22. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 1.23. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 1.24. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 1.25. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 1.26. A Administração terá o prazo de XXXXXX, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 1.27. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de XXXXXX.
- 1.28. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 1.29. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 1.30. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 1.31. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada (se for o caso);
- 1.32. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 1.33. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 1.34. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 1.35. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 1.36. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

- 1.37. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 1.38. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 1.39. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 1.40. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 1.41. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 1.42. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 1.43. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 1.44. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 1.45. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.46. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

1.47 - Não haverá exigência de garantia contratual ou a exigência de garantia contratual da execução será a (conforme descrito no Termo de Referência).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

- 1.47. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) der causa à inexecução total do contrato;
 - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

- 1.48. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- I. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
 - II. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
 - III. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
 - IV. **Multa:**
 1. Moratória de% (..... por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de (.....) dias;
 2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de% a ...% do valor do Contrato.
 3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de% a ...% do valor do Contrato.
 4. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de% a ...% do valor do Contrato.
 5. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de% a ...% do valor do Contrato.
 6. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de% a ...% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:
- 1.49. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 1.49.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
 - 1.49.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
 - 1.49.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
 - 1.49.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de XX (XXXX) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 1.50. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 1.51. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b) as peculiaridades do caso concreto;
 - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d) os danos que dela provierem para o Contratante;
 - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

1.52. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

1.53. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

1.54. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

1.55. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

1.56. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

1.57. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

1.58. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

1.58.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;
- e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

1.59. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

1.59.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

1.59.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

1.59.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

1.60. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

1.60.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

1.60.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

1.60.3. Indenizações e multas.

1.61. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

1.62. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

1.63. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

1.63.1. Fonte de Recursos:

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

1.64. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

1.65. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei n.º 14.133, de 2021.

1.66. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

1.67. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei n.º 14.133, de 2021).

1.68. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n.º 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

1.69. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n.º 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n.º 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)

1.70. As partes elegem o Foro da Comarca de Ji-Paraná-RO, em detrimento de qualquer outro para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei n.º 14.133/21.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Prefeito do Município de Ji-Paraná

Secretário/Presidente

Representante legal do Contratado

Procurador Geral do Município

TESTEMUNHAS:

- 1-
- 2-

ANEXO V

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos __(____) dias do mês de _____ do ano de dois mil e vinte e __, às __ horas na Superintendência de Compras e Licitações da Prefeitura do Município de Ji-Paraná, situada na Rua dos Brilhante, 130; Bairro Urupá; Ji-Paraná; Rondônia; Cx. Postal 268; CEP. 76.900-150, o Superintendente de Compras e Licitações, Sr....., brasileiro, casado, Decreto n....., considerando o julgamento da licitação na **modalidade de pregão, na forma eletrônica**, para **REGISTRO DE PREÇOS n°/202...., publicada no de/202....., processo administrativo n.º, RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no **Edital de Licitação do Pregão Eletrônico n.....**, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, no Decreto Municipal n. 1385/2024, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de , especificado(s) no(s) item(ns)..... do **Termo de Referência** e do **Anexo II do Edital de Licitação do Pregão Eletrônico n.....**, que são parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

CNPJ n Empresa:						
Item	Descrição Genérica	Unidade de Forneciment o	Quantidad e Total	Quantidade Ofertada	Valor Unitári o	Valor Total do Fornecedor
Marca: Fabricante: Modelo / Versão: Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:						
Marca: Fabricante: Modelo / Versão: Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:						

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO (S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE (S)

3.1. O órgão gerenciador será o(nome do órgão).....

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou

projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços **será de 1 (um) ano**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada **por igual período e quantitativo renovado**, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos **Edital de Licitação do Pregão Eletrônico n..... e**

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços deverá ser assinada no prazo de 05 (cinco) dias úteis, por meio de assinatura digital, pelo link Portal de Serviços (ji-parana.ro.gov.br), o qual será disponibilizado **via e-mail** pelo Setor de Registro de Preços, tão logo sua elaboração.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do **Edital de Licitação do Pregão Eletrônico n.....**, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer, em tempo hábil, ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

- 9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- 9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- 9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
- 9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- 9.4.1. Por razão de interesse público;
- 9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas **Edital de Licitação do Pregão Eletrônico n.....**

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no **Termo de Referência e Anexo II do Edital de Licitação do Pregão Eletrônico n.....**

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante (s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

ANEXO V - A

CADASTRO RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que **aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:**

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade	Quantidade de Ofertada	Valor Un	Valor Total

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que **mantiveram sua proposta original:**

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade	Quantidade de Ofertada	Valor Un	Valor Total